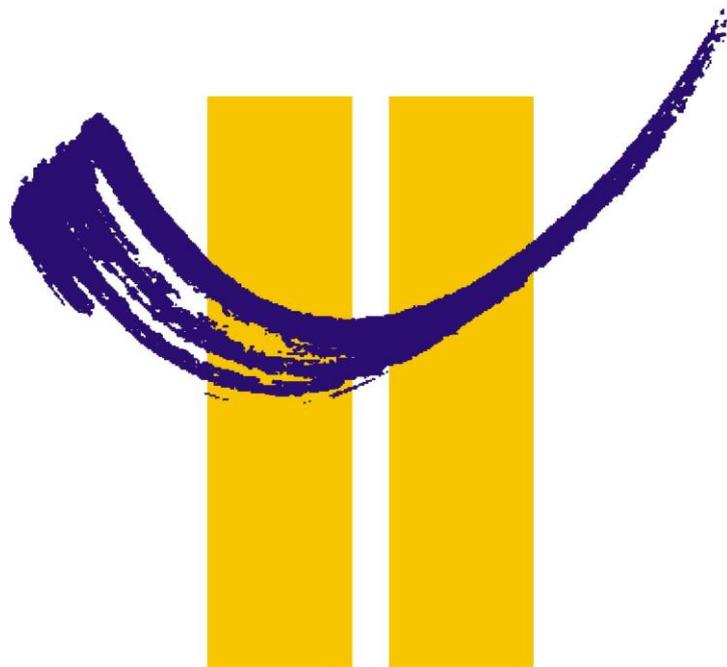


Conselho Federal de Psicologia (CFP)



**Conselho
Federal de
Psicologia**

Relatório de Gestão 2016

Brasília, 2017

Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Relatório de Gestão 2016
Brasília, 2017

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Relatório de Gestão do Exercício 2016

Relatório de Gestão do Exercício 2016, Conselho Federal de Psicologia (CFP), apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN 154 de 2016, da Portaria TCU nº 59/2017.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: Gerência Administrativa e Financeira.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ABDH	Associação Brasileira do Desenvolvimento Humano
ABEP	Associação Brasileira de Ensino de Psicologia
ABRAMD	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
ABRAMD	Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRASME	Associação Brasileira de Saúde Mental
AC	Acre
ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AM	Amazonas
ANPEPP	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia
ANSS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
APAF	Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças
APs	Access Point
ASCOM	Assessoria de Comunicação
BVS-PSI	Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASC	Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CBP	Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão
CBPD	Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento
CCAP	Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos em Saúde
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
CEP	Código de Endereçamento Postal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CFFa	Conselho Federal de Fonoaudiologia
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CIADAIDS	Comissão Intersetorial de Acompanhamento das Políticas em DST-AIDS
CICAME	Congresso Internacional Cannabis Medicinal
CIRH	Comissão Intersetorial de Recursos Humanos
CISM	Comissão Intersetorial de Saúde Mental
CISPLGBTT	Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CIST	Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
Classind	Classificação Indicativa
CMFor	Câmara Municipal de Fortaleza
CN	Cadastro Nacional de Psicólogos

CNAIDS	Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNES	Conselho Nacional de Ensino Superior
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNP	Congresso Nacional de Psicologia
CNPCT	Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional
CNPIR	Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CNS	Conselho Nacional de Saúde / Conferência Nacional de Saúde
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COEs	Comissões de Orientação e Ética
COFs	Comissões de Orientação e Fiscalização
COGEP	Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar
COJUR	Coordenadoria Jurídica
CONAD	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONASP	Conselho Nacional de Segurança Pública
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CONPAS	Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social
CONPE	Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional
CONPSI	Congresso Norte-Nordeste de Psicologia
CONSEG	Conferência Nacional de Segurança Pública
Contran	Conselho Nacional de Trânsito
COPISS	Comitê de Padronização das Informações em Saúde
CPD	Centro de Processamento de Dados
CPD	Código de Processamento Disciplinar
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
CRPs	Conselhos Regionais de Psicologia
CRs	Conselhos Regionais
CRTS	Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde
CTC	Comissão Técnica de Classificação
CTSMA	Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DETRAN	Departamento de Trânsito
DF	Distrito Federal

DOU	Diário Oficial da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENCOE	Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Ética
ENEP	Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia
FCFAS	Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde
FCPAS	Frente dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde
FENAPSI	Federação Nacional dos Psicólogos
FENPB	Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira
FENTAS	Fórum das Entidades dos Trabalhadores da Área de Saúde
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNCPS	Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde
FNDCA	Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
FNDDH	Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos
FONACEAS	Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social
FONSEAS	Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
FUNPEC	Fundação de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais
GEPPSI	Grupo de Estudos Provocações Psicológicas
GO	Goiás
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Gerência de Tecnologia da Informação
IBENeC	Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento
IES	Institutos de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAPS	Laboratório de Estudos em Saúde Mental e Atenção Psicossocial
LEP	Lei de Execução Penal
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais
MA	Maranhão
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEEL	Movimento Estratégico pelo Estado Laico
MG	Minas Gerais
MNLA	Movimento Nacional da Luta Antimanicomial
MP	Ministério Público
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
MS	Ministério da Saúde
MUORF	Manual Unificado de Orientação e Fiscalização
NBCT	Normas Brasileira de Contabilidade Técnica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONGs	Organizações Não Governamentais
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde

OrientaPsi	Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia
PA	Pará
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAILI	Programa de Atenção ao Louco Infrator
PAI-PJ	Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário
PB	Paraíba
PCCS	Plano de Carreira, Cargos e Salários
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDTI	Plano Diretor em Tecnologia da Informação
PE	Pernambuco
PETI	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PL	Projeto de Lei
PL	Projeto de Lei
PLP	Países de Língua Portuguesa
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPP	Parceria Público Privada
PR	Paraná
PSINAED	Comissão Nacional de Psicologia na Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/PR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RádioPsi	Rádio da Psicologia
RENILA	Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial
RPCP	Revista Psicologia Ciência e Profissão
RS	Rio Grande do Sul
SAF	Setor de Administração Federal
SATEPSI	Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos
SBGG	Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria
SBP	Sociedade Brasileira de Psicologia
SBPOT	Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho
SC	Santa Catarina
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SENACOM	Secretaria Nacional do Consumidor
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SeSu	Secretaria de Ensino Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SiGA	Sistema de Gestão de Ações e Atividades
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SINDECOPF	Sindicato dos Empregados em Conselhos e Ordens de Fiscalização Profissionais e Entidades Coligadas e Afins
SinPsi	Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo

SISCAF	Sistema Cadastral Financeiro
SISCONT	Sistema de Contabilidade
SISPAT	Sistema de Patrimônio
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
SPM	Secretaria de Políticas para as Mulheres
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UDF	Centro Universitário do Distrito Federal
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UF	Unidade Federativa
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
ULAPSI	União Latino-Americana de Entidades de Psicologia
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
WOS	Web of Science

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabelas

Tabela 1 - Organograma.....	pg 15
Tabela 2 – Execução Financeira do Orçamento.....	pg 88
Tabela 3 – Despesa por modalidade de contratação.....	pg 90
Tabela 4 - Força de trabalho do CFP.....	pg 97
Tabela 5 - Distribuição da lotação efetiva.....	pg 97
Tabela 6– Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	pg 98
Tabela 7– Despesas com efetivos/comissionados.....	pg 99
Tabela 8 – Despesas com estagiários.....	pg 99
Tabela 9 – Despesas com terceirizados.....	pg 99
Tabela 10 - Quadro funcional da GTI.....	pg 100
Tabela 11 – Quantitativo de profissionais por Regional.....	pg 101
Tabela 12 – Novas inscrições por ano.....	pg 102
Tabela 13 – Portal da Transparência.....	pg 103
Tabela 14 – Sistema de Gestão de Projetos por meio de Editais 2016.....	pg 104
Tabela 15 – Sistema de cadastro de sites.....	pg 104
Tabela 16 – Satepsi.....	pg 105
Tabela 17 – Temas mais recorrentes nas demandas da Ouvidoria.....	pg 116
Tabela 18 – Resultado Financeiro.....	pg 118
Tabela 19 – Depreciação dos Bens Móveis /Imóveis.....	pg 118
Tabela 20 – Projetos do Conselho Federal de Psicologia.....	pg 119
Tabela 21 – Projetos do Sistema Conselhos de Psicologia – Divulgação.....	pg 120
Tabela 22 – Projetos do Sistema Conselhos de Psicologia – Fundo de Seções.....	pg 120

Tabela 23 – Balanço Patrimonial.....	pg 121
Tabela 24 – Balanço Orçamentário.....	pg 122
Tabela 25– Balanço Financeiro.....	pg 123
Tabela 26– Demonstração das variações patrimoniais.....	pg 124
Tabela 27 – Demonstração dos fluxos de caixa.....	pg 125

SUMÁRIO

1- Apresentação.....	pg 11
2- Visão Geral da Unidade.....	pg 13
3- Planejamento Organizacional e Desempenho Orçamentário e Operacional.....	pg 17
4- Governança.....	pg 91
5- Áreas Especiais da Gestão	pg 97
6- Relacionamento com a Sociedade.....	pg 108
7- Desempenho Financeiro e Informações Contábeis.....	pg 118
8- Conformidade da Gestão e Demandas para Órgãos de Controle.....	pg 134

APRESENTAÇÃO

Em 2016, a gestão do XVI Plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) faz um balanço de sua atuação em diversas áreas relacionadas às definições do Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e do Planejamento Estratégico Plurianual do Conselho. No Congresso Nacional, a Assessoria Parlamentar do Conselho acompanhou diversos projetos de lei de interesse da Psicologia. Entre os prioritários, estão o PL 3338/2008 (que dispõe sobre a jornada de trabalho de 30 horas semanais para os psicólogos), o PL 5440/2009 (que trata do piso salarial dos profissionais de Psicologia) e o PL 7500/2006, relativo à obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.

Além de articulações específicas em torno dos temas de interesse direto da categoria, representantes da gestão promoveram visitas a gabinetes de parlamentares e participaram de audiências públicas em defesa da agenda de promoção dos direitos humanos. Nesse âmbito, destacam-se reuniões com parlamentares para a discussão do tema da maioria penal, e a participação em audiências sobre assuntos como publicidade infantil e a resolução 01/99 — que proíbe psicólogos (as) de exercerem qualquer atividade que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas e adotarem ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

A participação social da categoria nas decisões do Conselho e nas discussões dos rumos da Psicologia foi estimulada com a criação de ferramentas como o OrientaPsi, o portal interativo da Psicologia, a RádioPSI e o Espaço Fala, Psicólogo@!, em que profissionais de todo o país apresentam, no site e no Jornal do Federal, sua rotina de trabalho. Ainda nesse sentido, o CFP promoveu debates online com ampla participação da categoria sobre assuntos diversos, que vão desde a atuação de profissionais em áreas específicas, como a assistência social, até grandes temas da sociedade, como o genocídio da juventude negra no Brasil.

O aprimoramento dos sites temáticos, como o da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas), o da Psicologia na Educação e o da Despatologização Trans, e de grandes eventos, a exemplo do do 9º Congresso Nacional da Psicologia (CNP), também estão no ar, além da campanha que estimula a participação da categoria nas conferências municipais de saúde, a do Dia Internacional da Mulher, do Dia de Combate ao Racismo e Dia de Luta antimanicomial, entre outras.

O processo eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia, ocorrido em agosto de 2016, teve como instrumento normativo a Resolução CFP nº 004/2015, que aprovou o Regimento Eleitoral para escolha de conselheiros federais e regionais dos Conselhos de Psicologia. A votação por internet foi disponibilizada a todas (os) as (os) psicólogas(os) inscritas (os) por meio de equipamentos particulares e nos postos de votação

disponibilizados pelos Regionais. A votação por correspondência foi disponibilizada apenas as(os) psicólogas(os) que residiam a mais de 50 km de um posto de votação, sendo registrados contabilizados 99.913 (noventa e nove mil, novecentos e treze) votos, sendo que 91.497 (noventa e um mil, quatrocentos de noventa e sete) foram da modalidade de votação por internet e 8.416 (oito mil quatrocentos e dezesseis) referem-se à modalidade de voto por correspondência.

O Prêmio Inclusão Social, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em parceria com o Laboratório de Estudos em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (LAPS) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), contemplou experiências de inclusão social de usuários e familiares em projetos econômico-sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e em equipes interdisciplinares de serviços da Rede de Atenção Psicossocial de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas em diversas categorias como arte, cultura, trabalho e economia solidária. O CFP também lançou, em agosto, o segundo edital de apoio financeiro a interessados em realizar eventos técnicos e/ou científicos em 2016. Objetivo da iniciativa foi que as ações estejam envolvidas na divulgação de atividades técnico-profissionais favorecendo o intercâmbio e a valorização entre os profissionais da Psicologia, evidenciando à sociedade a relevância dessa ciência e das atividades técnico-profissionais da categoria.

VISÃO GERAL DA UNIDADE

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

As atribuições do Conselho Federal de Psicologia, conforme a Lei 5.766/71 (Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia) são: Art. 1º Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da Classe. Também são atribuições exclusivas do Conselho Federal de Psicologia conforme o Art. 6º da Lei 5.766/71: a) elaborar seu regimento e aprovar os regimentos organizados pelos Conselhos Regionais; b) orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo; c) expedir as resoluções necessárias ao cumprimento das leis em vigor e das que venham modificar as atribuições e competência dos profissionais de Psicologia; d) definir nos termos legais o limite de competência do exercício profissional, conforme os cursos realizados ou provas de especialização prestadas em escolas ou institutos profissionais reconhecidos; e) elaborar e aprovar o Código de Ética Profissional do Psicólogo; f) funcionar como tribunal superior de ética profissional; g) servir de órgão consultivo em matéria de Psicologia; h) julgar em última instância os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais; i) publicar, anualmente, o relatório de seus trabalhos e a relação de todos os Psicólogos registrados; j) expedir resoluções e instruções necessárias ao bom funcionamento do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais, inclusive no que tange ao procedimento eleitoral respectivo; l) aprovar as anuidades e demais contribuições a serem pagas pelos Psicólogos; m) fixar a composição dos Conselhos Regionais, organizando-os à sua semelhança e promovendo a instalação de tantos Conselhos quantos forem julgados necessários, determinando suas sedes e zonas de jurisdição; n) propor ao Poder Competente alterações da legislação relativa ao exercício da profissão de Psicólogo; o) promover a intervenção nos Conselhos Regionais, na hipótese de sua insolvência; p) dentro dos prazos regimentais, elaborar a proposta orçamentária anual a ser apreciada pela Assembleia dos Delegados Regionais, fixar os critérios para a elaboração das propostas orçamentárias regionais e aprovar os orçamentos dos Conselhos Regionais; q) elaborar a prestação de contas e encaminhá-la ao Tribunal de Contas.

NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

Lei Ordinária: Lei 5766/71 – Cria os Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.

Decretos: Decreto Lei 79.822/77 – Regulamenta a Lei 5766/71.

Resoluções: Resolução CFP n.º 017/2000 – Aprova o Regimento Interno do Conselho Federal de Psicologia.

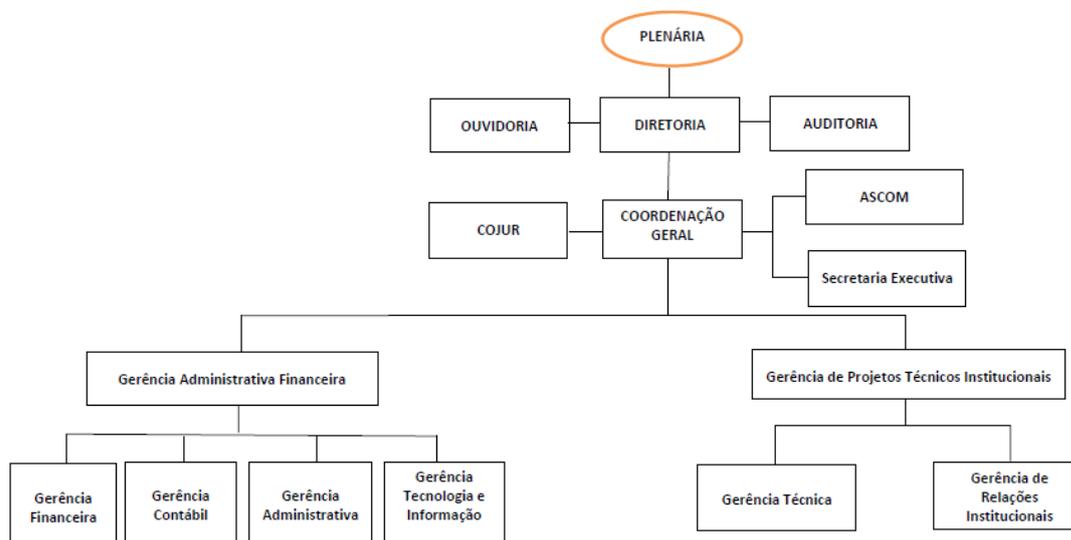
Manuais e Publicações relacionadas às Atividades da Unidade: Resolução CFP 010/2007 – Institui o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis.

BREVE HISTÓRICO DA ENTIDADE

O Conselho Federal de Psicologia - CFP criado pela Lei nº 5.766/71, dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo uma Autarquia Federal, contextualizado operacionalmente em orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. O CFP é o órgão supremo dos Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs, com jurisdição em todo o território nacional. Na condição de Autarquia Federal Especial, goza de imunidade tributária em relação a seus bens e rendas, de acordo com o Art. 150 da Constituição Federal do Brasil, tendo como principal fonte de recursos o recebimento de receitas relativas ao pagamento de anuidades por psicólogos e entidades de psicologia, inscritos. O Conselho Federal de Psicologia tem sua constituição, estrutura, organização, sede e foro regulamentados no Decreto 79.822 de 17 de junho de 1977.

Organograma

Tabela 1 - Organograma



Plenária: Constituída pelo conjunto dos Conselheiros Efetivos e Suplentes, é o órgão deliberativo do Conselho Federal de Psicologia, com a participação de colaboradores.

Diretoria: órgão responsável pela operacionalização de diretrizes e decisões do Plenário, sendo constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro.

Ouvidoria: Setor responsável por receber manifestações diversas: reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões dos profissionais psicólogos, cidadãos, outras instituições, entidades e agentes públicos, quanto aos serviços e atendimentos prestados pelo Conselho Federal de Psicologia como um todo.

Coordenação Geral: Coordena, orienta, articula e monitora as atividades inerentes às Coordenações Administrativa e Financeira, de Relações com a Categoria e de Relações Institucionais, integrando a gestão dos esforços de todas as unidades para atingir os resultados esperados, tendo em vista a missão, planejamento estratégico e plano de gestão do Conselho Federal de Psicologia; Assessora diretamente a Diretoria e o Plenário.

Secretaria Executiva: Responsável por secretariar e assessorar a Coordenação Geral no desempenho de suas funções. Gerencia informações e agenda, auxilia na execução de

tarefas cotidianas e em reuniões, marca compromissos; controla documentos e comunicações. Assessora a Diretoria.

COJUR - Coordenadoria Jurídica: Responsável por coordenar, assessorar e executar ações, buscando preservar os direitos e a legalidade dos atos do CFP.

ASCOM - Assessoria de Comunicação: Responsável por coordenar, assessorar e executar as políticas e ações de comunicação social, junto às Unidades Colegiadas, à categoria profissional e à sociedade.

Auditoria: Responsável por verificar os processos internos, controle da governança, bem como a realização de auditoria interna para validar os atos de gestão.

Gerência Técnica: Responsável por desenvolver atividades relativas à coordenação dos aspectos técnicos e as relacionadas à categoria e Órgãos Colegiados do Sistema Conselhos.

Gerência de Relações Institucionais: Coordena, orienta, articula, monitora e avalia as atividades inerentes às Relações com a Sociedade, de Relações Parlamentares e de Representações Institucionais com base no planejamento estratégico e na política do Conselho Federal de Psicologia.

Gerência Administrativa Financeira: Responsável por todos os trâmites e processos na esfera administrativa e financeira do Conselho Federal de Psicologia.

Gerência de Tecnologia da Informação: Responsável por apoiar tecnicamente e dar suporte aos usuários de microinformática do CFP. Bem como responsável por planejar, coordenar e desenvolver os processos de informatização do CFP e apoiar tecnicamente às unidades colegiadas.

Gerência Financeira: Responsável por executar e controlar o fluxo de caixa, em conformidade com os procedimentos administrativos legais.

Gerência Contábil: A Divisão Contábil coordena, executa e apoia às ações técnicas contábeis do CFP. Acompanha o balanço patrimonial, lançamentos contábeis, auditoria, pareceres contábeis, orientações aos Conselhos Regionais quanto aos princípios e normas técnicas que regem a contabilidade e as normas internas advindas dos princípios gerais contábeis.

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS OBJETIVOS DO EXERCÍCIO

Os objetivos do Planejamento Estratégico definidos pelo XVI Plenário do Conselho Federal de Psicologia são:

- reverberar a atividade profissional da (o) psicóloga (o) por meio da Agenda do Exercício Profissional;
- participar e intervir no debate das grandes questões presentes na Sociedade Brasileira por meio da Agenda da Psicologia e Temas da Sociedade.

VINCULAÇÃO DOS PLANOS DA UNIDADE COM AS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS E OUTROS PLANOS

Metas	Ações propostas
<p>POLÍTICA 1: ATIVIDADE PROFISSIONAL PROGRAMA</p> <p>1.1: Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia.</p> <p>OBJETIVO: Propor interface de comunicação direta com a categoria; e, constituir um espaço consultivo e de orientação para o trabalho da(o) psicóloga(o).</p>	<p>1) Criação de uma plataforma digital a ser alocada no portal do Conselho Federal de Psicologia.</p> <p>2) Disponibilização, na plataforma digital, de documentos, tais como: resoluções, orientações técnicas, manuais, textos, vídeos, palestras, cursos, entre outros.</p> <p>3) Esclarecimentos sobre o que são laudos, atestados, declarações e dúvidas mais frequentes da categoria.</p> <p>4) Criação de fóruns, enquetes, pesquisas e outros canais de comunicação direta com a categoria.</p>
<p>POLÍTICA 1: ATIVIDADE PROFISSIONAL PROGRAMA</p> <p>1.2: Condições de Trabalho e Relações com Entidades da Categoria.</p> <p>OBJETIVO: Fomentar e fortalecer a articulação entre gestores públicos,</p>	<p>1) Ampliação das discussões dos temas relativos ao trabalho da(o) psicóloga(o) nas organizações: protagonismo do trabalhador; orientação para aposentadoria; ergonomia; consumo; educação no trabalho; qualidade de vida no trabalho; avaliação psicológica e psicometria no trabalho, enfrentamento à</p>

<p>Sistema Conselhos, sindicatos e entidades para melhorar as condições de trabalho da(o) psicóloga(o).</p>	<p>precariedade; saúde do trabalhador; condições de trabalho; carreira; vulnerabilidades e sofrimento no trabalho; políticas públicas organizacionais; atuação na área de RH e gestão de pessoas. 2) Atualização e disponibilização da tabela referencial de honorários. 3) Construção do posicionamento em relação ao Projeto de Lei 5440/09 (Piso salarial). 4) Articulação para a aprovação do Projeto de Lei 3338/08 (30 horas).</p>
<p>POLÍTICA 1: ATIVIDADE PROFISSIONAL PROGRAMA</p> <p>1.3: Avaliação Psicológica.</p> <p>OBJETIVO: Assessorar e orientar a categoria e a sociedade sobre a avaliação psicológica.</p>	<p>1) Participação em eventos de difusão da atividade de avaliação psicológica. 2) Assessoramento às instituições e sociedade quanto aos processos relacionados à Avaliação Psicológica. 3) Revisão das resoluções que abarcam direta e indiretamente a Avaliação Psicológica. 4) Elaboração de notas técnicas de atualização. 5) Revisão da Resolução CFP nº 001/2002: avaliação psicológica em concursos públicos. 6) Revisão da Resolução CFP nº 07/2003: Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pela(o) psicóloga(o), decorrentes de avaliação psicológica. 7) Revisão da Resolução CFP nº 18/2008: trabalho da(o) psicóloga(o) na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo. 8) Revisão da Resolução CFP nº 16/2002: trabalho da(o) psicóloga(o) na avaliação psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores. 9) Elaboração de e-book (para cartilhas e livros de informação aos profissionais). 10) Continuidade às atividades do novo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi). 11) Elaboração de proposições para a interface de testes psicológicos com outras profissões. 12) Participação em eventos de difusão da atividade de avaliação psicológica. 13) Divulgação das atividades da Comissão Consultiva em Avaliação</p>

	Psicológica - CCAP.
<p>POLÍTICA 1: ATIVIDADE PROFISSIONAL PROGRAMA</p> <p>PROGRAMA 1.4: Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p> <p>OBJETIVO: Dar suporte a operacionalização às atividades do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p>	<p>1) Realização de atividades de pesquisa institucional de forma integrada com a rede do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p> <p>2) Assessoramento à estratégia de monitoramento e avaliação das ações conjuntas de pesquisa.</p> <p>3) Subsídio às discussões sobre políticas públicas, por meio das informações já pesquisadas.</p> <p>4) Suporte aos conselheiros federais do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p> <p>5) Suporte a população, universidades e gestores, a partir de demandas originadas no site do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p> <p>6) Trabalho com dados das pesquisas já realizadas e disponibilização dessas à sociedade.</p> <p>7) Constituição de um instrumento de gestão no Conselho Federal na sistematização e produção de informações sobre políticas públicas.</p>
<p>POLÍTICA 1: ATIVIDADE PROFISSIONAL PROGRAMA</p> <p>PROGRAMA 1.5: Cadastro de Sites.</p> <p>OBJETIVO: Aprimorar o processo do cadastramento de sites e dar conhecimento a sociedade sobre os serviços psicológicos online.</p>	<p>1) Aprimoramento do Sistema Cadastro de Sites buscando atender as novas necessidades, tais como: flexibilidade para alteração de dados, novos relatórios, entre outros.</p>
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p> <p>2.1: Pesquisa e Informação.</p> <p>OBJETIVO: Disseminar a informação e o conhecimento buscando constituir a comunicação do CFP como a principal fonte de notícias de interesse da Psicologia.</p>	<p>1) Criação de clipping informativo.</p> <p>2) Criação de campanhas de mobilização especial.</p> <p>3) Realização de pesquisa sobre os hábitos informativos da categoria.</p>
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p>	<p>1) Implantação de fluxos ágeis de aprovação dos produtos jornalísticos.</p> <p>2) Criação de domínios temáticos dentro</p>

<p>2.2: Interatividade Digital.</p> <p>OBJETIVO: Aproximar psicólogas (os), estudantes e sociedade das ações do CFP, por meio de um diálogo interativo e experiências narrativas.</p>	<p>do portal do CFP (ex: site.cfp.org.br/mulher).</p> <p>3) Aprimoramento dos canais de comunicação da autarquia: site, facebook, twitter, youtube.</p> <p>4) Migração da hospedagem do portal do CFP para um plano avançado que comporte a quantidade de acessos existentes.</p> <p>5) Elaboração de soluções de comunicação digital, criando interfaces digitais para sites, hotspots, infográficos e soluções web.</p> <p>6) Criação e manutenção de novos canais de diálogo e interação.</p> <p>7) Criação de espaços de discussão sobre temas da Psicologia.</p> <p>8) Disponibilização de conteúdos variados e de qualidade para internautas, parceiros e veículos de comunicação.</p> <p>9) Divulgação das atividades desenvolvidas pelo CFP e o posicionamento institucional frente a temas diversos de interesse da sociedade.</p> <p>10) Divulgação de informações de diversos temas/assuntos de interesse para a categoria.</p> <p>11) Divulgação de eventos, congressos, publicações, campanhas e debates promovidos pela autarquia.</p> <p>12) Divulgação do Boletim Eletrônico semanal em diversas plataformas.</p> <p>13) Divulgação do Jornal do Federal em uma versão para tablets e smartphones.</p> <p>14) Divulgação de diferentes programas temáticos nos canais de comunicação do CFP.</p>
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p> <p>2.3: Produção & Publicação.</p> <p>OBJETIVO: Redigir e publicar revistas temáticas, boletins de comunicação interna e externa da autarquia.</p>	<p>1) Produção de vídeos sobre temas ligados à Psicologia.</p> <p>2) Reedição e aumento da periodicidade do Jornal do Federal.</p> <p>3) Publicação de artigos jornalísticos de interesse da Psicologia.</p> <p>4) Produção do Boletim Eletrônico semanal em diversas plataformas.</p>
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p> <p>2.4: Revista Psicologia Ciência e Profissão.</p>	<p>1) Produção da Revista Psicologia Ciência e Profissão.</p> <p>2) Publicação da Revista Psicologia Ciência e Profissão em diversas plataformas de comunicação</p>

<p>OBJETIVO: Produzir e publicar a Revista Psicologia Ciência e Profissão em diversas plataformas de comunicação buscando manter sua periodicidade e ampliar seu público leitor.</p>	
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p> <p>2.5: Assessoria de Imprensa.</p> <p>OBJETIVO: Ampliar e aperfeiçoar o relacionamento com a imprensa por meio do envio de pautas, releases, artigos, indicação de fontes para entrevistas e posicionamentos incisivos e rápidos de forma que haja conteúdo com o intuito de aumentar a participação do CFP na mídia.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Construção de releases. 2) Realização de contatos com a imprensa sobre assuntos de interesse nacional que estão relacionados com a Psicologia. 3) Inserção do ponto de vista da profissão nos debates da sociedade. 4) Proposição de pautas e temas para a imprensa. 5) Construção de intercâmbio de informações com as assessorias de comunicação dos CRPs. 6) Otimização do atendimento à imprensa por meio de um banco de interessados em conceder entrevistas por temas. 7) Criação, no portal, de uma área específica para posicionamentos do CFP em relação a temas de interesse da Psicologia. 8) Elaboração de conteúdos adaptados aos diversos públicos da instituição (interno, externo, imprensa e parceiros).
<p>POLÍTICA 2: COMUNICAÇÃO SOCIAL PROGRAMA</p> <p>2.6: Comunicação Interna.</p> <p>OBJETIVO: Melhorar a divulgação e a informação interna.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Criação de uma rede intranet (acessível somente para o corpo funcional) que seja possível armazenar arquivos e divulgar mensagens além de permitir interatividade, divulgação de eventos da empresa e participação dos membros na produção de conteúdo.
<p>POLÍTICA 3: FORMAÇÃO CIENTÍFICA E PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA PROGRAMA</p> <p>3.1: Título de Especialista.</p> <p>OBJETIVO: Deliberar sobre os processos e requisitos necessários para obtenção do título de especialista.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Constituição de grupo de trabalho sobre o tema. 2) Realização de reuniões presenciais do grupo de trabalho. 3) Participação no Congresso Brasileiro de Psicologia: reunião com entidades formadoras. 4) Realização de diálogo com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP. 5) Realização de contatos e diálogos com Ministério Público Federal (MPF). 6) Realização de contatos e diálogos com o Ministério da Educação (MEC) e com o Conselho Nacional de Educação (CNE) visando o diálogo para a possibilidade de

	<p>credenciamento dos núcleos formadores.</p> <p>7) Realização de contatos e diálogos com entidades formadoras visando discutir a questão das especialidades.</p>
<p>POLÍTICA 3: FORMAÇÃO CIENTÍFICA E PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA PROGRAMA</p> <p>3.2: Avaliação de Cursos de Graduação em Psicologia junto com o Ministério da Educação - MEC.</p> <p>OBJETIVO: Estabelecer parceria com o Ministério da Educação para produzir indicadores e critérios para auxiliar na avaliação dos cursos de graduação em Psicologia.</p>	<p>1) Criação de grupo de trabalho sobre o tema.</p> <p>2) Rearticulação do convênio com o Ministério da Educação (MEC) sobre a avaliação de cursos de graduação.</p> <p>3) Constituição, em conjunto, de critérios para avaliação dos cursos de graduação em Psicologia.</p> <p>4) Apreciação dos critérios para avaliação dos cursos de graduação de Psicologia.</p> <p>5) Realização de avaliação de cursos de graduação de Psicologia junto com o MEC.</p> <p>6) Realização de diálogo com a ABEP e outras entidades de Psicologia sobre os cursos de graduação.</p>
<p>POLÍTICA 4: MEMÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA PROGRAMA</p> <p>4.1: Memória da Psicologia Brasileira.</p> <p>OBJETIVO: Resgatar e ampliar o conhecimento sobre o campo histórico da área de Psicologia no Brasil, em seus aspectos de produção intelectual, científica e profissional e apoiar pesquisas sobre o tema.</p>	<p>1) Criação da Comissão da Memória da Psicologia Brasileira.</p> <p>2) Organização e digitalização dos acervos de psicólogos(os) e instituições.</p> <p>3) Atualização do Dicionário Biográfico da Psicologia brasileira – Pioneiros.</p> <p>4) Mapeamento dos livros clássicos da Psicologia brasileira.</p> <p>5) Realização de atividades de apoio às pesquisas que investigam a relação das(os) psicólogas(os) (professores, estudantes e profissionais) com a ditadura brasileira (1964- 1985).</p>
<p>POLÍTICA 4: MEMÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA PROGRAMA</p> <p>4.2: Memória do Conselho Federal de Psicologia.</p> <p>OBJETIVO: Resgatar a história do Conselho Federal de Psicologia.</p>	<p>1) Sistematização e disponibilização dos registros das gestões do Conselho Federal de Psicologia (a partir de 1975).</p> <p>2) Digitalização e disponibilização das atas e outros documentos históricos do Conselho Federal de Psicologia.</p> <p>3) Recuperação da documentação relativa à concessão do título honorário de psicóloga(o) a personagens vinculados à ditadura militar de 1964 a 1985.</p>
<p>POLÍTICA 5: ORIENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ÉTICA PROGRAMA</p> <p>5.1: Secretaria de Orientação e Ética.</p> <p>OBJETIVO: Promover a revisão das</p>	<p>1) Revisão do Manual Unificado de Orientação e Fiscalização – MUORF.</p> <p>2) Promoção de evento para discussão do procedimento de conciliação com o Sistema Conselhos de Psicologia.</p> <p>3) Padronização das rotinas processuais e orientar a tramitação dos processos éticos</p>

<p>normativas de orientação e fiscalização e instrumentalizar conselheiros e fiscais para sua atuação. Discutir a implementação do procedimento de conciliação no Sistema Conselhos de Psicologia</p>	<p>nos Conselhos Regionais de Psicologia, capacitando os membros das Comissões de Orientação, Fiscalização e Ética. 4) Organização do Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Ética – COEs e Comissões de Orientação e Fiscalização – COFs.</p>
<p>POLÍTICA 6: GESTÃO E PROCESSOS DA AUTARQUIA PROGRAMA</p> <p>6.1: Capacitação dos Conselhos Regionais de Psicologia – CRPs.</p> <p>OBJETIVO: Alinhar os processos administrativos do Sistema Conselhos de Psicologia e compartilhar soluções informatizadas com os Conselhos Regionais.</p>	<p>1) Treinamento das equipes administrativo e financeiro dos CRPs. 2) Adaptação das ferramentas do CFP para os Conselhos Regionais. 3) Desenvolvimento de novos aplicativos de migração entre o CFP e o Sistema Conselhos. 4) Implementação de documentos em acordo com as normativas do Tribunal de Contas da União (TCU) para repasses financeiros aos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).</p>
<p>POLÍTICA 6: GESTÃO E PROCESSOS DA AUTARQUIA PROGRAMA</p> <p>6.2: Reestruturação Administrativa.</p> <p>OBJETIVO: Aprimorar a estrutura administrativa do CFP.</p>	<p>1) Estabelecimento dos Acordos Sindicais anuais.</p>
<p>POLÍTICA 6: GESTÃO E PROCESSOS DA AUTARQUIA PROGRAMA</p> <p>6.3: Tecnologia da Informação do CFP.</p> <p>OBJETIVO: Planejar e desenvolver soluções tecnológicas que visem atender inscrições em eventos, desenvolver ferramentas de automatização dos fluxos internos e do sistema conselhos e promover uma melhoria na segurança e disponibilidade da rede wi-fi.</p>	<p>1) Criação de novos sistemas, em especial, ferramentas de automatização dos fluxos internos, por exemplo, Gestão de Ações e Atividades, Cadastro Geral, Controle de Documentos, entre outros. 2) Implantação de tecnologia de Certificação Digital nas carteiras profissionais e nos fluxos internos do CFP e do Sistema Conselhos. 3) Reformulação do Sistema de Inscrição em Eventos. 4) Atualização da infraestrutura, contemplando a virtualização do ambiente com storage e equipamento de backup em fita. 5) Atualização dos sistemas operacionais dos servidores e sistemas de banco de dados. 6) Implementação da rede WI-FI corporativa.</p>
<p>POLÍTICA 6: GESTÃO E PROCESSOS DA AUTARQUIA PROGRAMA</p> <p>6.4: Cadastro Nacional de Psicólogas(os)</p>	<p>1) Criação de mecanismos para atrair a(o) psicóloga(o) a efetuar a atualização de dados, como a integração de sistemas do CFP com o Cadastro Nacional.</p>

<p>– CN.</p> <p>OBJETIVO: Aprimorar a qualidade dos dados do Cadastro Nacional de Psicólogos(os).</p>	<p>2) Integração dos sistemas de controle cadastral e financeiros.</p>
<p>POLÍTICA 6: GESTÃO E PROCESSOS DA AUTARQUIA PROGRAMA</p> <p>6.5: Gestão por projetos através de editais.</p> <p>OBJETIVO: Possibilitar o acesso público e democrático das Entidades Nacionais da Psicologia e instituições/organizações do campo da Psicologia para apoio do CFP (financeiro, de recursos materiais e mídia) na realização de ações de interesse da Psicologia (ciência e profissão), em conformidade com a vontade da categoria profissional expressa nas deliberações do VIII CNP.</p>	<p>1) Constituição de rubrica específica no orçamento para fomento de ações, projetos, pesquisas e/ou tarefas que serão executadas via editais.</p> <p>2) Estabelecimento e definição dos valores a serem disponibilizados, segundo a periodicidade estabelecida pelo Plenário.</p> <p>3) Constituição de Grupo de Trabalho para proposição dos editais e avaliação dos projetos, com a definição de convidados/pareceristas por tema.</p> <p>4) Elaboração de edital padrão no qual estarão estabelecidos prazos, os critérios de avaliação e a pontuação.</p> <p>5) Criação de estratégia de lançamento nacional do Programa de Gestão por Projetos.</p>
<p>POLÍTICA 7: SAÚDE PROGRAMA</p> <p>7.1: Defesa do Sistema Único de Saúde – SUS.</p> <p>OBJETIVO: Ampliar e promover o debate na perspectiva da defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e problematizar a privatização pelos diferentes mecanismos: Organização Social (OS), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e Fundações.</p>	<p>1) Realização de atividades, em conjunto com os Conselhos Regionais de Psicologia sobre a privatização do SUS.</p> <p>2) Acompanhamento das atividades da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS).</p> <p>3) Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde.</p>
<p>POLÍTICA 7: SAÚDE PROGRAMA</p> <p>7.2: Saúde Suplementar.</p> <p>OBJETIVO: Garantir na saúde suplementar a autonomia do fazer psicológico, visando o atendimento integral ao usuário, dentro da perspectiva do projeto terapêutico singular – PTS, buscando a interdisciplinaridade e a superação da lógica hierárquica das profissões.</p>	<p>1) Regulamentação do exercício profissional da(o) psicóloga(o) que atua na Saúde Suplementar.</p> <p>2) moção de diálogos com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANSS e Planos de Saúde.</p> <p>3) Acompanhamento das atividades: do Comitê de Padronização das Informações em Saúde Suplementar - COPISS/ANS; do Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar - COGEP/ANS, bem como os seus Grupos de Trabalho; da Câmara Técnica sobre Monitoramento da</p>

	<p>Contratualização/ANS; da Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde - CRTS/Ministério da Saúde e Grupo de Trabalho Revisão do Rol de Procedimentos/NA; da Frente dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde - - FCPAS; do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde - FCFAS; do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde - FENTAS; do andamento dos Projetos de leis nas casas legislativas.</p>
<p>POLÍTICA 7: SAÚDE PROGRAMA</p> <p>7.3: Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (AD).</p> <p>OBJETIVO: Reafirmar os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Política de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e Outras Drogas buscando garantir a humanização do cuidado e estabelecer uma aproximação com as(os) psicólogas(os) inseridos na rede pública de saúde, em especial, as(os) psicólogas(os) que trabalham nas Comunidades Terapêuticas.</p>	<p>1) Realização de atividades de aproximação com psicólogas(os) inseridos na rede pública de saúde e com os diferentes interlocutores que atuam no campo, como: Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA); Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA); Frente Nacional Drogas e Cidadania, entre outros.</p> <p>2) Participação nos espaços de controle social.</p> <p>3) Acompanhamento: da tramitação de proposições legislativas referentes ao tema; das atividades do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/Ministério da Justiça, bem como suas comissões e grupos de trabalho; das atividades da Comissão Intersetorial de Saúde Mental - CISM/CNS; das atividades do Comitê de Mobilização Social da Rede de Atenção Psicossocial/Ministério da Saúde; das atividades da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos - FNDDH; das atividades da Comissão Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - CNAIDS/Ministério da Saúde; das atividades da Comissão Intersetorial de Acompanhamento das Políticas em DST-AIDS - CIADAIDS/CNS.</p>
<p>POLÍTICA 7: SAÚDE PROGRAMA</p> <p>7.4: Descriminalização do usuário e regulamentação do uso de drogas.</p> <p>OBJETIVO: Discutir a posição da</p>	<p>1) Criação de espaços de debate com a categoria.</p> <p>2) Criação de resoluções, em conjunto com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), para garantir a descriminalização do usuário e promover</p>

<p>Psicologia em relação à descriminalização do usuário, bem como a regulamentação do uso recreativo e medicinal de drogas.</p>	<p>pesquisas sobre o uso medicinal da cannabis.</p>
<p>POLÍTICA 8: ASSISTÊNCIA SOCIAL PROGRAMA</p> <p>8.1: Defesa da Política Pública de Assistência Social.</p> <p>OBJETIVO: Contribuir para fortalecer a atuação profissional da Psicologia, visando a consolidação do Sistema Único de Assistência Social no País no sentido de superar a lógica assistencialista presente no processo histórico brasileiro.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Promoção de debates sobre a Política Nacional da Assistência Social. 2) Ampliação e consolidação da representação das(os) psicólogas(os) nas diversas instâncias e organizações que compartilham a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tais como: Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS), Mesa Nacional de Gestão do Trabalho do SUAS. 3) Ampliação da aproximação da Psicologia com os usuários dos serviços do SUAS nos espaços de formulação, debate e controle social da Política de Assistência Social. 4) Elaboração e distribuição de folder sobre a Comissão Nacional de Assistência Social. 5) Participação do CFP em eventos, encontros e congressos referentes à Assistência Social (COGEMAS, FONSEAS, FONACEAS, dentre outras atividades de representação e em espaços promovidos por outras organizações). 6) Realização de encontro com as(os) psicólogas(os) dos Fóruns Estaduais dos Trabalhadores do SUAS.
<p>POLÍTICA 8: ASSISTÊNCIA SOCIAL PROGRAMA</p> <p>8.2: Qualificação do trabalho da(o) psicóloga(o) no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).</p> <p>OBJETIVO: Buscar a qualidade técnica no SUAS, por meio de melhores condições e relações de trabalho e da consolidação dos direitos socioassistenciais.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Proposição de práticas interdisciplinares da atuação no SUAS considerando as diversas profissões regulamentadas no âmbito da política. 2) Produção de referências técnicas para a atuação profissional, considerando o marco legal da política e as práticas profissionais. 3) Identificação das(os) psicólogas(os) que atuam no SUAS, com vistas a mapear as condições de trabalho e sistematizar práticas profissionais em diálogo com as especificidades do campo de atuação e realidades regionais.
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Orientação das ações do CFP a partir das diretrizes do VIII CNP. 2) Acompanhamento do Fórum Nacional

<p>9.1: Defesa da Infância e da Juventude.</p> <p>OBJETIVO: Aplicabilidade integral do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.</p>	<p>dos Direitos da Criança e do Adolescente – FNDCA.</p> <p>3) Acompanhamento das atividades da Rede Nacional Primeira Infância.</p> <p>4) Acompanhamento das atividades do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.</p> <p>5) Participação na discussão sobre a redução da maioridade penal.</p> <p>6) Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA/SDH-PR).</p> <p>7) Promoção de campanhas e debates sobre o tema.</p> <p>8) Acompanhamento das discussões e atividades dos Conselhos Tutelares, Casas de acolhimento e abrigamento institucional.</p> <p>9) Realização de debates sobre o tema das medidas socioeducativas e a necessidade de priorizar o atendimento socioeducativo em meio aberto (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE).</p>
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p> <p>9.3: Escuta de Criança e Adolescente - Depoimento Especial.</p> <p>OBJETIVO: Buscar a garantia dos direitos da criança e do adolescente nos diferentes processos judiciais.</p>	<p>1) Construção de nova Resolução do CFP sobre o tema.</p> <p>2) Participação em todas as etapas da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, salientando a importância de parceria com o Serviço Social.</p> <p>3) Realização de seminário presencial e online e produção de referência técnica em comemoração aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.</p> <p>4) Consulta à categoria sobre as demandas relativas à rede de proteção.</p> <p>5) Elaboração de documento de referência para o site do CFP sobre a rede de proteção.</p>
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p> <p>9.3: Justiça e Segurança Pública.</p> <p>OBJETIVO: Dar visibilidade a outras formas de administração de conflitos e responsabilização, tais como mediação e</p>	<p>1) Acompanhamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP/Ministério da Justiça.</p>

<p>conciliação, evidenciando o sistema de controle social punitivo/seletivo e a construção sócio histórica da criminalidade e do indivíduo criminoso.</p>	
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p> <p>9.4: Trabalho do Profissional da Psicologia no Sistema de Justiça e Segurança Pública.</p> <p>OBJETIVO: Contribuir para fortalecer a atuação profissional da Psicologia, visando a consolidação do Sistema Único de Assistência Social no País no sentido de superar a lógica assistencialista presente no processo histórico brasileiro.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Elaboração de atividades para promover alterações na Lei de Execução Penal-LEP. 2) Realização de reunião presencial com os colaboradores da Comissão de Psicologia Jurídica. 3) Levantamento das condições de trabalho das(os) psicólogas(os) no sistema prisional em relação ao tipo de vínculo empregatício e nas CTCs. 4) Investigação das condições de trabalho das(os) psicólogas(os) pós as PPPs e a Resolução nº. 12/2011. 5) Ampliação das relações com o poder judiciário, associações e entidades relacionadas. 6) Proposição da alteração da Lei de Execução Penal - LEP, incluindo a assistência psicológica.
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p> <p>9.5: Desconstrução dos Manicômios e Hospitais de Custódia.</p> <p>OBJETIVO: Problematizar o instituto da medida de segurança e o mito da periculosidade enquanto ideologia que impulsiona e mantém práticas punitivas e segregatórias.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Articulação e promoção de ações de inspeção/avaliação aos manicômios/hospitais de custódia, em parceria com Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Ministério Público – MP e outros, objetivando evidenciar as condições para o cumprimento da medida de segurança e a manutenção, indeterminada, da periculosidade dos sujeitos portadores de sofrimento mental em conflito com a lei.
<p>POLÍTICA 9: SEGURANÇA, JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS PROGRAMA</p> <p>9.6: Família, Mediação e Conciliação.</p> <p>OBJETIVO: Evitar a judicialização dos conflitos intrafamiliares que possam ser objeto de solução pela mediação ou conciliação.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Levantamento acerca das resoluções, legislações e orientações existentes acerca das formas alternativas de resolução de conflito (Conciliação, Mediação e Arbitragem).
<p>POLÍTICA 10: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROGRAMA</p> <p>10.1: Comissão de Direitos Humanos do CFP.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Desenvolvimento de atividades de incentivo a reflexão sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia. 2) Intervenção em todas as situações em

<p>OBJETIVO: Defender posicionamento pela garantia dos Direitos Humanos e subsidiar posicionamento técnico-político do CFP sobre os temas relacionados com os eixos de trabalho da Comissão de Direitos Humanos.</p>	<p>que existam violações dos direitos humanos que produzam sofrimento mental.</p> <p>3) Participação de iniciativas que preservem os direitos humanos na sociedade brasileira.</p> <p>4) Participação de iniciativas que preservem os direitos humanos na sociedade brasileira.</p> <p>5) Atuação nos seguintes eixos de trabalho: ‘Enfrentamento da Violência de Estado e da tortura’; ‘Enfrentamento das violências associados ao racismo e a preconceitos étnicos’; ‘Direitos e enfrentamento às violências de gênero e sexuais’; ‘Direitos e assistência aos usuários de drogas e suas famílias’.</p>
<p>POLÍTICA 10: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROGRAMA</p> <p>10.2: Enfrentamento à tortura e todas as formas de violência.</p> <p>OBJETIVO: Dar visibilidade ao posicionamento da autarquia que subsidie o fim da tortura e de todas as formas de violência associadas às polícias e valorizar a iniciativa das clínicas do testemunho como importante trabalho das(os) psicólogas (os) e enfrentamento a qualquer forma de criminalização destes.</p>	<p>1) Acompanhamento das atividades do Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional - CNPCT/SDH-PR.</p> <p>2) Acompanhamento das atividades do Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional - CNPCT/SDH-PR.</p> <p>3) Promoção de debates sobre a questão da violência de Estado e a sua reprodução nas instituições.</p> <p>4) Acompanhamento dos resultados decorrentes da Comissão Nacional da Verdade e seus encaminhamentos.</p> <p>5) Acompanhamento e participação das atividades do projeto ‘Psicologia e Direito à Memória e à Verdade’.</p>
<p>POLÍTICA 10: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROGRAMA</p> <p>10.3: LGBT/ Gênero.</p> <p>OBJETIVO: Orientar a(o) psicóloga(o) sobre o direito a livre orientação sexual e de gênero a partir de uma perspectiva dos direitos humanos.</p>	<p>1) Enfrentamento da homofobia e da violência de gênero.</p> <p>2) Marcação de posicionamento pela superação da patologização das identidades transsexuais.</p> <p>3) Discussão, apropriação e aproximação com as entidades e movimentos sociais.</p> <p>4) Acompanhamento e participação das atividades do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Proteção dos Direitos de LGBT - CNCD/SDH-PR.</p> <p>5) Acompanhamento das atividades o Comitê de Monitoramento, Prevenção e Combate da Violência Contra a População LGBT; LGBT - CNCD/SDH-PR.</p> <p>6) Acompanhamento das atividades a</p>

	Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. – CISPLGBT/CNS.
<p>POLÍTICA 10: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROGRAMA</p> <p>10.4: Laicidade.</p> <p>OBJETIVO: Reafirmar a laicidade do Estado e da ciência psicológica, ampliando o debate sobre a laicidade da ciência e do Estado e acompanhamento dos movimentos e organizações sociais.</p>	<p>1) Realização de debates online sobre a laicidade da ciência e do Estado.</p> <p>2) Realização de atividades de orientação e fiscalização da atuação profissional, combatendo práticas que ferem o Código de Ética Profissional.</p> <p>3) Acompanhamento das atividades do Movimento Estratégico Estado Laico, por meio de monitoramento do site e participação em eventos.</p> <p>4) Produção de documento de referência sobre o tema, para a categoria, como resultado da articulação com o grupo de trabalho da APAF ‘Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia de ética’ e o aprofundamento no acompanhamento das discussões do MEEL.</p> <p>5) Coordenação do grupo de trabalho ‘Laicidade e Psicologia’ da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF.</p>
<p>POLÍTICA 11: EDUCAÇÃO PROGRAMA</p> <p>11.1: Universalização da Educação</p> <p>OBJETIVO: Estimular ações para o amplo acesso e a permanência de crianças e jovens nos espaços educativos através da promoção de debates sobre a temática ampla da educação e da presença da equipe técnica e promoção de pesquisas na área</p>	<p>1) Realização de debates sobre o tema.</p> <p>2) Acompanhamento dos projetos de lei e audiências públicas sobre a escola pública brasileira e presença de psicólogos(os) nas escolas.</p> <p>3) Encaminhamento junto às Instituições de Ensino Superior – IES: dimensões curriculares importantes para a formação do profissional de Psicologia para o campo educativo - publicações específicas sobre a área.</p> <p>4) Publicação de editais para apoio a pesquisas dentro desse campo de atuação profissional.</p> <p>5) Promoção de encontros com pesquisadores da área, especialmente GT de Psicologia Escolar e Educacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP.</p> <p>6) Publicação de material explicativo, divulgando o trabalho da(o) psicóloga(o) nas escolas - pré-escola à universidade.</p>
<p>POLÍTICA 12: PSICOLOGIA E CIDADES PROGRAMA</p>	<p>1) Criação da comissão de Psicologia e Mobilidade Humana e Urbana.</p>

<p>12.1: Mobilidade Humana e Urbana.</p> <p>OBJETIVO: Dar visibilidade ao direito à cidade, na perspectiva do coletivo, da circulação de todos, do acesso e ocupação dos espaços públicos.</p>	<p>2) Organização de debates com as(os) psicólogas(os) do trânsito sobre os temas: avaliação psicológica, mobilidade humana e urbana, educação no trânsito.</p> <p>3) Articulação de parceria com interlocutores e Ministério da Educação - MEC para a inserção do tema na formação acadêmica da(o) psicóloga(o).</p> <p>4) Acompanhamento da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito - CTSMA/DENATRAN.</p> <p>5) Articulação no Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) para a criação de legislação específica para determinar que todos os exames de sua competência devem ser distribuídos imparcialmente, por meio de divisão equitativa obrigatória e impessoal, entre as (os) psicólogas (os) credenciados em uma mesma área de jurisdição do órgão executivo de trânsito.</p> <p>6) Diálogo com o Contran e Denatran para que seja repassada para a clínica credenciada a taxa de reteste.</p> <p>7) Fomento à discussão com a categoria sobre a atuação das (os) psicólogas (os) na temática mobilidade urbana, promovendo audiências públicas e outras ações na sociedade e nos poderes instituídos, elaborando nota técnica sobre avaliação psicológica no trânsito e fazendo articulação na Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) para inclusão na tabela de honorários do serviço de processo de avaliação psicológica para fins de Carteira Nacional de Habilitação - CNH e os respectivos valores.</p> <p>8) Fomento as pesquisas e estímulo a eventos que qualifiquem a(o) psicóloga(o) para participar efetivamente do enfrentamento por melhor qualidade de vida no contexto da mobilidade urbana, participando ativamente das ações da década mundial de ações pela segurança viária.</p> <p>9) Incentivo e apoio a criação da Associação Brasileira de Mobilidade Urbana e Trânsito e regulamentação da participação dos CRPs nos Departamentos</p>
--	---

	Estaduais de Trânsito - Detrans, bem como nas bancas especiais.
<p>POLÍTICA 12: PSICOLOGIA E CIDADES PROGRAMA</p> <p>12.2: Emergências e Desastres.</p> <p>OBJETIVO: Definir diretrizes para o trabalho da(o) psicóloga(o) no campo a partir de articulações intersetoriais.</p>	<p>1) Realização de debates sobre a Psicologia de Emergências e Desastres.</p> <p>2) Incentivo a publicação de relatos de experiência na Revista Psicologia Ciência e Profissão.</p> <p>3) Promoção de articulação intersetorial para qualificar a participação de psicólogas(os) na Política de Proteção e Defesa Social.</p> <p>4) Acompanhamento das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial de Ajuda Humanitária/Ministério de Relações Exteriores.</p> <p>5) Acompanhamento das reuniões de Movimentos sobre a Política Emergências e Desastres.</p>
<p>POLÍTICA 12: PSICOLOGIA E CIDADES PROGRAMA</p> <p>12.3: Esporte, Cultura e Lazer.</p> <p>OBJETIVO: Ampliar o debate sobre o esporte como valor social e como um direito fundamental de todos.</p>	<p>1) Problematização da inserção da(o) psicóloga(o) do esporte nas políticas públicas para o esporte, saúde e qualidade de vida.</p> <p>2) Discussão sobre o sistema e as condições de trabalho dos profissionais (técnicos, atletas, equipe multiprofissional, entre outros) que atuam no alto rendimento.</p> <p>3) Coordenação do GT 'Psicologia e Esporte' da APAF.</p>
<p>POLÍTICA 13: MÍDIA E COMUNICAÇÃO PROGRAMA</p> <p>13.1: Democratização dos Meios de Comunicação.</p> <p>OBJETIVO: Buscar proteção dos direitos da população na sua relação com a mídia através da articulação com diversos atores sociais.</p>	<p>1) Acompanhamento do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação – FNDC.</p> <p>2) Acompanhamento do Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa (CASC - Classind) do Ministério da Justiça.</p> <p>3) Emissão de pareceres para auxiliar na análise de processos diversos relacionados com publicidade e mídia, conforme convênio firmado com a Senacom (Secretaria Nacional do Consumidor – Ministério da Justiça).</p>
<p>POLÍTICA 14: DIVERSIDADE PROGRAMA</p> <p>14.1: Psicologia e Relações Raciais.</p> <p>OBJETIVO: Propor discussões sobre a interface da Psicologia com as relações sociais e fortalecer as proposições da</p>	<p>1) Organização de parcerias com movimentos e entidades para discussão da temática.</p> <p>2) Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR/SEPPIR.</p> <p>3) Realização de atividades de divulgação da Resolução CFP nº 18/02 junto à</p>

Resolução CFP nº 18/02	categoria.
<p>POLÍTICA 14: DIVERSIDADE PROGRAMA</p> <p>14.2: Direitos da Mulher.</p> <p>OBJETIVO: Discutir as condições de vulnerabilidade das mulheres e suas especificidades na interseccionalidade com raça e condição social; promover discussão sobre a inserção das mulheres no mundo do trabalho, educação, espaços de poder e decisão; e, discutir a necessidade de políticas públicas específicas a elas direcionadas e de acesso ao exercício de direitos.</p>	<p>1) Realização de debates e eventos visando ampliar a discussão sobre os direitos humanos das mulheres que poderá versar sobre qualquer um dos seguintes temas: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; Educação para igualdade e cidadania; Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; Cultura, esporte, comunicação e mídia; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.</p> <p>2) Participação nas reuniões do plenário do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM/SPM (ordinárias e extraordinárias) e produzir os relatórios, semestralmente, para conhecimento do Plenário.</p> <p>3) Participação em eventos que se relacionem a algum dos temas elencados anteriormente.</p>
<p>POLÍTICA 15: TRABALHO E ORGANIZAÇÕES PROGRAMA</p> <p>15.1: Relações da Psicologia com o Campo do Trabalho e das Organizações.</p> <p>OBJETIVO: Contribuir para o debate pela melhoria das condições de trabalho da população brasileira, por meio de parcerias com os CRPs. Aproximar a Psicologia e a Administração para discutir a interface da atuação profissional de cada categoria nas organizações.</p>	<p>1) Acompanhamento das atividades da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST/CNS.</p> <p>2) Acompanhamento das atividades da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH/CNS.</p>
<p>POLÍTICA 16: RELAÇÃO INSTITUCIONAL PROGRAMA</p> <p>16.1: Relação com Entidades de Interesse da Psicologia.</p>	<p>1) Participação nas reuniões do Fórum de Entidades Nacionais Psicologia Brasileira – FENPB.</p> <p>2) Acompanhamento das atividades e encaminhamentos do GT Pesquisa FENPB que está desenvolvendo o projeto</p>

<p>OBJETIVO: Ampliar o diálogo com entidades da Psicologia Brasileira.</p>	<p>de pesquisa ‘Violência e Preconceito na Escola’ em parceria com o Ministério da Educação - MEC.</p> <p>3) Realização de contatos e disponibilidade de intercâmbio para articular parcerias com entidades nacionais da psicologia brasileira em matéria de interesse do Conselho Federal de Psicologia.</p>
<p>POLÍTICA 16: RELAÇÃO INSTITUCIONAL PROGRAMA</p> <p>16.2: BVS-PSI.</p> <p>OBJETIVO: Manter e ampliar o alcance da BVS-PSI, estimulando o uso pela categoria e pela comunidade geral.</p>	<p>1) Realização de um levantamento das necessidades da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil - BVS-PSI para atender a demanda de pesquisadores e profissionais da Psicologia.</p> <p>2) Divulgação da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil - BVS-PSI como ferramenta auxiliar no processo de formação nos níveis de graduação e pós-graduação.</p> <p>3) Ampliação das ferramentas de referência da BVS-PSI (Dados Psi).</p>
<p>POLÍTICA 16: RELAÇÃO INSTITUCIONAL PROGRAMA</p> <p>16.3: Intercâmbio com Entidades Internacionais da Psicologia.</p> <p>OBJETIVO: Realizar diálogo com entidades da Psicologia de outros países.</p>	<p>1) Aproximação com entidades, tais como: Associação de Psicologia Americana – APA, Federación Iberoamericana de Asociaciones de Psicología, Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP, International Union of Psychological Science – IUPSYS, entre outras.</p> <p>2) Acompanhamento da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia – ULAPSI.</p> <p>3) Acompanhamento do Fórum Permanente do Mercosul - Exercício Profissional em Saúde/Ministério da Saúde.</p> <p>4) Acompanhamento das ações das entidades dos Países de Língua Portuguesa - PSI-PLP (Angola, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Portugal) e fazer intercâmbio buscando atender as necessidades recíprocas.</p>

FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO

E RESULTADOS DOS PLANOS

<p>PROGRAMA 1.1: CENTRO DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO EM PSICOLOGIA</p> <p>Criação de uma plataforma digital a ser alocada no portal do Conselho Federal de Psicologia.</p>	<p>A versão beta do Orientapsi foi lançada em agosto de 2015 e possui mais de 16.000 (dezesseis mil) usuários. Em 2016 Em 2016, a página teve cerca de 182 mil acessos, cerca de 500 ao dia.</p>
<p>Disponibilização, na plataforma digital, de documentos, tais como: resoluções, orientações técnicas, manuais, textos, vídeos, palestras, cursos, entre outros.</p>	<p>O Orientapsi possui uma estrutura para disponibilizar estes conteúdos, que atualmente possui mais de 150 documentos, entre eles: resoluções, notas técnicas, pareceres, código de ética, entre outros.</p>
<p>Esclarecimentos sobre o que são laudos, atestados, declarações e dúvidas mais frequentes da categoria.</p>	<p>Ao todo, foram disponibilizados os seguintes cursos:</p> <ul style="list-style-type: none">• A Perspectiva dos Direitos Humanos na Ética do Trabalho do (a) Psicólogo (a);• Políticas Nacionais de Saúde Mental;• Saúde Mental e Saúde do Trabalhador: Um Diálogo Indispensável;• Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres;• Saúde Mental e Gênero;• Psicologia Organizacional e do Trabalho• Laicidade;• Curso Introdutório ao SUAS;• Ética Profissional;• Atendimento Psicológico on line;• Avaliação Psicológica;
<p>Criação de fóruns, enquetes, pesquisas e outros canais de comunicação direta com a categoria.</p>	<p>Foi lançada apenas a enquete sobre o PL 3.688/2000.</p>
<p>PROGRAMA 1.2: CONDIÇÕES DE TRABALHO E RELAÇÕES COM ENTIDADES DA CATEGORIA.</p> <p>Ampliação das discussões dos temas relativos ao trabalho da (o) psicóloga(o) nas organizações: protagonismo do trabalhador; orientação para aposentadoria; ergonomia; consumo; educação no trabalho; qualidade de vida no trabalho; avaliação psicológica e psicometria no trabalho, enfrentamento à precariedade; saúde do trabalhador; condições de trabalho; carreira; vulnerabilidades e sofrimento no</p>	<p>O Conselho Federal de Psicologia (CFP), representado pela conselheira-secretária da diretoria da Autarquia, Maria da Graça Jacques, participou do II Seminário “Meu Trabalho Está Me Enlouquecendo”, no dia 11 de novembro. O evento, organizado pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST-Serra), foi realizado no Teatro da Universidade de Caxias do Sul (UCS) e contou com a participação de mais de 300 pessoas. No dia 28 de outubro, o CFP realizou mesa sobre condições e relações de trabalho na 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP).</p>

trabalho; políticas públicas organizacionais; atuação na área de RH e gestão de pessoas.	
Atualização e disponibilização da tabela referencial de honorários.	<p>Resultado de contrato firmado em 21 de março de 2016 entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), foi entregue, nesta semana, o relatório final do “Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro”.</p> <p>O documento pretendeu analisar as características dos psicólogos e psicólogas ocupados no Brasil e a forma como se inserem no mercado de trabalho, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).</p> <p>As informações obtidas possibilitaram identificar várias características (entre pessoais, educacionais e familiares) de psicólogos e psicólogas que se encontravam ocupados em 2014, além de apresentar informações sobre o conjunto de ocupados com ensino superior completo – de modo a fornecer uma base de comparação entre a situação dos psicólogos e a dos demais profissionais com o mesmo grau de formação.</p>
Construção do posicionamento em relação ao Projeto de Lei 5440/09 (Piso salarial).	A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 21/10/15, por quase unanimidade, o Projeto de Lei 1.015/2015 que dispõe sobre o piso salarial de R\$ 3.600 para psicólogos. A próxima comissão que avaliará o projeto é a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.
Articulação para aprovação do Projeto de Lei 3338/08 (30 horas).	Com o retorno das atividades parlamentares, o CFP retomou a campanha pela derrubada do veto presidencial, porém, foi mantido o veto em março 2015. Por isso, outro Projeto de Lei foi apresentado à Câmara dos Deputados.
PROGRAMA 1.3: AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.	Foi publicada nesta quarta-feira (3), no Diário Oficial da União (DOU), a

<p>Fortalecimento das atividades da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica.</p>	<p>Resolução CFP Nº 002/2016. O documento – aprovado pelo plenário do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e consolidado pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) em dezembro do ano passado – regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP Nº 001/2002.</p> <p>O pedido de revisão da Resolução 001/2002, norma anterior que tratava da referida temática, surgiu de questionamentos encaminhados pela Polícia Federal, pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) e instituições vinculadas ao tema da Avaliação Psicológica, como o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap) e a Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (Asbro) quando da publicação do Decreto 6.994/09, que dispõe de normas gerais relativas a concursos públicos, que conflitava com a Resolução CFP 001/2002.</p> <p>A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou, no dia 17 de março, no Rio de Janeiro, a palestra Avaliação Psicológica: desafios éticos e técnicos no exercício profissional. O evento, gratuito e aberto a toda a categoria, pretendeu informar e esclarecer os profissionais da Psicologia a respeito de aspectos variados do processo avaliativo.</p> <p>No dia 19 de maio, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu, em Belém (PA), a segunda palestra do projeto CCAP Itinerante, intitulada “Preceitos éticos e técnicos orientadores da Avaliação Psicológica”. O evento foi gratuito e aberto a toda a categoria e estudantes, e abordou os principais pontos e necessidades do Sistema Conselhos, especialmente da necessidade de retificação de resoluções que levam a dúvidas sistemáticas da categoria.</p>
---	--

	<p>A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu, no dia 13 de julho, em Campo Grande (MS), o Curso de Capacitação “Avaliação Psicológica, orientação, ética e exercício profissional” e a terceira palestra do projeto CCAP Itinerante, intitulada “Avaliação Psicológica: desafios éticos e técnicos no exercício profissional”.</p> <p>O curso “Avaliação Psicológica, orientação, ética e exercício profissional” foi voltado a fiscais dos Conselhos Regionais da Região Centro-Oeste e ministrado durante todo o dia.</p> <p>No dia 4 de agosto, Salvador recebeu as atividades da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) do Conselho Federal de Psicologia (CFP).</p> <p>Durante o dia todo foi ministrado o curso “Avaliação Psicológica, orientação, ética e exercício profissional”, voltado a fiscais dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) do Nordeste.</p> <p>À noite, “Avaliação Psicológica: desafios éticos e técnicos no exercício profissional” é tema de palestra gratuita e aberta a toda a categoria, além de estudantes e outras (os) interessadas (os) no tema. O objetivo é abordar os principais pontos do assunto e as necessidades do Sistema Conselhos de Psicologia em relação a ele, especialmente quanto à retificação de resoluções que geram dúvidas nas (os) profissionais.</p> <p>Florianópolis (SC) foi a última capital a receber, nos últimos dias 31/08 e 1º/09, as atividades do projeto “CCAP Itinerante”, promovido pela Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Com foco nos preceitos éticos e técnicos da área, um curso para fiscais da região Sul finalizou a série, realizada ao longo do ano em cada uma das regiões brasileiras. Os encontros anteriores aconteceram no Rio de Janeiro (março), em</p>
--	--

	<p>Belém (maio), Campo Grande (julho) e Salvador (agosto).</p> <p>A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) sistematizou informações sobre os testes psicológicos aprovados durante a gestão 2014-2016 do Conselho Federal de Psicologia (CFP). As fichas-síntese estão disponíveis para consulta no site do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi).</p> <p>As (os) psicólogas (os) cadastradas no Sistema podem acessar a descrição geral do teste – com informações sobre os construtos que o exame pretende avaliar, as áreas de aplicação e possíveis propósitos do teste-, além do resumo técnico e do relatório conclusivo da Comissão.</p> <p>De acordo com o psicólogo coordenador da CCAP, João Alchieri, trata-se de uma ação que visa oferecer subsídios para auxiliar o profissional na escolha do melhor instrumental na avaliação psicológica. “Além de conferir transparência ao processo, a medida mantém o profissional atualizado com novos instrumentais e fornece aos professores materiais que podem ser utilizados nos cursos de Psicologia, nas disciplinas de Processos de Avaliação Psicológica”, explicou.</p>
<p>Assessoramento às instituições e sociedade quanto aos processos relacionados à Avaliação Psicológica.</p>	<p>Foram realizadas palestras itinerantes nas cinco regiões do país, com intuito de discutir a Avaliação Psicológica no Brasil, o papel da CCAP e assuntos referentes ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). A programação contou com a palestra “Avaliação Psicológica: desafios éticos e técnicos no exercício profissional”, gratuita e aberta a toda a categoria, e também com cursos de</p>

	capacitação interna para psicólogos(as) que integram os Conselhos Regionais de Psicologia.
Revisão das resoluções que abarcam direta e indiretamente a Avaliação Psicológica.	1) Resolução CFP 002/2016, que regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP N° 001/2002. 2) Atualização da Resolução 002/2003, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n° 025/2001. Foi aberta Consulta Pública em 2016, mas o processo de revisão da Resolução está em andamento.
Elaboração de notas técnicas de atualização.	Nota Técnica 01/2015 - Orientações e informações sobre análise de testes psicológicos. Nota Técnica 003/2015 - Valores de referência para a avaliação psicológica para a Carteira Nacional Habilitação. Nota Técnica 02/2016 - Orientar psicólogos, editoras e laboratórios responsáveis pela utilização e comercialização de serviços, recursos e produtos psicológicos em ambiente virtual, em plataformas informatizadas. Nota Técnica para orientar as Editoras e laboratórios sobre a atualização de normas de instrumentos psicológicos (em andamento) Nota Técnica para orientar os psicólogos sobre a atualização de normas de instrumentos psicológicos (em andamento)
Revisão da Resolução CFP n° 001/2002: avaliação psicológica em concursos públicos.	Foi publicada a Resolução CFP 002/2016, que regulamenta a Avaliação Psicológica em Concurso Público e processos seletivos de natureza pública e privada e revoga a Resolução CFP N° 001/2002.
Revisão da Resolução CFP n° 07/2003: Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pela(o) psicóloga(o), decorrentes de avaliação psicológica.	Foi formado um Grupo de Trabalho em APAF para revisão da Resolução 007/2003, que realizou uma reunião telefônica em março de 2016 e uma presencial em julho de 2016.
Continuidade às atividades do novo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi).	Elaboração do Regimento Interno do SATEPSI Edital de Chamada Pública para pareceristas ad hoc do SATEPSI Realizada uma reunião com Editoras que comercializam testes psicológicos

	<p>Revisão do documento de Respostas-padrão para orientar categoria</p> <p>Inserção das Fichas Síntese de testes psicológicos aprovados no SATEPSI</p>
Elaboração de proposições para a interface de testes psicológicos com outras profissões.	Está em processo de diálogo entre o CFP e o CFFa o uso compartilhado de instrumento psicológico.
Participação em eventos de difusão da atividade de avaliação psicológica.	<ul style="list-style-type: none"> - Reunião técnica do coordenador da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) com Associação Brasileira de Psicologia Jurídica em julho de 2016 em Belém/PA. - 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia – Outubro 2016 em Fortaleza - Palestra Sobre Avaliação Psicológica – Abril de 2016 Instituto Macapaense do Melhor Ensino Superior em Macapá/AP - Reuniões com Profissionais da Psicologia no Contexto do Trânsito – Janeiro de 2016 em Belém/PA
Divulgação das atividades da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica - CCAP.	As atividades da CCAP têm sido divulgadas no site do CFP. Em junho, foi criado um banner no site do CFP, contendo a nominata com <i>currículo lattes</i> dos membros, a descrição do grupo e suas atividades e ainda os relatos das reuniões realizadas
<p>PROGRAMA 1.4: CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS – CREPOP.</p> <p>Realização de atividades de pesquisa institucional de forma integrada com a rede do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.</p>	Em 2016, foram conduzidas as coletas de dados para os ciclos de pesquisa sobre ‘Atuação profissional de psicólogos em Direitos Sexuais e Reprodutivos’ e ‘Atuação profissional de psicólogos em Populações tradicionais, Indígenas e Quilombolas’, que contaram com elaboração de relatórios de sistematização de dados pelo Grupo de Pesquisas Marxismo e Educação.
Assessoramento à estratégia de monitoramento e avaliação das ações conjuntas de pesquisa.	Realizou-se reunião direcionada aos novos técnicos do CREPOP em 27 de janeiro de 2016, na sede do Conselho Federal de Psicologia, quando técnicos de doze Conselhos Regionais discutiram aspectos teóricos e práticos sobre a relação entre Políticas Sociais e Psicologia, bem como sobre Pesquisa Qualitativa, com ênfase em itens metodológicos do ciclo de pesquisa Políticas e ações no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.
Subsídio às discussões sobre políticas públicas, por meio das informações já	A possibilidade de reimpressão das referências técnicas provenientes de

pesquisadas.	pesquisas já realizadas pelo CREPOP foi colocada como tarefa de um Grupo de Trabalho, que não se reuniu por dificuldades de agenda entre os participantes.
Suporte aos conselheiros federais do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.	O suporte a Conselheiros foi prestado conforme demanda, versando principalmente sobre esclarecimentos a respeito do andamento dos ciclos de pesquisa iniciados em 2014 e 2015.
Suporte a população, universidades e gestores, a partir de demandas originadas no site do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.	As demandas oriundas do site do CREPOP, recebidas via email, foram devidamente respondidas, conforme viabilidade.
Trabalho com dados das pesquisas já realizadas e disponibilização dessas à sociedade.	O GT de Política Indutora esteve inativo durante 2016, tendo em vista dificuldades de agenda entre os participantes e, também, o impasse gerado pela deliberação de APAF (dez/15) para submissão das pesquisas do CREPOP ao sistema CONEP/CNS.
Constituição de um instrumento de gestão no Conselho Federal na sistematização e produção de informações sobre políticas públicas.	Ação adiada tendo em vista a urgência do cumprimento das atividades relacionadas às coletas de dados para os ciclos de pesquisa sobre ‘Atuação profissional de psicólogos em Direitos Sexuais e Reprodutivos’ e ‘Atuação profissional de psicólogos em Populações tradicionais, Indígenas e Quilombolas.
PROGRAMA 1.5: CADASTRO DE SITES Aprimoramento do Sistema Cadastro de Sites buscando atender as novas necessidades, tais como: flexibilidade para alteração de dados, novos relatórios, entre outros.	Em 2016, o Sistema Conselhos de Psicologia avaliou 279 novos pedidos de cadastro de sites, sendo que 170 foram aprovados, 70 foram reprovados e 39 não propuseram à realização de serviços psicológicos online, portanto, não se aplicam à Resolução CFP nº 011/2012. Assim, atualmente, há 865 sites aprovados (sites cadastrados somados com os sites renovados), além dos sites que estão em análise.
PROGRAMA 2.1: PESQUISA E INFORMAÇÃO Criação de clipping informativo.	O clipping é produzido de segunda a sexta ao longo de todo o ano, reunindo notícias da mídia convencional e especializada sobre temas relevantes. O material é enviado diariamente para funcionários do CFP, diretoria, coletivo ampliado, GTs e comissões.
Criação de campanhas de mobilização especial.	Foram diversas as campanhas realizadas ao longo de 2016. E os temas foram: Dia Nacional da Visibilidade Trans; 30 horas

	<p>semanais para a categoria sem redução salarial; Redução da maioridade penal; Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial; Dia Internacional da Mulher; Dia Nacional de Luta Antimanicomial; Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Dia de luta contra a homofobia; Dia do (a) Psicólogo (a); Dia Internacional de Apoio aos Afetados pela Tortura; PL do Piso dos psicólogos; Estatuto do Desarmamento; RádioPSI e divulgação de suas atividades; Psicologia e Esporte; 9º Congresso Nacional da Psicologia (CNP); Whatsapp Psi; XI Concurso de Provas e Títulos de Especialista; OrientaPsi e divulgação de suas atividades; Prêmio de inclusão social na área da saúde mental; Restrição à publicidade infantil; Revista Psicologia: Ciência e Profissão; PL sobre serviços de Psicologia nas escolas; 25 anos do ECA; PL Federal 200/2015 sobre mudanças nas regras da ética em pesquisa clínica com seres humanos; inauguração da Sala das Entidades da Psicologia Brasileira; Exposição do CFP “Memória da Psicologia”; Edital para auxílio financeiro de eventos em 2017; PL que veda atendimento às vítimas de violência sexual no SUS;; APAFs; Seminário Internacional Educação Medicalizada; 16º Simpósio da Anpepp; VIII Colóquio de Psicologia Escolar; Consulta Pública para Testes Psicológicos; projeto “Dia do Psicólogo” é aprovado na Câmara dos Deputados; CCAP Itinerante; Conferência Internacional de Psicologia LGBT; Seleção de pareceristas para Satepsi; Seminário de Psicologia do Trânsito; 7º CBPOT; Seminário “Psicologia Escolar: que fazer é esse?”; Dia da Consciência Negra; 1º Colóquio Internacional em “Recovery (Restabelecimento): Vivências e Práticas; Maio Amarelo; Eleições Sistema Conselhos de Psicologia</p>
Realização de pesquisa sobre os hábitos informativos da categoria.	“Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro”.
PROGRAMA 2.2: INTERATIVIDADE	Descentralização de aprovação de conteúdo

DIGITAL	e produtos da comunicação, com aprovação direta das comissões;
Implantação de fluxos ágeis de aprovação dos produtos jornalísticos.	
Criação de domínios temáticos dentro do portal do CFP (ex: site.cfp.org.br/mulher).	Foram produzidos dois novos sites: Eleições Sistema Conselhos de Psicologia (http://site.cfp.org.br/eleicoes-psicologia-2016/inicio/), 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP) (http://9cnp.cfp.org.br/9-cnp/)
Aprimoramento dos canais de comunicação da autarquia: site, facebook, twitter, youtube.	Foram produzidos, para site e redes sociais, cerca de 290 cards. Entre as mudanças realizadas em 2016, estão: novo Fale Conosco, nominatas completas por plenários, indexação, eliminação de hot-sites datados. Crescimento - durante o ano de 2015, houve um incremento significativo no número de seguidores de páginas e perfis no CFP. No Facebook, rede digital com mais interação por parte da categoria, registrou 173 mil seguidores. Já no Youtube, 14,3 mil e Twitter, 19 mil. No Instagram, 33,8 mil.
Migração da hospedagem do portal do CFP para um plano avançado que comporte a quantidade de acessos existentes.	O portal institucional está hospedado em infraestrutura do CFP.
Elaboração de soluções de comunicação digital, criando interfaces digitais para sites, hotspots, infográficos e soluções web.	Intensificação, com análise e planejamento, das atividades nas redes sociais.
Criação e manutenção de novos canais de diálogo e interação.	Em 2016, o site teve 2.375.731 visualizações da página. Diariamente, são cerca de 2.191 visualizações. Entre as mudanças estão: <ul style="list-style-type: none"> - Nova área para “Fala, Psicólogo@” - Nova área para Consulta Nacional para gestão 2017-2019 do CFP - Atualização da página especial sobre as 30 horas - Atualização da página especial sobre o piso salarial - Novo Fale Conosco - Nominatas completas por plenários - Indexação - Eliminação de hotspots datados.
Criação de espaços de discussão sobre temas da Psicologia.	Em 2016, o CFP realizou 18 transmissões online com participação da categoria, entre eles: Psicologia e Serviço Social na Educação; Aborto: Direitos, políticas para

	mulheres e o papel da Psicologia e Psicoterapia.
Disponibilização de conteúdos variados e de qualidade para internautas, parceiros e veículos de comunicação.	Foram produzidas cerca de 313 notícias e notas.
Divulgação das atividades desenvolvidas pelo CFP e o posicionamento institucional frente a temas diversos de interesse da sociedade.	O CFP realizou plenamente as atividades por intermédio dos meios de comunicação on-line e impressos.
Divulgação do Boletim Eletrônico semanal em diversas plataformas.	Foram enviados 63 boletins
Divulgação do Jornal do Federal em uma versão para tablets e smartphones.	três publicações.
Divulgação de diferentes programas temáticos nos canais de comunicação do CFP.	Produção de diversos programas temáticos, como o "Programa Entre Nós" e "Espaço Formação da Rádio Psi".
PROGRAMA 2.3: PRODUÇÃO & PUBLICAÇÃO. Produção de vídeos sobre temas ligados à Psicologia.	Produzidos diversos vídeos para o canal CFP na TV, vídeos institucionais e de coberturas de eventos, além das vídeo-aulas do OrientaPsi.
Reedição e aumento da periodicidade do Jornal do Federal.	CFP lançou a seção “Fala, Psicólog@!”, no Jornal do Federal, como o objetivo de destinar um espaço à apresentação de profissionais da Psicologia de todas as áreas de atuação e de todas as regiões do país. A cada edição, um(a) profissional conta sua rotina de trabalho, perspectivas e desafios para a atuação na Psicologia.
Publicação de artigos jornalísticos de interesse da Psicologia.	Jornal O Tempo: maioria penal no Brasil deve ser reduzida dos 18 para os 16 anos?, por Mariza Borges
Produção do Boletim Eletrônico semanal em diversas plataformas.	Foram enviados 63 boletins.
PROGRAMA 2.4: REVISTA PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO Produção da Revista Psicologia Ciência e Profissão.	Em 2016, a Revista Psicologia: Ciência e Profissão publicou 68 artigos distribuídos em quatro edições. Desses artigos, 42 foram Relatos de Pesquisa; 14 foram Estudos Teóricos e 12 foram Relatos de Experiência. Até o final de novembro de 2016, a Revista teve 435 manuscritos submetidos, dos quais 52 estão em processo de avaliação de conteúdo, 18 estão em processo de avaliação inicial, e os 365 restantes foram rejeitados por não se adequarem ao padrão da revista. Com o objetivo de revolucionar o processo de editoração da Revista, está em desenvolvimento pela TI do CFP um

	<p>sistema que possibilita controlar o fluxo dos artigos desde a submissão até a publicação. Após a definição das novas diretrizes e metas da Revista, houve uma redução de mais de 68,8% de artigos pendentes até dezembro/2015. É importante ressaltar que todo o passivo restante já teve o devido encaminhamento.</p> <p>Em relação aos artigos pendentes, em 2014, havia um passivo de 222 artigos. Atualmente, não há artigos pendentes.</p>
Publicação da Revista Psicologia Ciência e Profissão em diversas plataformas de comunicação.	Com vistas a propagar o conhecimento científico e ampliar o alcance de artigos acadêmicos para a categoria e para a sociedade, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) iniciou, em julho de 2016, a divulgação de artigos da Revista Psicologia: Ciência e Profissão, publicada na plataforma SciELO. Todo final de semana, uma matéria com entrevista e link de artigo vem sendo publicado no site do CFP http://site.cfp.org.br/psicologia-ciencia-e-profissao/ e nos canais oficiais da Autarquia nas redes sociais.
PROGRAMA 2.5: ASSESSORIA DE IMPRENSA	Produzidos releases diversos de temas da Psicologia enviados à imprensa nacional.
Construção de releases.	
Realização de contatos com a imprensa sobre assuntos de interesse nacional que estão relacionados com a Psicologia.	Foram realizados 62 atendimentos à imprensa.
Inserção do ponto de vista da profissão nos debates da sociedade.	Promovidas ações da assessoria de imprensa em diversos momentos ao longo do ano, como por exemplo, artigos que forma publicados por ocasião do dia do Psicólogo.
Construção de intercâmbio de informações com as assessorias de comunicação dos CRPs.	O CFP mantém canal de diálogo constante com as assessorias de comunicação dos Conselhos Regionais de Psicologia para nivelamentos de informações.
Otimização do atendimento à imprensa por meio de um banco de interessados em conceder entrevistas por temas.	O CFP construiu um banco de fontes dividido por temas.
Criação, no portal, de uma área específica para posicionamentos do CFP em relação a temas de interesse da Psicologia.	Desenvolvimento e lançamento, em agosto de 2015, no portal OrientaPsi de uma área para posicionamento do CFP em relação à temas de interesse da Psicologia.
Elaboração de conteúdos adaptados aos diversos públicos da instituição (interno, externo, imprensa e parceiros).	O CFP produz um clipping diário enviado aos diversos públicos da instituição, bem como um boletim semanal.
PROGRAMA 2.6: COMUNICAÇÃO	O CFP levantou requisitos para desenvolver

<p>INTERNA</p> <p>Criação de uma rede intranet (acessível somente para o corpo funcional) que seja possível armazenar arquivos e divulgar mensagens além de permitir interatividade, divulgação de eventos da empresa e participação dos membros na produção de conteúdo.</p>	<p>a intranet.</p>
<p>PROGRAMA 3.1: TÍTULO DE ESPECIALISTA</p> <p>Constituição de grupo de trabalho sobre o tema.</p>	<p>Comissão de Formação constituída por Jefferson Bernardes, Raquel Guzzo, Meire Viana, Vera Morselli, Caisy Marinho e Barbara Conte acompanham o tema. A Comissão de Psicologia na Educação e a Comissão de Especialidades se uniram para alinhar pontos comuns.</p>
<p>Realização de reuniões presenciais do grupo de trabalho.</p>	<p>No ano de 2015 foram realizadas 04 reuniões relacionadas ao tema em 21/08; 17/09; 22/10 e 18/12. Fizeram-se dez reuniões durante todo o ano de 2015.</p>
<p>Realização de diálogo com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP.</p>	<p>A PSINAED realizou duas reuniões com representantes da ABEP</p>
<p>Realização de contatos e diálogos com Ministério Público Federal (MPF).</p>	<p>A antecipação de tutela foi deferida no dia 13/03/2013 e desde o dia 25/11/2015 os autos estão pra sentença.</p>
<p>Realização de contatos e diálogos com o Ministério da Educação (MEC) e com o Conselho Nacional de Educação (CNE) visando o diálogo para a possibilidade de credenciamento dos núcleos formadores.</p>	<p>Foi realizada uma audiência no CNE, no dia 29 de janeiro no CNE para discutir a questão da especialização. No dia 10 de junho agendamos audiência com o conselheiro Paulo Barone ao sabermos que ele havia alterado substancialmente o conteúdo da minuta da normativa. Ele inseriu, conforme o pleito do CFP, as instituições formadoras voltadas para o mercado profissional, fazendo a distinção entre estas e as instituições de viés academicistas. Depois, descobriu-se que texto do conselheiro relator do Marco Regulatório, Eustáquio Romão, acolhera as sugestões de Paulo Barone. O documento, contudo, não foi votado em 2015.</p>
<p>Realização de contatos e diálogos com entidades formadoras visando discutir a questão das especialidades.</p>	<p>Foi instituída a Portaria 049/2015 que atende o pleito do Instituto Sedes e outro Núcleos formadores que solicitaram credenciamento no intervalo de 2013 a 2014.</p>
<p>PROGRAMA 3.2: AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA JUNTO COM O</p>	<p>A Comissão de Especialistas e a Comissão de Psicologia na Educação se uniram para tratar do tema.</p>

<p>MINISTÉRIO EDUCAÇÃO – MEC</p> <p>Criação de grupo de trabalho sobre o tema.</p>	
<p>Rearticulação do convênio com o Ministério da Educação (MEC) sobre a avaliação de cursos de graduação.</p>	<p>O CFP entrou em contato diversas vezes com o MEC, por telefone e por e-mail. Inicialmente, soube-se que a responsabilidade de resposta ao ofício cabia à SERES, e esse ofício está protocolado sob o nº 058008201479. Em todas as vezes que ligamos, o status do ofício estava como indefinido. Soubemos, então, que a diretora suplente de Política Regulatória da SERES com quem estávamos nos articulando desde o início do processo, Talita Nascimento, havia deixado o cargo. Como não obtínhamos qualquer resposta, tentamos entrar em contato com a ouvidoria do MEC, pelo qual obtivemos o contato da Coordenação Geral de Legislação e Normas de Regulação e Supervisão da Educação Superior, Luciana Garcia. Ela encaminhou o ofício do CFP ao setor de tecnologia que é diretamente responsável pelo e-MEC. Enviamos, por fim, o Ofício nº 1657-15 ao novo Ministro apresentando a demora. Até agora, contudo, não se obteve qualquer resposta.</p>
<p>Constituição, em conjunto, de critérios para avaliação dos cursos de graduação em Psicologia.</p>	<p>A comissão decidiu constituir uma matriz curricular ao invés de critérios de avaliação. Essa matriz deverá ser elaborada em 2016.</p>
<p>Apreciação dos critérios para avaliação dos cursos de graduação de Psicologia.</p>	<p>O CFP possui representação no CNES para discussão da temática.</p>
<p>Realização de avaliação de cursos de graduação de Psicologia junto com o MEC.</p>	<p>Esse objetivo só será alcançado após a elaboração do Termo de Colaboração.</p>
<p>Realização de diálogo com a ABEP e outras entidades de Psicologia sobre os cursos de graduação.</p>	<p>Jefferson Bernardes convidou a ABEP, na figura de sua presidente, Diva Conte, a participar de oficina de formação dos novos critérios constituídos pelo INEP na Comissão Intersetorial de Recursos Humanos do CNS, ocorrida no dia 24 de novembro de 2015.</p>
<p>PROGRAMA 4.1: MEMÓRIA DA PSICOLOGIA BRASILEIRA</p> <p>Criação da Comissão da Memória da Psicologia Brasileira.</p>	<p>A comissão é composta por: AnaJacó, Maria Lúcia Boarini (UEM), Fernando Lacerda (UFG), Cristiane Carvalho (UFPA), Cristina Lhullier (UFSC), Raquel Assis (UFMG) e Denis Carvalho (UFPI)</p>

Atualização do Dicionário Biográfico da Psicologia brasileira – Pioneiros.	O Dicionário está em fase de produção junto à gráfica e deverá ficar pronto até o final do segundo semestre.
Mapeamento dos livros clássicos da Psicologia brasileira.	Realização de atividades de apoio às pesquisas que investigam a relação das (os) psicólogas (os) (professores, estudantes e profissionais) com a ditadura brasileira (1964-1985).
PROGRAMA 4.2: MEMÓRIA DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA Sistematização e disponibilização dos registros das gestões do Conselho Federal de Psicologia (a partir de 1975).	No site do CFP estava apenas a lista de nomes de pessoas que compuseram o plenário do Conselho a partir da década de 1980. Por isso, o XVI Plenário decidiu reconstituir e disponibilizar as nominatas do plenário desde 1973. Para tanto, foi contratada uma empresa especializada em arquivamento de documentos para higienizar e organizar esses registros, que estavam guardados na sede do CFP. As nominatas de todas as gestões foram atualizadas no site.
Digitalização e disponibilização das atas e outros documentos históricos do Conselho Federal de Psicologia.	Contratação de empresa especializada em arquivamento de documentos para higienizar e organizar as nominatas do plenário desde 1973. Hoje todas estão disponíveis no site do CFP http://site.cfp.org.br/cfp/conheca-o-cfp/gestoes/ http://site.cfp.org.br/cfp-inicia-regaste-de-memoria-da-autarquia/ Recuperação da documentação relativa à concessão do título honorário de psicóloga(o) a personagens vinculados à ditadura militar de 1964 a 1985.
Recuperação da documentação relativa à concessão do título honorário de psicóloga(o) a personagens vinculados à ditadura militar de 1964 a 1985.	Nádia Maria Dourado Rocha resgatou as atas das plenárias do ano de mil e novecentos e setenta e sete e constatou que foram concedidos títulos de conselheiros honorários para o ex-presidente do Brasil, Ernesto Geisel, e para o Ministro do Trabalho do ano de 1977, Arnaldo Prieto. Não foi encontrado registro de concessão de título para Emílio Garrastazu Médici. O assunto foi discutido em Plenária que não compactuou com essa concessão, sinalizou para a ampla divulgação da história deste Conselho e continuará olvidando esforços para buscar esclarecimentos e providências para revogação dos títulos concedidos.
PROGRAMA 5.1: SECRETARIA DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA	Houveram quatro reuniões telefônicas, e uma reunião presencial no dia 19 de

<p>Revisão do Manual Unificado de Orientação e Fiscalização – MUORF.</p>	<p>novembro de 2015. Está programada nova reunião presencial para o dia 26 de fevereiro de 2016, com o intuito de finalizar a minuta de resolução a ser apreciada na APAF de maio de 2016.</p>
<p>Promoção de evento para discussão do procedimento de conciliação com o Sistema Conselhos de Psicologia.</p>	<p>Foi enviado o Ofício 041-15 aos Regionais, com consulta sobre a aplicabilidade de conciliação/mediação no Sistema Conselhos. Foi realizada reunião presencial do GT no dia 19 de março de 2015. Enviado no dia 9 de abril de 2015 o Of. Circ. 061-15, com nova solicitação de contribuições dos Regionais sobre o tema, dessa vez por meio de questionário. Houve visita à OAB/RJ, em 15/05/15, para estudo de caso. A SOE tabulou as respostas dos CRs e solicitou parecer da COJUR/CFP sobre o assunto. Após mais duas tele-reuniões, em 10 de julho e 02 de outubro, e uma reunião presencial em 14 de novembro, a minuta de resolução foi consolidada pelo GT e apreciada na APAF de dezembro de 2015, cujo encaminhamento foi de enviar a minuta a todos os Regionais para contribuições, que devem ser apreciadas na APAF de maio de 2016.</p>
<p>Padronização das rotinas processuais e orientar a tramitação dos processos éticos nos Conselhos Regionais de Psicologia, capacitando os membros das Comissões de Orientação, Fiscalização e Ética.</p>	<p>No dia 31 de março de 2015 foi enviado aos Regionais o Ofício Circ. 050-15, com recomendação sobre a publicação de penalidades advindas de processos éticos. No Encontro de COEs, em 13 de novembro, foram discutidos temas relativos à instrução processual e demais rotinas de tramitação e propostos alguns encaminhamentos, como a criação de um GT para revisar o CPD.</p>
<p>Organização do Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Ética – COEs e Comissões de Orientação e Fiscalização – COFs.</p>	<p>No dia 23 de janeiro de 2015 foi realizado um encontro com as COF dos novos CRs (CRP 19, 20, 21, 22 e 23). Nos dias 20 e 21 de março de 2015 foi realizado o Encontro de COFs, com a participação de todos os CRs. O Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Ética (Encoe) reuniu, no dia 13 de novembro, representantes das COEs de todos os 23 Conselhos Regionais de Psicologia e da Secretaria de Orientação e Ética do CFP. Entre os encaminhamentos da reunião, foi deliberado o envio à APAF de proposta de criação de um grupo de trabalho para realizar modificações no CPD.</p>
<p>PROGRAMA 6.1: CAPACITAÇÃO</p>	<p>No exercício em tela não houve</p>

DOS CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA – CRPS. Treinamento das equipes administrativo e financeiro dos CRPs.	Treinamento administrativo e financeiro dirigido aos CRPs.
Adaptação das ferramentas do CFP para os Conselhos Regionais.	O Conselho Federal de Psicologia desenvolveu e disponibilizou o Portal da Transparência padronizado a todo o Sistema Conselhos de Psicologia, conforme determinado pelo Acórdão TCU nº 96/2015.
Desenvolvimento de novos aplicativos de integração entre o CFP e o Sistema Conselhos.	O CFP está desenvolvendo um sistema de gestão de contratos, eventos e cadastro geral que serão disponibilizados ao Sistema Conselhos de Psicologia.
Implementação de documentos em acordo com as normativas do Tribunal de Contas da União (TCU) para repasses financeiros aos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).	No exercício de 2016, o Conselho Federal de Psicologia firmou convênios com os Conselhos Regionais para repasse financeiro, a título de ressarcimento, para custeio das despesas com os técnicos regionais do CREPOP.
PROGRAMA 6.2: REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA. Estabelecimento dos Acordos Sindicais anuais.	As negociações do ACT 2016/2017, entre o CFP e o SINDECOF-DF, foram finalizadas em outubro de 2016.
PROGRAMA 6.3: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CFP. Criação de novos sistemas, em especial, ferramentas de automatização dos fluxos internos, por exemplo, Gestão de Ações e Atividades, Cadastro Geral, Controle de Documentos, entre outros.	Portal da Transparência desenvolvido; Sistema de Gestão de Ações e Atividades desenvolvido; Gestão de Documentos em desenvolvimento.
Implantação de tecnologia de Certificação Digital nas carteiras profissionais e nos fluxos internos do CFP e do Sistema Conselhos.	Na APAF de dezembro de 2015, foi criado um grupo de trabalho para análise e definição da nova identidade profissional da(o) psicóloga(o).
Reformulação do Sistema de Inscrição em Eventos.	Em virtude da grande quantidade de demandas destinadas a Divisão de Desenvolvimento de Sistemas em 2015 não possibilitou a implementação destas melhorias.
Atualização da infraestrutura, contemplando a virtualização do ambiente com storage e equipamento de backup em fita.	O CFP adquiriu em 2015 3 novos servidores, licitou um storage, equipamentos de rede, computadores desktop e notebooks, que serão entregues em janeiro de 2016.
Atualização dos sistemas operacionais dos servidores e sistemas de banco de	Em 2015 foram adquiridas novas licenças de softwares.

dados.	
Implementação da rede WI-FI corporativa.	Este projeto não foi totalmente implementado, será necessário adquirir mais 4 APs.
PROGRAMA 6.4: CADASTRO NACIONAL DE PSICÓLOGAS(OS) – CN Criação de mecanismos para atrair a(o) psicóloga(o) a efetuar a atualização de dados, como a integração de sistemas do CFP com o Cadastro Nacional.	O Sistema do Cadastro Nacional, SISCAFWEB, recebeu em 2015 um importante implementação, a integração com a base de CEPs dos Correios, possibilitando assim maior confiabilidade e agilidade ao atualizar os dados de endereço, tendo em vista que ao fornecer o número do CEP, os campos logradouro, bairro, cidade e UF são preenchidos automaticamente.
Integração dos sistemas de controle cadastral e financeiros.	Foram realizadas reuniões com a Implanta Informática e os Conselhos Regionais para discutir melhorias no SISCAF.
PROGRAMA 6.5: GESTÃO POR PROJETOS ATRAVÉS DE EDITAIS. Constituição de rubrica específica no orçamento para fomento de ações, projetos, pesquisas e/ou tarefas que serão executadas via editais.	No ano de 2015, o CFP aprovou a rubrica de R\$ 300.000,00 para o auxílio financeiro a eventos que serão realizados em 2016. Desse valor, R\$ 150.000,00 são destinados aos eventos que se realizarão entre os dias 1º de janeiro e 30 de junho de 2016; e, R\$ 150.000,00 para os eventos que foram realizados entre o dia 1º de julho e 20 de dezembro de 2016.
Estabelecimento e definição dos valores a serem disponibilizados, segundo a periodicidade estabelecida pelo Plenário.	A cada semestre foram destinados R\$ 150.000,00 para auxílio financeiro a eventos, divididos da seguinte forma: eventos que estão até a 3ª edição (até R\$75.000,00); eventos que estão entre a 4ª e 6ª edição (até R\$ 40.000,00); e, eventos que estão acima da 6ª edição (até R\$ 35.000,00).
Constituição de Grupo de Trabalho para proposição dos editais e avaliação dos projetos, com a definição de convidados/pareceristas por tema.	A Comissão de Avaliação e Julgamento do primeiro edital (Edital de Chamada Pública CFP nº 001/2015) foi constituída por João Carlos Alchieri, Maria da Graça Corrêa Jacques, Nádia Maria Dourado Rocha (CFP), Adelma do Socorro Gonçalves Pimentel (Universidade Federal do Pará/UFPA), Anamélia Araújo de Carvalho (Universidade Federal da Bahia/UFBA), Ângela Almeida (Universidade de Brasília/UnB), Cleci Maraschin (Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS) e Francisco Portugal (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ). A Comissão de Avaliação e Julgamento do segundo edital (Edital de Chamada Pública CFP nº 004/2015) contou

	com a Maria da Graça Torres da Paz (Universidade de Brasília/UnB) como suplente da Ângela Almeida.
Elaboração de edital padrão no qual estarão estabelecidos prazos, os critérios de avaliação e a pontuação.	O CFP aprovou o edital construído pela Comissão de Gestão de Projetos por meio de Editais, na reunião Plenária, realizada nos dias 23 e 24 de janeiro de 2014. O edital foi publicado no Diário Oficial da União no dia 10 de fevereiro para conceder auxílio a eventos que foram realizados no segundo semestre de 2015. Foram recebidas 113 solicitações, sendo 51 negadas porque não atendiam as especificações do edital e 62 propostas aprovadas, concedendo-se no total ou em parte as solicitações. Dos 62 eventos aprovados, 14 não solicitaram o auxílio financeiro ao CFP. No dia 07 de agosto de 2015, foi publicado o segundo edital, o Edital de Chamada Pública CFP n° 004/15, para conceder auxílio financeiro a eventos que serão realizados em 2016. Na primeira etapa, foram recebidas 38 propostas de eventos que serão realizados entre 1º de janeiro de 2016 e 30 de junho de 2016. Dessas propostas, 7 foram negadas e 31 aprovadas.
Criação de estratégia de lançamento nacional do Programa de Gestão por Projetos.	Os dois editais foram amplamente divulgados no site e nas redes sociais do CFP. Também foram enviados ofícios para universidades, entidades de Psicologia diversas e Conselhos Regionais de Psicologia.
PROGRAMA 7.1: DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS. Realização de atividades, em conjunto com os Conselhos Regionais de Psicologia sobre a privatização do SUS.	O Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovou, em reunião plenária realizada em 23 e 24 outubro, uma carta de representação em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) frente ao cenário que ameaça direitos há muito tempo conquistados neste campo. O posicionamento já foi encaminhado ao Conselho Nacional de Saúde e aos Conselhos Regionais de Psicologia, além dos Conselhos de Direitos dos quais a autarquia participa. O CFP realizou, nos dias 17 e 18 de abril de 2015, o "Seminário sobre participação social e representação na área de saúde" com representantes da área da saúde e membros da Comissão de Direitos Humanos do CFP. O evento reuniu aproximadamente 20 representantes do CFP, engajados nos diversos espaços

	<p>relativos à Saúde e teve o objetivo a apresentação das representações na área da Saúde, buscando-se também alinhar o posicionamento do CFP nos diferentes espaços. O CFP também esteve presente na 15ª Conferência Nacional de Saúde (15ª CNS), coordenando os debates do “Eixo V Gestão do SUS e modelos de atenção à saúde” e participando de outras atividades e atos para discutir o sistema e em defesa do SUS. Semiramis Vedovatto também participou do diálogo “Direito à Saúde: Acesso com qualidade e equidade para cuidar bem das pessoas”, disponível em http://site.cfp.org.br/15a-conferencia-nacional-de-saude/. O CFP participou da Reunião de Adesão à Frente em Defesa do SUS e assinou um manifesto em defesa do Sistema Único de Saúde, além da apresentação de uma proposta do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para a construção da Plataforma Unificadora da Defesa do SUS e organização da marcha em Defesa da Saúde do Brasil, da Saúde do Povo Brasileiro, da Democracia e do SUS, que foi realizada no dia 1º de dezembro, na abertura da 15ª Conferência Nacional de Saúde.</p>
<p>Acompanhamento das atividades da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS).</p>	<p>Em 2016, a Frente Parlamentar em Defesa do SUS realizou ato contra a PEC 241 em Brasília com congressistas, militantes de movimentos sociais, sindicalistas, estudantes e outros convidados. Ronald Santos defendeu a mobilização da população contra o projeto.</p> <p>Ele afirmou que o novo regime fiscal significaria “menos Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), menos cirurgias oncológicas, menos Programa Saúde da Família”. Por isso, defendeu que a proposição seja rebatizada como “a PEC da Morte”.</p> <p>Em janeiro de 2016, a FNCPS lançou uma nota com relação a sua participação na 15ª CNS: http://www.contraprivatizacao.com.br/2016/01/1018.html</p> <p>Em abril, a FNCPS apoiou o lançamento na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar em Defesa da Reforma</p>

	<p>Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Coordenada pela deputada Erika Kokay (PT-DF). O grupo obteve a adesão de cerca de 270 parlamentares. A frente é suprapartidária e tem como objetivo promover os direitos das pessoas com transtornos mentais e com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas. A ideia da Frente é monitorar e fiscalizar as políticas públicas e ações governamentais relativas à temática, como a Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Além disso, o colegiado vai acompanhar e discutir as propostas legislativas de aperfeiçoamento da reforma psiquiátrica no Brasil, que, entre outros pontos, determinou o fechamento progressivo dos hospitais psiquiátricos e a instalação de serviços substitutivos que garantam a liberdade e a reintegração social, como os chamados Caps (Centros de Atenção Psicossocial). O diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Maurício Vianna, prometeu que a pasta não vai dar passos atrás na reforma psiquiátrica, a qual, na visão dele, já virou política de Estado e continua avançando, mesmo com a troca de dirigentes. Ele elogiou a instalação da frente pelos deputados lembrando que a luta pela reforma psiquiátrica deve ser permanente, pois violência psiquiátrica, entre outras violações de direitos, marca a sociedade brasileira. “A violência sempre é capaz de se reinventar”, observou. Segundo o dirigente, ainda há 25 mil pacientes em regime manicomial no Brasil. “O nosso desafio é retirá-los desse sistema”, disse. Em junho, a FNCPS lançou Nota de Repúdio à Violência contra as Mulheres, que pode ser acessada através do link: http://www.contraprivatizacao.com.br/2016_06_01_archive.html Em julho, a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde esteve presente no evento de lançamento da Frente Nacional contra o Projeto Escola sem Partido. O movimento acabou por ser nomeado Frente Nacional Escola Sem Mordça.</p>
--	---

<p>Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde.</p>	<p>Durante o ano de 2016, o CFP exerceu seu mandato no CNS como suplente, sendo representado por Semiramis Maria Amorim Vedovatto.</p> <p>Reuniões do Conselho Nacional de Saúde realizadas em 2016:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 277ª Reunião Ordinária – 2 e 3 de fevereiro de 2016 ● 278ª Reunião Ordinária - 16, 17 e 18 de março de 2016 ● 278ª Reunião Ordinária – 6, 7 e 8 de abril de 2016 ● 279ª Reunião Ordinária - 5 e 6 de maio de 2016 ● 280ª Reunião Ordinária – 2 e 3 de junho de 2016 ● 281ª Reunião Ordinária – 7 e 8 de julho de 2016 ● 282ª Reunião Ordinária – 18 e 19 de agosto de 2016 ● 283ª Reunião Ordinária – 15 e 16 de setembro de 2016 ● 284ª Reunião Ordinária – 6 e 7 de outubro de 2016 ● 285ª Reunião Ordinária – 10 e 11 de novembro de 2016 ● 286ª Reunião Ordinária – 8 e 9 de dezembro de 2016
<p>PROGRAMA 7.2: SAÚDE SUPLEMENTAR.</p> <p>Regulamentação do exercício profissional da(o) psicóloga(o) que atua na Saúde Suplementar.</p>	<p>O Conselho Federal de Psicologia realizou duas reuniões com a ANS para definir os critérios de qualidade a serem estabelecidos para os profissionais. Encontros realizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 18 de julho de 2016 – Telerreunião CFP e ANS ● 5 de agosto de 2016
<p>Promoção de diálogos com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANSS e Planos de Saúde.</p>	<p>O CFP possui representação em comissões técnicas da ANSS.</p>
<p>Padronização das Informações em Saúde Suplementar - COPISS/ANS; do Comitê Gestor do Programa de Divulgação da Qualificação dos Prestadores de Serviço na Saúde Suplementar - COGEP/ANS, bem como os seus Grupos de Trabalho; da Câmara Técnica sobre Monitoramento da Contratualização/ANS; da Câmara de</p>	<p>O CFP esteve presente na reunião do Fórum das Entidades dos Trabalhadores da Área de Saúde (Fentas), realizada no dia 06/10/15, para discutir um dos temas debatidos na reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS): Impacto da atual situação econômico-financeira do Brasil nas políticas sociais, com foco na Saúde.</p>

<p>Regulação do Trabalho em Saúde - CRTS/Ministério da Saúde e Grupo de Trabalho Revisão do Rol de Procedimentos/NA; da Frente dos Conselhos dos Profissionais da Área da Saúde – - FCPAS; do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde – FCFAS; do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde – FENTAS; do andamento dos Projetos de leis nas casas legislativas.</p>	
<p>PROGRAMA 7.3: SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS (AD).</p> <p>Realização de atividades de aproximação com psicólogas(os) inseridos na rede pública de saúde e com os diferentes interlocutores que atuam no campo, como: Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA); Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA); Frente Nacional Drogas e Cidadania, entre outros.</p>	<p>Os desafios da Saúde Mental no Brasil foram abordados pela representante do CFP, Semíramis Vedovatto, no III Encontro Científico do Programa em Nome da Vida (PNV), realizado em Goiânia no dia 10 de maio de 2016, o evento tratou sobre “Atenção à Saúde Mental do Usuário de Álcool e Outras Drogas”. O PNV é uma iniciativa de extensão ligada à Pontifícia Universidade Católica (PUC) Goiás.</p> <p>Essa frente foi lançada, em 06 de abril de 2016, com a assinatura de cerca de 270 parlamentares, na Câmara dos Deputados. A cerimônia fez parte das atividades para marcar os 15 anos da Lei nº 10.216. A Frente tem como missão garantir os avanços, ampliar direitos e principalmente lutar contra os retrocessos, como a nomeação para cargos públicos de pessoas que não estejam alinhadas aos princípios da reforma. Mais de 100 pessoas participaram do evento de lançamento. Deputados, integrantes de órgãos governamentais e entidades e militantes enfatizaram a necessidade de manter as instituições mobilizadas pelas políticas de saúde contrárias à lógica manicomial e pelos direitos das pessoas que têm transtorno mental ou problemas com uso de álcool e outras drogas, em especial as crianças e adolescentes. Houve também testemunhos emocionados de representantes de usuários e familiares.</p> <p>No dia 14 de janeiro de 2016, centenas de pessoas se concentraram em frente ao Ministério da Saúde com o objetivo de demonstrar insatisfação e pedir a</p>

	<p>exoneração do novo coordenador. Formado por usuários, familiares, profissionais e representantes de entidades e movimentos sociais ligados à luta antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, o grupo iniciou a mobilização na parte da manhã e à tarde realizou uma assembleia geral, de onde seguiu caminhando até a porta do Ministério da Saúde e depois em passeata pela Esplanada dos Ministérios.</p> <p>Por meio de suas representações, o CFP participou das mobilizações, ressaltando que a categoria continuará lutando para que não haja retrocessos na política de saúde mental. Militantes e pesquisadores, como Stella Goulart, Eduardo Mourão Vasconcelos e Ernesto Venturini, também reforçaram os atos realizados.</p> <p>Confira falas de pesquisadores e representantes de entidades: https://www.youtube.com/watch?v=LkeHUtzkNt4&list=PLnzjy4Y6S0CNmUbfPxWnZ02wjrecK8Sad&index=6</p>
<p>Desenvolvimento de referências técnicas para a atuação, em especial, nas comunidades terapêuticas.</p>	<p>Como membro do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) entregou documento intitulado “Posicionamento do Conselho Federal de Psicologia”, datado de dezembro de 2014, e que expressa a posição desta entidade sobre o tema. O documento também elenca uma série de críticas ao texto da minuta da Resolução nº 1/2015 do Conad, de forma a garantir os direitos humanos e a saúde de dependentes de drogas e seus familiares que optem por utilizar os serviços destes tipos de entidades. Conforme notícia divulgada em junho/2015, no site do CFP (http://site.cfp.org.br/cfp-se-manifesta-contrariamente-a-resolucao-que-regulamenta-funcionamento-de-comunidades-terapeuticas/), apesar da clareza das posições do CFP, não se conseguiu que o texto dessa Resolução nº 1/2015 as incorporasse por completo. Nesse sentido, considera-se que a Resolução aprovada não contempla as posições desse Conselho e viola princípios básicos de direitos, sob o risco de contribuir ainda mais</p>

	<p>para a segregação e exclusão de usuários de drogas e seus familiares, legitimando, com o uso de verbas públicas, o desrespeito aos direitos à saúde, à assistência social e à cidadania. Em síntese, o CFP manifestou-se contrariamente ao texto da Resolução do Conad no que se refere, em especial, ao tempo de internação, à constituição da equipe de atendimento, às modalidades de atendimento de travestis e transexuais e de crianças e adolescentes e aos modelos de monitoramento e fiscalização propostos. Este órgão de classe lamenta que as contribuições da ciência e da prática profissional da Psicologia tenham sido desconsideradas, mas se disponibiliza para o diálogo e a reflexão sobre o tema.</p>
<p>Participação nos espaços de controle social.</p>	<p>As entidades e movimentos sociais da Luta Antimanicomial de todo o país, após 21 dias de ocupação da sala da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas, do Ministério da Saúde, convidaram os mais diversos coletivos brasileiros, trabalhadores do SUS e demais políticas públicas, seus usuários, familiares, estudantes, acadêmicos e todos os apoiadores para ocupar Brasília de 11 a 15 de janeiro de 2016.</p> <p>Devido à posição do ministro da Saúde em manter a nomeação de Wurch, mesmo diante das solicitações de mais de 650 entidades de classe, universidades, parlamentares, movimentos sociais da luta antimanicomial, familiares de usuários e profissionais do sistema público de saúde mental, a ocupação se ampliou nas semanas seguintes.</p>
<p>Acompanhamento: da tramitação de proposições legislativas referentes ao tema; das atividades do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - CONAD/Ministério da Justiça, bem como suas comissões e grupos de trabalho; das atividades da Comissão Intersetorial de Saúde Mental - CISM/CNS; das atividades do Comitê de Mobilização Social da Rede de Atenção Psicossocial/Ministério da Saúde; das atividades da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos – FNDDH; das atividades da Comissão Nacional de</p>	<p>O Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi uma das entidades presentes à Reunião da Frente Nacional de Drogas e Direitos Humanos, que aconteceu no dia 10 de novembro, na sede do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). A reunião teve como objetivo a rearticulação da Frente e contou com a presença de representantes das frentes estaduais de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro; da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD); Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI) e do Sindicato dos Psicólogos</p>

<p>Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - CNAIDS/Ministério da Saúde; das atividades da Comissão Intersetorial de Acompanhamento das Políticas em DST-AIDS – CIADAIDS/CNS.</p>	<p>do Estado de São Paulo (SinPsi-SP), entre outras. No dia 17/12/15, o CFP participou de audiência pública na Câmara dos Deputados, promovida pela deputada federal Erika Kokay (PT/DF), para tratar da nomeação de Valencius Wurch Duarte Filho para a Coordenação Geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde. Também, no dia 21/12/15, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) juntamente com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES), a Federação Nacional dos Psicólogos (FENAPSI), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), e a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) protocolaram um ofício solicitando audiência com o ministro da Casa Civil, Jacques Wagner, para tratar sobre a nomeação de Valencius Wurch Duarte Filho.</p>
<p>PROGRAMA 7.4: DESCRIMINALIZAÇÃO DO USUÁRIO E REGULAMENTAÇÃO DO USO DE DROGAS.</p> <p>Criação de espaços de debate com a categoria.</p>	<p>Conselheiros do Conselho Federal de Psicologia (CFP) participaram, entre os dias 1 e 3 de dezembro, do V Congresso da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (Abramd), em Brasília (DF), com o objetivo de ampliar o debate sobre a política anti-drogas buscando substituí-la pela reflexão antiproibicionista. O CFP foi responsável pela organização de duas atividades na programação do Congresso, a “Roda de Diálogos – Drogas Lícitas e Medicalização” e a “Espiritualidade/religiosidade na atenção e no contexto do uso problemático de drogas”.</p> <p>Há, pela Comissão de Saúde, a proposta de realização de debates direcionados à temática: maconha medicinal (como prévia para o CICAME). A ideia é que seja realizado um ciclo de 05 debates (entre algumas capitais brasileiras – por exemplo: SP, RJ, DF, BA, MG), durante os meses de fevereiro a junho de 2016. Os debates seriam direcionados à referida temática. Um dos debates seria online (DF) e os demais seriam gravados (nas universidades).</p>

	<p>Posteriormente, seria feita a edição destes debates em um único vídeo. Em julho (2016), no evento da ABRASME, seria feito o lançamento deste vídeo.</p>
<p>Criação de resoluções, em conjunto com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), para garantir a descriminalização do usuário e promover pesquisas sobre o uso medicinal da cannabis.</p>	<p>O CFP é membro do CONAD e também participa de grupos técnicos para discussão dessa temática.</p>
<p>PROGRAMA 8.1: DEFESA DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.</p> <p>Promoção de debates sobre a Política Nacional da Assistência Social.</p>	<p>A coordenadora da CONPAS e integrante do Coletivo Ampliado do CFP, Carla Ribeiro, teve participação no 6º Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, promovido pelo CRP-09, nos dias 18, 19 e 20 de maio/2016, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). A intenção da Comissão Organizadora do Seminário foi de contemplar o acesso ao conhecimento das práticas psicológicas nas esferas governamentais, reforçando o papel da (o) psicóloga (o) nas políticas públicas; No dia 11 de junho, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) sediou a atividade de lançamento nacional da Frente em Defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Seguridade Social. O evento contou com representantes do Fórum Nacional e Estaduais de Trabalhadores e Trabalhadoras do Suas (FNTSUAS, FETSUAS), do Fórum Nacional dos Usuários, de servidores públicos que atuam no governo federal, da Frente Brasil Popular, Brigadas Populares, dentre outros movimentos sociais, além de parlamentares convidados e foi transmitido ao vivo pelo link: https://www.youtube.com/watch?v=1n4uHzc-yNw. O Conselho Federal de Psicologia, representado pelo integrante da coordenação executiva da CONPAS, participou do simpósio: Políticas Públicas en el enfoque de la Psicología Política, durante o III Congresso de Ibero-americano de Psicología Política, ocorrido na Universidad Javeriana de Cali-Colômbia entre os dias 15 e 17 de junho/2016. Enrico Braga realizou a seguinte exposição com base na experiência de participação da CONPAS nas instâncias de defesa do SUAS: “Alcances e impases en</p>

	<p>la organización política de psicólogos (as) en el Sistema Único de Assistência Social (SUAS): trabajo en movimiento.” Os integrantes da CONPAS participaram do Seminário Estadual de Psicologia na Assistência Social, em Florianópolis/SC no auditório da FECESC - dia 20 de agosto de 2016. Carla Ribeiro realizou a palestra de abertura: "Contexto histórico e atual da Psicologia na Assistência Social" e Enrico Braga participou da Mesa Redonda: “Contribuições da Psicologia e o trabalho interdisciplinar na Gestão de Benefícios Eventuais”.</p>
<p>Ampliação e consolidação da representação das(os) psicólogas(os) nas diversas instâncias e organizações que compartilham a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tais como: Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, Fórum Nacional dos Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS), Mesa Nacional de Gestão do Trabalho do SUAS.</p>	<p>CONPAS/CFP vem desenhando estratégias de comunicação com a categoria de psicólogas(os) preparatórias à mobilização da categoria para a X Conferência Nacional de Assistência Social e demais conferências que antecedem a etapa nacional, a exemplo do ciclo de transmissões online mensais, a serem iniciadas a partir do início de maio de 2015, seguindo até o mês de dezembro do mesmo ano. No CNAS, CFP vem compondo a Comissão Organizadora Nacional do CNAS para a Conferência Nacional de Assistência Social. Pela Coordenação Executiva do Fórum Nacional dos Trabalhadores (FNTSUAS), a CONPAS/CFP participou da organização do III Seminário do FNTSUAS - Trabalhadores e Trabalhadoras do SUAS em cargos de nível fundamental e médio: perspectivas de atuação e valorização do trabalho, realizado nos dias 25 e 26 de junho, em Curitiba/PR. No CNAS e no FNTSUAS, a CONPAS/CFP continua acompanhando as agendas mensais dos dois espaços, priorizando a agenda de representação da Psicologia na articulação dos trabalhadores nas Conferências de Assistência Social de 2015. Em setembro, o CFP marcou presença em audiência de instalação da Mesa de Gestão do Trabalho no SUAS que terá como objetivo promover discussões entre os gestores e os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).</p>
<p>Ampliação da aproximação da Psicologia com os usuários dos serviços do SUAS</p>	<p>No âmbito do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), o CFP vem dando apoio</p>

<p>nos espaços de formulação, debate e controle social da Política de Assistência Social.</p>	<p>à construção da Comissão Provisória de criação do Fórum Nacional dos Usuários dos Serviços do SUAS.</p>
<p>PROGRAMA 8.2: QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO DA (O) PSICÓLOGA(O) NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS).</p> <p>Proposição de práticas interdisciplinares da atuação no SUAS considerando as diversas profissões regulamentadas no âmbito da política.</p>	<p>O Conselho Federal de Psicologia repassou para a Secretaria Executiva do FNTSUAS cerca de 2500 cartilhas impressas pela autarquia, no intuito de cobrir a cotização nacional e distribuição para as entidades nacionais e Fóruns Estaduais participantes da Coordenação Nacional. CFP foi responsável pela organização da logística referente à distribuição nas etapas de conferências estaduais de Assistência Social.</p>
<p>Produção de referências técnicas para a atuação profissional, considerando o marco legal da política e as práticas profissionais.</p>	<p>A Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) elaborou e publicou a Nota Técnica nº 001/2016. O referido documento trata de “Orientações sobre documentos elaborados por psicólogas e psicólogos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)”.</p> <p>Segundo o documento, a nota técnica tem por objetivo “explicar recomendações referentes à produção de documentos elaborados por psicólogas e psicólogos no SUAS, tema instigado por profissionais que atuam na política de Assistência Social, em interface com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), com suas dúvidas e questionamentos”. http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Nota-T%C3%A9cnica-n%C2%BA-001-2016-CONPAS-CFP1.pdf</p> <p>Em dezembro, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou a “Nota Técnica com Parâmetros para atuação das (os) Profissionais de Psicologia no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (Suas)”. O documento foi elaborado pela Comissão Nacional de Psicologia no âmbito de suas instâncias, com especial contribuição dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) que mobilizam os profissionais que atuam no SUAS de forma sistemática.</p>

	<p>O documento-base foi submetido a consulta pública online em duas etapas, durante julho e agosto. Após a avaliação e a sistematização das mais de 550 contribuições recebidas de todas as regiões do país, a Comissão elaborou a versão do documento apreciada na Reunião Plena da Comissão em setembro.</p> <p>A nota, aprovada pelo plenário do CFP em outubro, visa complementar as referências técnicas para o exercício profissional da psicóloga e do psicólogo no Suas, publicado pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), e substituir a publicação conjunta do CFP e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), intitulada ‘Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogas e psicólogos na Política de Assistência Social’, cuja publicação ocorreu em 2007.</p> <p>Foi realizado o debate online “Psicologia no campo socioeducativo: olhares sobre violações de direitos”, no dia 21 de junho, com transmissão ao vivo, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP).</p> <p>A atividade foi mediada pelo psicólogo Enrico Braga, coordenador da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas) do CFP. Braga também é representante do CFP no Fórum Nacional dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS).</p> <p>Participaram Ana Vlândia Holanda Cruz, graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2007) e com experiência na área de Psicologia Social; e Adriana Elisa de Alencar Macedo, que se graduou em Psicologia pela Universidade da Amazônia (Unama) e atualmente é psicóloga efetiva na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa).</p> <p>No dia 29 de junho foi realizado debate online cujo tema foi ‘A Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Suas’ pela Comissão Nacional de Psicologia na</p>
--	--

	<p>Assistência Social (Conpas) do Conselho Federal de Psicologia (CFP).</p> <p>O bate-papo teve a mediação de Meire Nunes Viana, integrante da Conpas, e contou com a participação de três profissionais de Psicologia que atuam na Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Caroline de Souza, psicóloga Abrigo Lar Filhos da Bênção, em Poços de Caldas (MG); Gardênia Furtado Lemos, diretora de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Goiânia (GO); e Michelle Oliveira e Souza Silva, psicóloga do Serviço de Acolhimento para Homens em Situação de Rua da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Setra) da Prefeitura de Fortaleza (CE).</p>
Identificação das(os) psicólogas(os) que atuam no SUAS, com vistas a mapear as condições de trabalho e sistematizar práticas profissionais em diálogo com as especificidades do campo de atuação e realidades regionais.	No dia 17/09, foi assinado um acordo de cooperação para aprimoramento e qualificação da atuação de profissionais da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como base os princípios normativos, técnicos e éticos que regem o campo profissional, a gestão do trabalho e a regulação do SUAS. Pela Coordenação Executiva do Fórum Nacional dos Trabalhadores (FNTSUAS), a CONPAS/CFP vem auxiliando na organização do III Seminário do FNTSUAS, que deverá propiciar a comunicação com psicólogas(os) agregados no âmbito dos Fóruns Estaduais dos Trabalhadores do SUAS (FETSUAS), favorecendo também o mapeamento das condições de trabalho e de mobilização política desses profissionais em seus mais variados contextos locais de atuação.
PROGRAMA 9.1: DEFESA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE. Orientação das ações do CFP a partir das diretrizes do VIII CNP.	CFP organizou evento online com Angélica Goulart em 30/03/2015.
Acompanhamento do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – FNDCA.	As reuniões do FNDCA têm sido irregulares. O único evento ocorrido em 2015 do FNDCA ocorreu em dezembro de 2016. O CFP não foi convidado, devido ao não pagamento da anuidade.
Acompanhamento das atividades da	O CFP tem representação do CONANDA.

Rede Nacional Primeira Infância.	
Acompanhamento das atividades do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade.	O CFP esteve presente e subsidiou o IV Fórum pela não medicalização. Em fevereiro de 2015, o CFP publicou, em parceria com o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, a 1ª Reimpressão revista da Cartilha: Recomendações de práticas não medicalizantes para profissionais e serviços de educação e saúde 2015: grupo de trabalho educação e saúde do fórum sobre medicalização da educação e saúde. Em setembro de 2015, representantes do CFP também estiveram presentes no IV Seminário Internacional “A Educação Medicalizada: Desver o Mundo, Perturbar os Sentidos” (em Salvador). No mesmo evento, o Conselho disponibilizou um stand para atendimento ao público e divulgação de suas publicações. No dia 11/12/15, durante a 246ª Assembleia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), em articulação do CFP, por meio da representante da autarquia no Conanda, Josiane Soares, e em parceria com representantes de outras entidades e autarquias presentes à reunião, foi aprovada a resolução que trata do direito de crianças e adolescentes de não serem submetidos a excessiva medicalização.
Participação na discussão sobre a redução da maioria penal.	O CFP participou dos projetos de articulação do I Encontro Nacional dos CAPS Infantojuvenis, que deveriam acontecer em Jundiaí, São Paulo. O projeto, contudo, não logrou êxito devido aos cortes orçamentários do governo federal. De 31 de maio a dois de junho de 2016, o CFP participou por meio de delegados da X Conferência Nacional de Direitos Humanos.
Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA/SDH-PR).	Em março de 2016, ocorreu em São Paulo, uma Oficina sobre A Criança Vítima ou Testemunha de Violência e sua Exposição ao Sistema de Justiça- Debate sobre o PL da Deputada Maria do Rosário N° 3792/2015. Em abril de 2016 ocorreu a X Conferência

	<p>dos Direitos da Criança e do Adolescente em Brasília. Em junho de 2016 também ocorreu o Seminário Nacional sobre o Direito da Criança e do Adolescente e a Promoção da Igualdade Racial, em Brasília. Em julho de 2016, em Recife, foi realizado o Julgamento do Processo APC 000476650.2012.4.05.8100, sobre o Depoimento sem Dano. Em setembro de 2016 foi realizada a Reunião da Comissão Nacional Intersetorial para Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, em Brasília.</p>
Promoção de campanhas e debates sobre o tema.	<p>Realizado o Seminário em comemoração aos 25 anos do ECA em parceria com a PUC Minas. Na ocasião foi lançado o livro sobre a redução da maioridade penal.</p>
Acompanhamento das discussões e atividades dos Conselhos Tutelares, Casas de acolhimento e abrigo institucional.	<p>Representação do CFP no CONANDA acompanha essas discussões nas reuniões ordinárias.</p>
Realização de debates sobre o tema das medidas socioeducativas e a necessidade de priorizar o atendimento socioeducativo em meio aberto (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE).	<p>Na APAF Extraordinária, de 12 e 13 de setembro de 2015, após aprovação unânime, foi constituído o Grupo de Trabalho Atuação da Psicologia no Contexto de Medidas Socioeducativas, com a seguinte composição: Carolina Fernandes (CRP 01), Ana Lígia Bragueto (CRP 08), Adriana Elisa de Alencar Macedo/Titular: Juliana Figueiredo (CRP 16), Daniela Bezerra Rodrigues (CRP 17). *Obs.: Na 23ª Plenária do XVI Plenário do CFP (23 e 24 de outubro de 2015) foi definida a representação do Conselho Federal de Psicologia no referido GT, tendo sido aprovada a indicação do nome de Enrico Braga como coordenador.</p> <p>Na oportunidade da constituição do GT também foram estabelecidos os seguintes objetivos, aprovados por aclamação: a) Resgatar, em parceria com o CREPOP, as suas produções sobre medidas socioeducativas a partir dessas diretrizes, buscando sua atualização a partir dos marcos legais vigentes; b) Construir notas de orientação para o exercício profissional em diferentes contextos em que se operam</p>

	<p>medidas socioeducativas; c) Construir uma proposta de agenda com o Sistema de Justiça visando o debate da temática; d) O debate sobre o tema deve, de forma transversal, envidar esforços para diferenciar medidas socioeducativas do Sistema Penal, considerando, inclusive, o debate sobre a redução da maioria penal; e) Realizar a avaliação do impacto da privatização dos serviços do Sistema Socioeducativo; f) Apresentar um projeto de observatório da implementação do SINASE. A primeira reunião do Grupo de Trabalho foi realizada em 09 de dezembro de 2015.</p>
<p>PROGRAMA 9.2: ESCUTA DE CRIANÇA E ADOLESCENTE - DEPOIMENTO ESPECIAL.</p> <p>Construção de nova Resolução do CFP sobre o tema.</p>	<p>No decorrer do ano de 2015, o CFP juntamente com a Comissão de Psicologia Jurídica, escreveu a resolução sobre o tema, que foi pautado para Apaf de dezembro de 2015.</p>
<p>Participação em todas as etapas da Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, salientando a importância de parceria com o Serviço Social.</p>	<p>Representação do CFP no CONANDA acompanhou essas atividades.</p>
<p>Realização de seminário presencial e online e produção de referência técnica em comemoração aos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.</p>	<p>O Seminário “25 anos do ECA: Refletindo sobre sujeitos, direitos e responsabilidades” foi realizado na cidade de Belo Horizonte nos dias 27 e 28 de novembro de 2015.</p>
<p>Consulta à categoria sobre as demandas relativas à rede de proteção.</p>	<p>O CFP encaminhou ofício aos CRPs solicitando informações sobre a atuação dos profissionais referente a escuta de crianças e adolescentes.</p>
<p>Elaboração de documento de referência para o site do CFP sobre a rede de proteção.</p>	<p>Foi elaborado um Parecer sobre a Escuta de Crianças e Adolescentes e encaminhado aos CRPs, Conanda e entidades de proteção a crianças e adolescentes.</p>
<p>PROGRAMA 9.3: JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.</p> <p>Acompanhamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP/Ministério da Justiça.</p>	<p>Foi nomeado pelo Ministro da Justiça o novo representante do CFP, Fábio Iglesias. O CFP, representado por Fabio Iglesias, participou da Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp) nos dias 18 e 20 de outubro/15. De acordo com Iglesias, durante encontro foram apresentados e debatidos diversos temas, além da formação de três grupos de trabalhos para planejar a 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), em 2016, e discutir o Plano Nacional de Redução de Homicídios e a Lei Orgânica da</p>

	Segurança Pública, que contou com a presença do relator da matéria apresentando a proposta, o Ronaldo Benedet (PMDB-SC). No entanto, em 2016, o Conasp sequer se reuniu.
<p>PROGRAMA 9.4: TRABALHO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA NO SISTEMA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.</p> <p>Elaboração de atividades para promover alterações na Lei de Execução Penal-LEP.</p>	No decorrer do ano de 2015, o CFP solicitou que os CRPs encaminhassem contribuições para a LEP.
Realização de reunião presencial com os colaboradores da Comissão de Psicologia Jurídica.	Foram realizadas reuniões presenciais com a Comissão de Psicologia Jurídica.
Levantamento das condições de trabalho das(os) psicólogas(os) no sistema prisional em relação ao tipo de vínculo empregatício e nas CTCs.	O CFP encaminhou aos CRPs ofício solicitando levantamento de dados dos psicólogos que atuam no sistema prisional.
Investigação das condições de trabalho das(os) psicólogas(os) pós as PPPs e a Resolução nº. 12/2011.	O CFP encaminhou em janeiro de 2015 ofício ao CRP-04 solicitando informações sobre a PPP.
Ampliação das relações com o poder judiciário, associações e entidades relacionadas.	Firmado acordo de cooperação técnica com o Conselho Federal da OAB para desenvolver ações no campo dos direitos humanos.
Proposição da alteração da Lei de Execução Penal - LEP, incluindo a assistência psicológica.	No decorrer do ano de 2015, o CFP solicitou que os CRPs encaminhassem contribuições para a LEP.
<p>PROGRAMA 9.5: DESCONSTRUÇÃO DOS MANICÔMIOS E HOSPITAIS DE CUSTÓDIA.</p> <p>Articulação e promoção de ações de inspeção/avaliação aos manicômios/hospitais de custódia, em parceria com Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Ministério Público – MP e outros, objetivando evidenciar as condições para o cumprimento da medida de segurança e a manutenção, indeterminada, da periculosidade dos sujeitos portadores de sofrimento mental em conflito com a lei.</p>	Os CRPs foram contatados para darem início às articulações regionais. As inspeções aconteceram de abril a julho. No mês de julho, instituiu-se GT para sistematizar os dados. No Seminário “A desconstrução da lógica manicomial – construindo alternativas”, realizado nos dias 15 e 16/09, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), foi lançado oficialmente o Relatório Nacional das Inspeções a Manicômios Judiciários, denominado Inspeções aos Manicômios – Relatório Brasil 2015. O livro é resultado de inspeções realizadas em 18 Conselhos Regionais em 17 estados e Distrito Federal, em instituições (definidas pelos próprios Regionais, no mínimo, um estabelecimento representativo de cada Estado) onde havia cumprimento/execução de Medida de Segurança de pacientes judiciários ou

	<p>peças em sofrimento mental em conflito com a lei. Ainda no evento foram debatidos temas, impasses e desafios para a questão das peças em sofrimento mental em conflito com a lei, os pacientes judiciários, a segregação e a urgência de se discutir alternativas, como o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ-MG) e o Programa de Atenção ao Louco Infrator (PAILI-GO).</p>
<p>PROGRAMA 9.6: FAMÍLIA, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.</p> <p>Levantamento acerca das resoluções, legislações e orientações existentes acerca das formas alternativas de resolução de conflito (Conciliação, Mediação e Arbitragem).</p>	<p>O CFP possui um grupo de trabalho desde 2011 que acompanha essa temática.</p>
<p>PROGRAMA 10.1: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CFP.</p> <p>Desenvolvimento de atividades de incentivo a reflexão sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia.</p>	<p>No dia 16 de janeiro, o CFP emitiu nota de repúdio sobre a execução de brasileiro na Indonésia. Autarquia considera inaceitável este atentado contra o direito à vida.</p>
<p>Intervenção em todas as situações em que existam violações dos direitos humanos que produzam sofrimento mental.</p>	<p>O Conselho Federal de Psicologia construiu nota de repúdio ao Projeto de Lei 5069/2013, que veda o atendimento no SUS às vítimas de violência sexual.</p>
<p>Participação de iniciativas que preservem os direitos humanos na sociedade brasileira.</p>	<p>Nos dias 04, 05 e 06 de fevereiro, o CFP participou da reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Em junho, o CFP participou de audiência pública da CDH e Minorias da Câmara dos Deputados. Em agosto, houve a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Publicado Crise do sistema de saúde em Brasília - 2ª audiência. O CFP também esteve presente na reunião realizada pela Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (SBGG) no dia 14/09. No dia 30/09, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu o seminário online "Reflexões sobre o Dia da Pessoa Idosa". A atividade aconteceu no mesmo dia em que são comemorados o Dia Internacional do Idoso e os 12 anos de sanção do Estatuto do Idoso no Brasil, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade</p>

	igual ou superior a 60 anos.
Desenvolvimento de estudos sobre as formas de exclusão que violem os direitos humanos e provoquem sofrimento mental.	A Revista “The Economist” incluiu Cida Bento, integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP, na lista mundial da diversidade divulgada no fim de outubro. Em dezembro: CFP participa das manifestações pela exoneração de Valencius Wurch da Coordenação Nacional de Saúde Mental do MS.
Atuação nos seguintes eixos de trabalho: ‘Enfrentamento da Violência de Estado e da tortura’; ‘Enfrentamento das violências associados ao racismo e a preconceitos étnicos’; ‘Direitos e enfrentamento às violências de gênero e sexuais’; ‘Direitos e assistência aos usuários de drogas e suas famílias’.	O CFP participou do Seminário de Planejamento das Relatorias em Direitos Humanos. O integrante da Comissão de Direitos Humanos do CFP Valter da Mata participou, no último dia 20 de novembro, do evento Racismo em Foco – Descobrimos Preconceitos. A CDH promoveu o debate online “Antiproibicionismo: por que precisamos mudar as políticas sobre drogas no Brasil”, no dia 15/10/16, com o objetivo de discutir os rumos que o país poderá tomar no que se refere às suas políticas sobre drogas, inclusive o uso medicinal de maconha, legalização, redução de danos, tratamento e prevenção, encarceramento em massa e violência associadas às drogas, apontando origens do esgotamento do modelo vigente e indicando novos caminhos possíveis.
PROGRAMA 10.2: ENFRENTAMENTO À TORTURA E TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA. Acompanhamento das atividades do Comitê Nacional de Combate à Tortura e à Violência Institucional - CNPCT/SDH-PR.	CFP participou de reuniões do SNPCT e com Relator da ONU contra a Tortura. O CFP foi novamente eleito membro de comitê de combate à tortura, por unanimidade, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi indicado para ser reconduzido como membro na categoria Conselho de Classe Profissional, para o biênio 2016-2018.
Acompanhamento das atividades do projeto ‘Clínica do Testemunho’ visando transformá-lo em uma política de Estado.	Em junho foi realizada Reunião Telefônica sobre a Clínicas do Testemunho. Em setembro CFP participou da 5ª Reunião Extraordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
Promoção de debates sobre a questão da violência de Estado e a sua reprodução nas instituições.	Em Julho foi realizado o Bate Papo Online da CDH - Extermínio e Questão social. No dia 28/9, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu o bate-papo online “Terror de Estado e Violência de Estado: Como prevenir? Como reparar os danos?”. O CFP

	também esteve presente na Semana de Anistia, realizada entre os dias 24 a 28 de agosto, em Belo Horizonte, em alusão aos 36 anos de promulgação da Lei de Anistia. O evento foi realizado pela Comissão Nacional de Anistia, do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, (UFMG).
Acompanhamento dos resultados decorrentes da Comissão Nacional da Verdade e seus encaminhamentos.	A Comissão de Direitos Humanos do CFP acompanhou as atividades relacionadas a essa temática.
Acompanhamento e participação das atividades do projeto 'Psicologia e Direito à Memória e à Verdade'.	A Comissão de Direitos Humanos do CFP acompanhou as atividades relacionadas a essa temática.
PROGRAMA 10.3: LGBT/ GÊNERO. Enfrentamento da homofobia e da violência de gênero.	O CFP lançou um site disponibilizando material de orientação e vídeos com o objetivo de fomentar o debate dessa temática.
Marcação de posicionamento pela superação da patologização das identidades transexuais.	No dia 22/05/15, foi realizada Transmissão Online "As Psicologias e os enfrentamentos aos preconceitos: 17 de maio - Dia Internacional de Luta contra a Homofobia", na Sede do CFP, em Brasília-DF. Fomento e Apoio à organização do II Seminário "Paremos a Transfobia de Assis", realizado no dia 05/08/15, em Assis/SP, com manifestação em favor da despatologização das identidades trans. Foi lançado o vídeo "A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia – Parte I" (https://www.youtube.com/watch?v=xLugxnORfd0) que aborda os problemas vividos pelas pessoas trans e travestis e a patologização de suas identidades.
Discussão, apropriação e aproximação com as entidades e movimentos sociais.	CFP participa da Campanha "Políticas de Equidade. Para Tratar Bem De Todos. Saúde das Mulheres Lésbicas e Bissexuais
Acompanhamento e participação das atividades do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Proteção dos Direitos de LGBT - CNCD/SDH-PR.	CFP acompanhou o calendário de Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT (CNCD/LGBT) dos meses de abril a julho de 2015. CFP participou, no dia 30 de julho, da Assembleia de Eleição de Entidades da Sociedade Civil ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT (CNCD/LGBT), na condição de entidade de classe, perdendo o pleito entre as demais

	<p>entidades concorrentes.</p> <p>O Conselho Federal de Medicina compôs uma Comissão com o intuito de revisar a Resolução nº 1.955/2010 do CFM para viabilizar uma assistência à saúde trans-específica mais humanizada, integral e de qualidade. O Conselho Federal de Psicologia foi convidado a compor a Comissão e é representado por Marco Aurélio Máximo Prado.</p> <p>Reuniões realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 16 de junho de 2016 ● 5 de julho de 2016 ● 9 de agosto de 2016 ● 8 de setembro de 2016 ● 18 de outubro de 2016
Acompanhamento das atividades o Comitê de Monitoramento, Prevenção e Combate da Violência Contra a População LGBT; LGBT - CNCD/SDH-PR.	O CFP possuiu representação nesse Comitê que acompanhou suas atividades.
Acompanhamento das atividades a Comissão Intersetorial de Saúde da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. – CISPLGBT/CNS.	O CFP possui representação nessa Comissão que acompanhou suas atividades.
PROGRAMA 10.4: LAICIDADE. Realização de debates online sobre a laicidade da ciência e do Estado.	Foi realizado um bate-papo online no dia 26 de agosto, sob o tema Atuação da Psicologia no Contexto do Estado Laico, em Brasília/DF.
Realização de atividades de orientação e fiscalização da atuação profissional, combatendo práticas que ferem o Código de Ética Profissional.	Com o propósito de em enfatizar garantia de direitos e aproximar as atividades de entidades com essa finalidade, foi lançada em 28/07/2016, na sede do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em Brasília, a campanha ‘Mais Direitos, Mais Democracia’ – Todos os Direitos para Todas as Pessoas, promovida pelas entidades filiadas à Plataforma Brasileira de Direitos Humanos (Dhesca). Na mesma ocasião, a autarquia cedeu suas instalações para a Segunda Plenária Nacional das organizações e redes de Direitos Humanos no Brasil.
Acompanhamento das atividades do Movimento Estratégico Estado Laico, por meio de monitoramento do site e participação em eventos.	Ao longo do ano de 2015, o MEEL não promoveu atividades autônomas, mas o CFP manteve interlocução com o movimento em encontros presenciais conjuntos, a exemplo do Seminário de Planejamento das

		Relatorias em Direitos Humanos da Plataforma DHESCA, realizado nos dias 16 e 17 de julho em Curitiba/PR, e da participação do MEEL no Bate-Papo Online realizado no dia 26 de agosto, sob o tema Atuação da Psicologia no Contexto do Estado Laico, em Brasília/DF.
Produção de documento de referência sobre o tema, para a categoria, como resultado da articulação com o grupo de trabalho da APAF 'Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia de ética' e o aprofundamento no acompanhamento das discussões do MEEL.		Realização de aula Roger Raupp Rios
Coordenação do grupo de trabalho 'Laicidade e Psicologia' da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF.		1) 27/02 Reunião Telefônica GT APAF Laicidade 2) 13/08 Reunião Telefônica MEEL, Laicidade e DH 3) 17/09 Reunião Telefônica MEEL, Laicidade e DH
PROGRAMA UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO. Realização de debates sobre o tema.	11.1: DA	A importância dos (as) psicólogos (as) e assistentes sociais nas equipes técnicas das escolas para acompanhamento e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Esse foi um dos eixos centrais do debate online organizado pela Comissão de Psicologia na Educação (Psinaed) do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que aconteceu no dia 4 de março. O evento – que ocorreu na sede do CFP em Brasília das 15h às 17h, com transmissão online – teve como tema “Psicologia e Serviço Social na Educação”. Para o bate-papo foram convidados representantes do Ministério da Educação (MEC), da Secretaria de Educação Básica (SEB), do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). A mediação será feita pela psicóloga e integrante da Psinaed Raquel Guzzo. Com o objetivo de atualizar e articular o movimento político pela inclusão da Psicologia no sistema educacional, representantes dos Conselhos Regionais de

	<p>Psicologia (CRPs) se reuniram em encontro nacional em Brasília, no dia 01 de abril. O evento, organizado e convocado pela Comissão Nacional de Psicologia na Educação do Conselho Federal de Psicologia (PSINAED), contou com rodada de avaliação do trabalho das comissões locais.</p> <p>O “Encontro Nacional de Psicologia na Educação” aconteceu de 9h às 18h e contou com debate sobre as possibilidades e desafios da Psicologia na educação, apresentação do portal PSINAED, avaliação da conjuntura política e proposições e encaminhamentos regionais e nacional.</p> <p>Foi realizado o seminário “Psicologia Escolar: que fazer é esse?”, organizado pela Comissão de Psicologia na Educação (PsinaEd) do Conselho Federal de Psicologia (CFP), com apoio da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). O evento aconteceu no campus II da universidade (Avenida John Boyd Dunlop s/nº, Jardim Ipaussurama), nos dias 12 e 13 de agosto, e foi voltado a estudantes e profissionais da área e tem como principal objetivo discutir a inserção profissional das (os) psicólogas (os) no campo da Educação.</p>
<p>Acompanhamento dos projetos de lei e audiências públicas sobre a escola pública brasileira e presença de psicólogas(os) nas escolas.</p>	<p>O CFP constituiu uma comissão de especialistas em Psicologia na Educação com vistas à acompanhar as atividades desse tema.</p>
<p>Encaminhamento junto às Instituições de Ensino Superior – IES: dimensões curriculares importantes para a formação do profissional de Psicologia para o campo educativo - publicações específicas sobre a área.</p>	<p>O CFP constituiu uma comissão de especialistas em Psicologia na Educação com vistas à acompanhar as atividades desse tema.</p>
<p>Publicação de editais para apoio a pesquisas dentro desse campo de atuação profissional.</p>	<p>O CFP constituiu uma comissão de especialistas em Psicologia na Educação com vistas à acompanhar as atividades desse tema.</p>
<p>Promoção de encontros com pesquisadores da área, especialmente GT de Psicologia Escolar e Educacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-</p>	<p>O CFP constituiu uma comissão de especialistas em Psicologia na Educação com vistas à acompanhar as atividades desse tema.</p>

Graduação em Psicologia - ANPEPP.	
<p>Publicação de material explicativo, divulgando o trabalho da (o) psicóloga (o) nas escolas - pré-escola à universidade.</p>	<p>O que faz alguém escolher se dedicar à Psicologia Escolar? Que sonho está embutido nesta escolha? Que fazer será este? Quais são os principais desafios desse percurso? Estas e outras reflexões estão presentes na mais nova publicação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), “Psicologia Escola: Que Fazer é Esse?”.</p> <p>O livro tem como organizadoras a conselheira do CFP, Meire Viana, e a pesquisadora Rosângela Francischini, e é composto por três partes, que abordam os seguintes temas: Reflexões Teóricas Sobre a Psicologia na Educação, A Psicologia Diante dos Desafios da Educação Inclusiva e Compartilhando Práticas em Psicologia Escolar.</p>
<p>PROGRAMA 12.1: MOBILIDADE HUMANA E URBANA.</p> <p>Criação da comissão de Psicologia e Mobilidade Humana e Urbana.</p>	<p>A Comissão foi constituída e começou suas atividades em 2015. Os membros da comissão são: Rogério de Oliveira Silva, Viviane Moura De Azevedo Ribeiro, Lúcio Fernando Garcia, Eduardo Jasson Loureiro Muniz Moita, Carlos Luiz Souza, Alessandra Sant’Anna Bianchi, Maricelma Bregola. Em agosto, a Comissão de Mobilidade e Trânsito do Conselho Federal de Psicologia realizou uma reunião em Brasília para programar as próximas atividades dessa Comissão. Para organizar as ações, a reunião contou com a participação do vice-coordenador da Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica do CFP, Roberto Cruz, que apresentou uma proposta sobre a relação da Avaliação Psicológica no contexto do trânsito com as políticas públicas de Saúde e de Educação para, assim, redefinir os processos de Avaliação Psicológica para a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).</p>
<p>Organização de debates com as (os) psicólogas (os) do trânsito sobre os temas: avaliação psicológica, mobilidade humana e urbana, educação no trânsito.</p>	<p>O Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu uma série de reuniões com psicólogos (as) que atuam em Psicologia do Trânsito nas capitais brasileiras para discutir aspectos e dúvidas referentes à temática. Entre os dias 25 e 27 de janeiro, a cidade de Belém (PA) foi a contemplada para esse debate. O evento contou com a participação de dois conselheiros da Autarquia: Rogério</p>

	<p>Oliveira (vice-presidente) e João Alchieri. Além deles, participaram fiscais do Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região (Pará/Amapá).</p> <p>No dia 1º de junho, em Belo Horizonte/MG, O Conselho Federal de Psicologia (CFP) realiza no dia 1º de julho, em Belo Horizonte (MG), o Seminário “Psicologia do Trânsito: Possibilidades e Desafios de Atuação”. O evento, promovido pela Comissão de Psicologia do Trânsito da autarquia, tem como objetivo apresentar essa área de atuação profissional e qualificar a atividade de Avaliação Psicológica para Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Os demãos ocorreram em Curitiba, São Paulo, Palmas e Fortaleza.</p>
Articulação de parceria com interlocutores e Ministério da Educação - MEC para a inserção do tema na formação acadêmica da(o) psicóloga(o).	Realizadas audiências com conselheiros do Conselho Nacional de Educação com o propósito de articular o marco regulatório da formação da(o) psicóloga(o).
Acompanhamento da Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito - CTSMA/DENATRAN.	<p>O CFP possui representação nessa Câmara que acompanha as atividades.</p> <p>O CFP participou no final de 2016 de diversas audiências públicas na Câmara e nos Estados sobre as alterações propostas no Código de Trânsito Brasileiro. (fonte: http://site.cfp.org.br/participacao-da-psicologia-no-novo-codigo-brasileiro-de-transito-e-discutida-no-congresso/ e http://site.cfp.org.br/cfp-cobra-garantia-de-manutencao-da-avaliacao-psicologica-na-obtencao-de-cnh/)</p>
Articulação no Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) para a criação de legislação específica para determinar que todos os exames de sua competência devem ser distribuídos imparcialmente, por meio de divisão equitativa obrigatória e impessoal, entre as (os) psicólogas (os) credenciados em uma mesma área de jurisdição do órgão executivo de trânsito.	Membros da comissão relataram como isso é feito em seus estados e, no momento, estudam formas de realizar essa proposição, uma vez que trata-se de competência dos DETRANS.
Diálogo com o Contran e Denatran para que seja repassada para a clínica	O XVI Plenário aprovou nota técnica sobre a remuneração das avaliações para CNH,

credenciada a taxa de reteste.	que ainda será divulgada. Será comunicado a FENAPSI a alteração referente à tabela de honorários.
Fomento à discussão com a categoria sobre a atuação das (os) psicólogas (os) na temática mobilidade urbana, promovendo audiências públicas e outras ações na sociedade e nos poderes instituídos, elaborando nota técnica sobre avaliação psicológica no trânsito e fazendo articulação na Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) para inclusão na tabela de honorários do serviço de processo de avaliação psicológica para fins de Carteira Nacional de Habilitação - CNH e os respectivos valores.	CFP participou de audiência Pública no Senado Federal sobre: “O Aumento do Número de Acidentes no Trânsito e o Papel da Medicina de Tráfego” no dia 16 de Novembro de 2015. Em 2016, organizou audiências nas Assembleias Legislativas.
Fomento as pesquisas e estímulo a eventos que qualifiquem a(o) psicóloga(o) para participar efetivamente do enfrentamento por melhor qualidade de vida no contexto da mobilidade urbana, participando ativamente das ações da década mundial de ações pela segurança viária.	<p>O Conselho Federal de Psicologia lançou para a categoria e para a sociedade a publicação “Psicologia do Tráfego: Características e desafios no contexto do Mercosul”, disponível no site da autarquia. O livro é resultado de ações conjuntas realizadas pelo Conselho com as comissões de Trânsito e Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP), durante a 2ª Conferência de Alto Nível sobre Segurança no Trânsito promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em novembro de 2015, em Brasília.</p> <p>Composta por nove capítulos, a publicação aborda os seguintes temas: “Aspectos históricos da avaliação psicológica do trânsito no Brasil”; “Gestão do trânsito no Brasil, aspectos técnicos, estruturais e psicológicos”; “Valores, comportamento e fator social no trânsito” (escrito em espanhol); “Comportamentos de risco: desafios para a avaliação para carteira nacional de habilitação”; “As percepções de risco do motorista”; “Estresse pós-traumático em pessoas envolvidas em acidentes de trânsito” (escrito em espanhol); “Estado da arte e desafios para a investigação”; “Avaliação psicológica como medida de prevenção”; “Uso de substâncias psicoativas entre motoristas profissionais na América Latina” e “A capacitação do psicólogo de trânsito”.</p>

<p>Incentivo e apoio a criação da Associação Brasileira de Mobilidade Urbana e Trânsito e regulamentação da participação dos CRPs nos Departamentos Estaduais de Trânsito - Detrans, bem como nas bancas especiais.</p>	<p>CFP acompanhou a criação da Associação Brasileira de Psicologia do Trânsito, em 2015.</p>
<p>PROGRAMA 12.2: EMERGÊNCIAS E DESASTRES.</p> <p>Realização de debates sobre a Psicologia de Emergências e Desastres.</p>	<p>O Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região (CRP16, Espírito Santo-ES) realizou no dia 15 de fevereiro, em Vila Velha (ES), a Oficina Nacional “Gestão Integral de Riscos e Desastres: da prevenção à recuperação”, a partir de 8h, no Teatro da Universidade Vila Velha (UVV). O Conselho Federal de Psicologia (CFP) terá como representantes as psicólogas Eliana Márcia Martins Fittipaldi Torga e Maria Helena Pereira Franco, integrantes da Comissão Nacional de Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres da Autarquia.</p> <p>A Comissão de Psicologia nas Emergências e Desastres se reuniu nos dias 28 e 29 de março, na sede do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em Brasília. A reunião foi a primeira do colegiado em 2016. No encontro, foram apresentadas as atividades realizadas nos estados onde ocorreram as oficinas sobre Gestão Integral do Risco e Desastres: da Prevenção à Recuperação. Na oportunidade, também foram informados os encaminhamentos e ações dos Conselhos Regionais em relação à temática.</p> <p>Segundo Eliana Torga, coordenadora nacional da Comissão de Psicologia das Emergências e Desastres, a reunião foi bastante produtiva e, além dos temas acima elencados, ela destacou que está sendo elaborada pela comissão uma Nota Técnica e um Guia com Diretrizes sobre a atuação de psicólogos na Gestão Integral do Risco de Desastres.</p>
<p>Incentivo a publicação de relatos de experiência na Revista Psicologia Ciência e Profissão.</p>	<p>A Comissão Editorial da Revista Psicologia, Ciência e Profissão discutirá estratégias para a publicação de relatos da área de Emergências e Desastres.</p>
<p>Promoção de articulação intersetorial para qualificar a participação de psicólogas(os) na Política de Proteção e Defesa Social.</p>	<p>A comissão do CFP preparou curso para o OrientaPsi que busca qualificar a atuação dos profissionais tendo em vista a atuação intersetorial e integrada nas situações de</p>

	desastres e eventos críticos, tendo com foco a gestão dos riscos e conhecimento das estruturas de Defesa Civil em vigor.
Acompanhamento das atividades do Grupo de Trabalho Interministerial de Ajuda Humanitária/Ministério de Relações Exteriores.	O Grupo não teve atividades nos dois últimos anos.
Acompanhamento das reuniões de Movimentos sobre a Política Emergências e Desastres.	<p>O CFP participou do encontro da Rede Latino-americana e do Caribe de Psicologia em Emergências e Desastres que ocorreu em Lima, Peru. A participação visou o intercâmbio de práticas entre as diversas associações científicas e profissionais da Psicologia da região, assim como foi oportunidade para apresentação da nova proposta do CFP para o tema, focado na gestão integral de riscos.</p> <p>23 de Junho de 2016 - Seminário de Psicologia em Situações de Conflito Armado e Desastres da Cruz Vermelha - Rio de Janeiro, RJ.</p> <p>17 a 19 de agosto de 2016 - 23º Encontro Estadual de Serviços-Escola de Psicologia do Estado de São Paulo e 2º Encontro Nacional de Serviços-Escola de Psicologia. São Paulo, SP.</p>
<p>PROGRAMA 12.3: ESPORTE, CULTURA E LAZER.</p> <p>Problematização da inserção da(o) psicóloga(o) do esporte nas políticas públicas para o esporte, saúde e qualidade de vida.</p>	<p>Após nove anos da Resolução nº 013/2007, que regulamenta as especialidades na Psicologia, o Grupo de Trabalho (GT) da Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças (APAF) de Psicologia e Esporte elaborou, a partir das demandas dos representantes dos Conselhos Regionais e de Grupos de Profissionais da área, um Censo da Psicologia do Esporte.</p> <p>O objetivo foi conhecer quem são, onde estão, qual a formação e as necessidades dos profissionais que atuam na área. Com os dados coletados, a autarquia e os profissionais poderão debater diretrizes e referências para o exercício profissional.</p> <p>O CFP participou dos dias 14 a 16 de abril o XVI Congresso Brasileiro e o IX Congresso Internacional de Psicologia do Esporte e do Exercício (CONBIPE), em Belo Horizonte, na UFMG.</p> <p>A atuação da Psicologia no esporte em</p>

	<p>geral, assim como no esporte olímpico e paralímpico, pautou os debates, baseados em aspectos como as intervenções psicológicas para o desempenho de equipes esportivas, saúde e o esporte de elite, intervenções com atletas olímpicos e paralímpicos, validação e avaliação no uso de instrumentos psicométricos no esporte, psicologia aplicada às lutas, psicofisiologia, cognição e futebol, preparação de atletas e treinadores, dentre outros. Foram realizadas palestras e mesas redondas com mais de 30 palestrantes nacionais e internacionais, entre pesquisadores, psicólogos, técnicos, preparadores físicos, atletas pertencentes às universidades, clubes e clínicas.</p>
<p>Discussão sobre o sistema e as condições de trabalho dos profissionais (técnicos, atletas, equipe multiprofissional, entre outros) que atuam no alto rendimento.</p>	<p>O GT Psicologia e Esporte realizou metodologia para conhecer os psicólogos envolvidos com esporte em sua atividade profissional.</p>
<p>Coordenação do GT 'Psicologia e Esporte' da APAF.</p>	<p>O GT realizou reunião telefônica em 23/02/2015 em que se discutiu a necessidade de um mapeamento dos psicólogos que trabalham com esporte; a importância da participação do GT nos eventos que ocorrerão no Brasil no ano de 2015; atualizações quanto as leis sobre o tema que tramitam nas casas legislativas; discussão de alteração da lei de incentivo ao esporte. Em maio foi realizado o 9º. Congresso Norte-Nordeste de Psicologia(CONPSI) – SA/BA, com a mesa: “A formação profissional da Psicologia do Esporte: caminhos do GT do CFP”. http://site.cfp.org.br/profissionais-discutem-importancia-da-psicologia-do-esporte. Também foi realizada reunião presencial do GT durante o CONPSI – Universidade Ruy Barbosa – elaboração Projeto CENSO PSICOLOGIA DO ESPORTE e a Reunião Ampliada do Grupo de Trabalho de Psicologia do Esporte – CRP03. Em junho, houve a participação na II Mostra Estadual de Práticas em Psicologia do Esporte “Desenvolvimento Humano e Projeto Esportivo Brasileiro”. Representando o GT, a psicóloga Luciana Ferreira Angelo. http://heyevent.com/event/2u74hw6q2f7bia/ii-mostra-estadual-de-praticas-em-psicologia-do-esporte-desenvolvimento-</p>

	<p>humano-e-o-projeto-esportivo-brasileiro.No dia 24/09, o CFP participou do V Congresso Brasileiro de Psicologia do Esporte, promovido pela ABRAPESP. Também produziu carta de representação oficial do GT nas reuniões organizadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) – representação feita pelo Psicólogo Rodrigo Acioli Moura (RJ). Representação que ocorre presencialmente em todas as reuniões chamadas pelo COB. Em 2015 aconteceram 03 ou 04. Em outubro, a organização de material para esboço de uma cartilha a ser realizada em parceria com os Núcleos e GTs do Esporte dos CRPs. Em dezembro, foi realizada reunião presencial em Brasília, antecedendo APAF para debater o CENSO e ORIENTAPSI. Outros assuntos discutidos foram: marco regulatório, cursos e prova de especialista, e uma revisão/inclusão das atividades da Psicologia do esporte para constar na tabela do CFP</p>
<p>PROGRAMA 13.1: DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.</p> <p>Acompanhamento do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação – FNDC.</p>	<p>A Executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, da qual o CFP participa, defendeu, junto ao ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, a necessidade de o governo liderar um amplo debate sobre o novo marco legal para as comunicações. A organização também apresentou o Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Comunicação Social Eletrônica, conhecido como Projeto de Lei da Mídia Democrática, e disse que o ministério precisa ter um papel político, e não meramente técnico, para a discussão das políticas públicas de comunicação que garantam pluralidade e diversidade na mídia brasileira. O FNDC solicitou, ainda, abertura de mesa diálogo permanente entre o governo e as entidades da sociedade civil que atuam pela democratização da comunicação. Entre os dias 14 e 21 de outubro, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – cuja coordenação executiva é integrada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) – promoveu a Semana pela Democratização da Comunicação que contou com debates, audiências, atos e atividades culturais em todo o país.</p>

<p>Acompanhamento do Comitê de Acompanhamento pela Sociedade Civil para a Classificação Indicativa (CASC - Classind) do Ministério da Justiça.</p>	<p>Participação nas reuniões do Comitê.</p>
<p>Emissão de pareceres para auxiliar na análise de processos diversos relacionados com publicidade e mídia, conforme convênio firmado com a Senacom (Secretaria Nacional do Consumidor – Ministério da Justiça).</p>	<p>Foram emitidos seis pareceres conforme demanda do Ministério da Justiça.</p>
<p>PROGRAMA 14.1: PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS.</p> <p>Organização de parcerias com movimentos e entidades para discussão da temática.</p>	<p>Realizada Transmissão Online sobre o Genocídio da Juventude Negra no Brasil, no dia 12 de agosto, em Brasília, com a parceria do Movimento Mães de Maio e do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT).</p>
<p>Acompanhamento das atividades do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR/SEPPIR.</p>	<p>O CFP é membro suplente desse Conselho.</p>
<p>Realização de atividades de divulgação da Resolução CFP nº 18/02 junto à categoria.</p>	<p>O GT propôs produzir uma campanha de evidenciação da resolução a partir da participação dos psicólogos por meio da internet, na forma de um concurso. A proposta foi encaminhada para a reunião plenária.</p>
<p>PROGRAMA 14.2: DIREITOS DA MULHER.</p> <p>Realização de debates e eventos visando ampliar a discussão sobre os direitos humanos das mulheres que poderá versar sobre qualquer um dos seguintes temas: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; Educação para igualdade e cidadania; Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; Cultura, esporte, comunicação e mídia; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência.</p>	<p>No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou um debate sobre o direito ao aborto. Profissionais da Psicologia e da Medicina abordarão, em conversa online, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, as políticas públicas e o papel da Psicologia em relação ao tema.</p> <p>Foram discutidos, dentre outros, o posicionamento dos (as) psicólogos (as) nos atendimentos legais de aborto no sistema de saúde, assim como seu posicionamento frente ao tema da interrupção voluntária da gravidez. Ainda, os convidados abordaram os significados para as mulheres que têm que dar prosseguimento a gravidezes indesejadas.</p> <p>Mulheres representantes de conselhos, entidades, associações de classe, universidades, institutos de pesquisa e organizações feministas debateram no dia 13 de junho, em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e</p>

	<p>Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, as formas de combate ao crime do estupro. Estima-se que uma mulher é estuprada a cada 11 minutos no país.</p> <p>As participantes apontaram caminhos para o combate ao machismo e à chamada cultura do estupro no país, que figura no quinto lugar mundial em relação à taxa de homicídio de mulheres (Organização das Nações Unidas – ONU). Dentre as propostas apresentadas estão a articulação integrada de políticas públicas em defesa dos direitos das mulheres, a responsabilização da mídia, o aprimoramento legal, o aumento da representação feminina nos espaços de poder e a discussão de gênero nas escolas e universidades.</p> <p>A violência, segundo as palestrantes, é reflexo da objetificação da mulher, do preconceito e da cultura machista, que alimenta a violência e culpabiliza a vítima. “O processo de objetificação é profundo, ele é entranhado, naturalizado”, disse a representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a psicóloga Valeska Zanello.</p> <p>O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou, no dia 24 de novembro, o e-book Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): Questões para a Psicologia.</p> <p>A publicação online pretende fomentar o debate sobre a necessidade de reflexão crítica da categoria sobre o conceito de “maternidade”, à luz dos estudos que descrevem e/ou registram a prevalência do abortamento na população brasileira e utilizando de métodos de pesquisa reconhecidos para lidar com a especificidade do fenômeno.</p> <p>O livro, dividido em duas partes, é organizado pelas pesquisadoras Valeska Zanello e Madge Porto, integrantes do 16º plenário do CFP. O primeiro trecho apresenta sete artigos que tratam a questão</p>
--	--

	<p>do aborto sob aspectos diversos, como a atualização das estimativas de sua magnitude, a contextualização jurídica, estigmas e complicações a ele relacionados e os serviços de aborto legal no Brasil, entre outros. Já a segunda parte se dedica à discussão específica do papel da Psicologia nesse debate, com foco nos processos de subjetivação e mitificação da maternidade, além de apresentar uma leitura sobre como o tema é tratado nas publicações científicas da área.</p> <p>O Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgou no dia 29 de novembro, nota técnica de orientação profissional em casos de violência contra a mulher. O documento trata das situações em que deve haver quebra do sigilo profissional.</p> <p>Aprovada pelo 16º Plenário do Conselho no sábado (26), a nota orienta a realização da comunicação externa (denúncia) se a vida da mulher – ou a de seus filhos, ou de pessoas próximas – estiver seriamente ameaçada.</p> <p>No texto, a autarquia manifesta apoio à adoção, em caráter excepcional, dessa medida sem o consentimento da paciente diante de sério risco de feminicídio. São listados os fatores indicativos da iminência desse crime.</p>
<p>Participação nas reuniões do plenário do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM/SPM (ordinárias e extraordinárias) e produzir os relatórios, semestralmente, para conhecimento do Plenário.</p>	<p>O CFP possui representação no CNDM.</p> <p>Em audiência realizada no dia 24 de agosto, em Brasília pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e a ONU Mulheres – a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres –, a representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP) no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), Valeska Zanello, entregou uma carta em que solicita a retomada das atividades do Conselho a Sílvia Souza, assessora da secretária especial de Políticas para as Mulheres, Fátima Pelaes.</p>

	<p>No documento – assinado pelas conselheiras integrantes da sociedade civil no CNDM – é exigida a realização de um encontro extraordinário e urgente em substituição à reunião de 28 e 29 de junho, não realizada conforme planejada e que tinha como objetivo cumprir os encaminhamentos necessários à finalização dos trabalhos da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em maio, além da regularização do funcionamento do Conselho.</p>
<p>Participação em eventos que se relacionem a algum dos temas elencados anteriormente.</p>	<p>Os direitos das mulheres brasileiras e sua relação com a Psicologia foram abordados em debate realizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), no dia 30 de outubro, durante a 45ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP), em Belo Horizonte (MG).</p>
<p>PROGRAMA 15.1: RELAÇÕES DA PSICOLOGIA COM O CAMPO DO TRABALHO E DAS ORGANIZAÇÕES.</p> <p>Acompanhamento das atividades da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST/CNS.</p>	<p>O CFP possui representação que acompanha essas atividades.</p>
<p>Acompanhamento das atividades da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – CIRH/CNS.</p>	<p>O CFP possui representação que acompanha essas atividades.</p>
<p>PROGRAMA 16.1: RELAÇÃO COM ENTIDADES DE INTERESSE DA PSICOLOGIA.</p> <p>Participação nas reuniões do Fórum de Entidades Nacionais Psicologia Brasileira – FENPB.</p>	<p>O CFP participou das reuniões do FENPB em 2015, e acompanhou a eleição da nova Secretária.</p>
<p>Acompanhamento das atividades e encaminhamentos do GT Pesquisa FENPB que está desenvolvendo o projeto de pesquisa ‘Violência e Preconceito na Escola’ em parceria com o Ministério da Educação - MEC.</p>	<p>CFP continuou acompanhando o projeto “Violência e preconceito nas escolas”, mas não mais como executor. Foram enviadas diversas comunicações ao grupo gestor e demais entidades participantes de modo que o envio do relatório final foi realizado em 2016.</p>
<p>Realização de contatos e disponibilidade de intercâmbio para articular parcerias com entidades nacionais da psicologia brasileira em matéria de interesse do Conselho Federal de Psicologia.</p>	<p>O CFP disponibilizou infraestrutura exclusiva para promover o intercâmbio com as entidades nacionais da Psicologia.</p>
<p>PROGRAMA 16.2: BVS-PSI.</p>	<p>Os esforços foram direcionados ao</p>

<p>Realização de um levantamento das necessidades da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil - BVS-PSI para atender a demanda de pesquisadores e profissionais da Psicologia.</p>	<p>estabelecimento do Convênio com o Instituto de Psicologia da USP, com o intuito de resolver as pendências técnicas para o desenvolvimento da BVS-Psi. Foi realizado o lançamento oficial do Acordo no dia 19 de Janeiro de 2016, em São Paulo.</p>
<p>Divulgação da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia Brasil - BVS-PSI como ferramenta auxiliar no processo de formação nos níveis de graduação e pós-graduação.</p>	<p>Nos eventos em que o CFP possuiu stand, a BVS-Psi participou como expositora para divulgação dos serviços disponíveis.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 07 a 10 de junho de 2016 - XVI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP- Maceió, Alagoas. ● 16 a 18 de novembro de 2016 - Reunião da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP) - Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) –Belo Horizonte, MG. ● 15 a 21 de outubro de 2016 - 9º Encontro das Bibliotecas da Área da Psicologia e o 19º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU) ● 25 a 28 de novembro de 2016 – 46ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia (previsto) – Fortaleza/CE
<p>Ampliação das ferramentas de referência da BVS-PSI (Dados Psi).</p>	<p>Firmado convênio com Fundação Universidade de São Paulo por intermédio de sua biblioteca para reformulação do portal da BVS.</p>
<p>PROGRAMA 16.3: INTERCÂMBIO COM ENTIDADES INTERNACIONAIS DA PSICOLOGIA.</p> <p>Aproximação com entidades, tais como: Associação de Psicologia Americana – APA, Federación Iberoamericana de Asociaciones de Psicología, Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP, International Union of Psychological Science – IUPSYS, entre outras.</p>	<p>O CFP participou do 3º Congresso da Ordem dos Psicólogos Portugueses e do 8º Encontro PSIPLP que aconteceu entre os dias 28 de Setembro e 01 de Outubro de 2016 em Lisboa, Portugal.</p>
<p>Acompanhamento da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia – ULAPSI.</p>	<p>O CFP possui representação nessa atividade.</p>
<p>Acompanhamento do Fórum Permanente do Mercosul - Exercício Profissional em Saúde/Ministério da Saúde.</p>	<p>O Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou, entre 14 e 20 de setembro, do IV Congresso Internacional de Psicologia de Tucumán, na Argentina. João Carlos Alchieri, integrante da Comissão de Avaliação Psicológica do Conselho,</p>

	ministrou um curso sobre Psicologia e Saúde no evento e participou de reuniões com representantes de associações de Psicologia daquele país. Nos encontros foram discutidas ações relacionadas à formação e capacitação profissional conjunta e a criação de uma agenda para estudos de dupla certificação com profissionais de Psicologia dos países do Mercosul.
Acompanhamento das ações das entidades dos Países de Língua Portuguesa - PSI-PLP (Angola, Cabo Verde, Brasil, Moçambique, Portugal) e fazer intercâmbio buscando atender as necessidades recíprocas.	Realizou-se em Maio de 2015, o VI Encontro PSI-PLP em Salvador, Bahia. Os representantes das entidades dos demais países também puderam participar do CONPSI.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Tabela 2 - Execução Financeira do Orçamento

Orçamento do Exercício 2016			
RECEITAS	PREVISÃO R\$	ARRECADÇÃO R\$	SALDO R\$
<u>Receitas Correntes</u>	27.472.808,85	28.810.753,16	(1.337.944,31)
Cota Parte	26.702.808,85	26.616.037,51	86.771,34
Serviços	20.000,00	72.344,30	(52.344,30)
Financeira	700.000,00	2.093.576,79	(1.393.576,79)
Outras Receitas	50.000,00	28.794,56	21.205,44
<u>Receitas de Capital</u>	3.621.317,42	64.757,47	3.556.559,95
Amort. de Empréstimos	0,00	64.757,47	(64.757,47)
Superávit Financeiro	3.621.317,42	0,00	3.621.317,42
TOTAL DAS RECEITAS	31.094.126,27	28.875.510,63	2.218.615,64
DESPEASAS	FIXADA R\$	REALIZADA R\$	SALDO R\$
<u>Despesas Correntes</u>	30.274.126,27	27.936.466,36	2.337.659,91
Pessoal e Encargos Sociais	11.404.522,83	11.044.620,40	359.902,43
Outras Despesas Correntes	18.869.603,44	16.891.845,96	1.977.757,48
<u>Despesas de Capital</u>	820.000,00	70.755,75	749.244,25
Investimentos	320.000,00	70.755,75	249.244,25
Outras Despesas de Capital	500.000,00	0,00	500.000,00
TOTAL DAS DESPESAS	31.094.126,27	28.007.222,11	3.086.904,16

Superávit Orçamentário (Receita Arrecadada – Despesa Realizada)	868.288,52
--	-------------------

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

O Conselho Federal de Psicologia, no exercício de 2016, repassou recursos financeiros no montante de R\$ 1.895.308,37 (um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil, trezentos e oito reais e trinta e sete centavos), conforme demonstrado abaixo:

- OBJETO: Realização do projeto “A Profissão de Psicologia nas Políticas Públicas: Subsídio à atuação do psicólogo”.
FAVORECIDO: Fundação Norte-riograndense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC
VALOR: R\$ 106.333,84

- OBJETO: Centro de Referências Téc. em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP.
FAVORECIDO: Conselhos Regionais de Psicologia
VALOR: R\$ 1.063.387,94

- OBJETO: Custeio de Diversas Despesas Correntes
FAVORECIDO: Conselhos Regionais de Psicologia
VALOR: R\$ 6.274,63

- OBJETO: Congressos Regionais de Psicologia - COREPs
FAVORECIDO: Conselhos Regionais de Psicologia
VALOR: R\$ 234.617,92

- OBJETO: Fundo de Manutenção de Seções de Base Estadual/Fundo de Devoluções de Anuidades
FAVORECIDO: Conselhos Regionais de Psicologia
VALOR: R\$ 484.694,04

Realização das Receitas

A principal fonte de receita do Conselho Federal de Psicologia é decorrente de cota parte no percentual de 25% das receitas dos Conselhos Regionais, sendo as anuidades cobradas dos profissionais de psicologia a principal fonte.

Para o exercício de 2016 o Conselho Federal de Psicologia estimou sua arrecadação no montante de R\$ 27.472.808,85. Desse valor foi realizado R\$ 28.810.753,16, o que corresponde a 104,84% da receita estimada.

Execução das Despesas

Para o exercício de 2016 o Conselho Federal de Psicologia fixou suas despesas no montante de R\$ 31.094.126,27. Desse valor foi executado R\$ 28.007.222,11, o que

representa 90,07% da despesa autorizada e uma economia orçamentária no valor de R\$ 3.086.904,16.

Tabela 3 - Despesa por Modalidade de Contratação

Concorrência	R\$ 1.254.322,05
Tomada de Preço	R\$ 320.493,16
Carta Convite	R\$ 68.766,73
Pregão	R\$ 7.836.265,48
Dispensa	R\$ 508.172,54
Inexigibilidade	R\$ 1.335.868,26
LNA*	R\$ 16.683.333,89
TOTAL	R\$ 28.007.222,11

*Legislação não aplicada.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Para análise de indicadores de desempenho, o Conselho Federal de Psicologia se utilizou do Mapa Gerencial (tabelas 19, 20 e 21, das pgs 119 e 120) apresentado na Seção Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, que mede o desempenho dos recursos alocados nos projetos e/ou atividades da entidade.

GOVERNANÇA

DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de governança do Conselho Federal de Psicologia está normatizada no Art. 4º do Regimento Interno aprovado por meio da Resolução CFP 017/2000: Art. 4º - O Conselho Federal de Psicologia é composto pelos seguintes órgãos: I – Plenário; II – Diretoria; III - Secretarias; IV – Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras; V – Congresso Nacional da Psicologia. Parágrafo único - Quando necessário, serão constituídos Grupos de Trabalho para fins específicos, consoante o disposto nos art. 21 e 22 deste Regimento. Art. 21 – Os Grupos de Trabalho serão constituídos com o objetivo específico de executar os projetos que integram o orçamento programa da Entidade, além de ações específicas em função de fatos extraordinários, todos deliberados pelo Plenário. Art. 22 – Os Grupos de Trabalho serão constituídos preferencialmente por conselheiros federais, podendo contar com a participação de conselheiros regionais, psicólogos ou outros profissionais que possam contribuir para a realização de suas tarefas.

INFORMAÇÕES SOBRE DIRIGENTES E COLEGIADOS

Rol dos Responsáveis					
Nome: Mariza Monteiro Borges			CPF 244.XXX.XXX-00		
Endereço Residencial:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Fones:		Fax:		E mail:	
Cargo ou Função: Presidente					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Dirigente Máximo					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de Posse	20/12/2013	Ata da 37ª Plenária	22/10/2016	20/12/2013	22/10/2016

Nome: Sergio Luis Braghini			CPF 042.XXX.XXX-03		
Endereço Residencial:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Fones:		Fax:		E mail:	
Cargo ou Função: Tesoureiro					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro de Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim

Ata de Posse	20/12/2013	Portaria N° 16/2016	28/04/2016	20/12/2013	28/04/2016
--------------	------------	---------------------	------------	------------	------------

Nome: Rogério de Oliveira Silva				CPF 742.XXX.XXX-72	
Endereço Residencial:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Fones:		Fax:		E mail:	
Cargo ou Função: Vice-Presidente (20/12/2013 a 13/05/2016)					
Cargo ou Função: Presidente (22/10/2016 a 19/12/2016)					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Dirigente Máximo/Membro de Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de Posse	20/12/2013	Término de Mandato	19/12/2016	20/12/2013	19/12/2016

Nome: Maria da Graça Correa Jacques				CPF 164.XXX.XXX-06	
Endereço Residencial:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Fones:		Fax:		E mail:	
Cargo ou Função: Secretária (20/12/2013 a 28/04/2016)					
Cargo ou Função: Tesoureira (25/04/2016 a 19/12/2016)					
Natureza de Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro de Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de Posse	20/12/2013	Término de Mandato	19/12/2016	20/12/2013	19/12/2016

Nome: Lurdes Perez Oberg				CPF: 722.XXX.XXX-53	
Endereço:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Correio Eletrônico:					
Cargo/Função: Vice-Presidente					
Natureza da Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro de Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria CFP 19/2016	13/05/2016	Portaria CFP 30/2016	16/09/2016	13/05/2016	16/09/2016

Nome: Meire Nunes Viana				CPF: 899.XXX.XXX-20	
Endereço:					

Cidade:		UF:		CEP:	
Correio Eletrônico:					
Cargo/Função: Vice-Presidente					
Natureza da Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro de Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria CFP 35/2016	22/10/2016	Término de Mandato	19/12/2016	22/10/2016	19/12/2016

Nome: Vera Lucia Morselli			CPF: 278.XXX.XXX-68		
Endereço:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Correio Eletrônico:					
Cargo/Função: Secretária					
Natureza da Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro da Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Portaria CFP 18/2016	13/05/2016	Término de Mandato	19/12/2016	13/05/2016	19/12/2016

Nome: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho			CPF: 029.XXX.XXX-48		
Endereço:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Correio Eletrônico:					
Cargo/Função: Secretário					
Natureza da Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro da Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de Posse	20/12/2016			20/12/2016	19/12/2019

Nome: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega			CPF: 008.XXX.XXX-90		
Endereço:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Correio Eletrônico:					
Cargo/Função: Vice-Presidente					
Natureza da Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro de Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de	20/12/2016			20/12/2016	19/12/2019

Posse					
-------	--	--	--	--	--

Nome: Norma Celiane Cosmo			CPF: 338.XXX.XXX-06		
Endereço:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Correio Eletrônico:					
Cargo/Função: Tesoureira					
Natureza da Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Membro de Diretoria					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de Posse	20/12/2016			20/12/2016	19/12/2019

Nome: Rogério Giannini			CPF: 013.XXX.XXX-70		
Endereço:					
Cidade:		UF:		CEP:	
Correio Eletrônico:					
Cargo/Função: Presidente					
Natureza da Responsabilidade (Art. 10 da IN TCU 63/2010): Dirigente Máximo					
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de Gestão	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
Ata de Posse	20/12/2016			20/12/2016	19/12/2019

Relação de Conselheiros		
XVI PLENÁRIO DO CFP		
Nome:	Função:	Mandato:
Mariza Monteiro Borges	Conselheira Presidente	20/12/2013 a 19/12/2016
Rogério de Oliveira Silva	Conselheiro Vice-Presidente	20/12/2013 a 19/12/2016
Sergio Luis Braghini	Conselheiro Tesoureiro	20/12/2013 a 19/12/2016
Maria da Graça Correa Jacques	Conselheira Secretária	20/12/2013 a 19/12/2016
Dorotéa Albuquerque de Cristo	Conselheira Efetiva	20/12/2013 a 19/12/2016
Meire Nunes Viana	Conselheira Efetiva	20/12/2013 a 19/12/2016
Inara Barbosa Leão	Conselheira Efetiva	20/12/2013 a 19/12/2016
Lurdes Perez Oberg	Conselheira Efetiva	20/12/2013 a 19/12/2016
João Baptista Fortes de Oliveira	Conselheiro Efetivo	20/12/2013 a 19/12/2016
Silvana Carneiro Maciel	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Eliandro Rômulo Cruz Araújo	Conselheiro Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Viviane Moura de Azevedo Ribeiro	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016

Jacqueline de Oliveira Moreira	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Madge Porto Cruz	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
João Carlos Alchieri	Conselheiro Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Vera Lúcia Morselli	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Sandra Luzia de Souza Alencar	Conselheira Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016
Roberto Moraes Cruz	Conselheiro Suplente	20/12/2013 a 19/12/2016

Relação de Conselheiros		
XVII PLENÁRIO DO CFP		
Nome:	Função:	Mandato:
Rogério Giannini	Conselheiro Presidente	20/12/2016 a 19/12/2019
Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega	Conselheira Vice-Presidente	20/12/2016 a 19/12/2019
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho	Conselheiro Secretário	20/12/2016 a 19/12/2019
Norma Celiane Cosmo	Conselheira Tesoureira	20/12/2016 a 19/12/2019
Iolete Ribeiro da Silva	Conselheira Efetiva	20/12/2016 a 19/12/2019
Clarissa Paranhos Guedes	Conselheira Efetiva	20/12/2016 a 19/12/2019
Marisa Helena Alves Batista	Conselheira Efetiva	20/12/2016 a 19/12/2019
Júnia Maria Campos Lara	Conselheira Efetiva	20/12/2016 a 19/12/2019
Rosane Lorena Granzotto	Conselheira Efetiva	20/12/2016 a 19/12/2019
Fabian Javier Marin Rueda	Conselheiro Efetivo	20/12/2016 a 19/12/2019
Célia Zenaide da Silva	Conselheira Efetiva	20/12/2016 a 19/12/2019
Maria Márcia Badaró Bandeira	Conselheira Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019
Daniela Sacramento Zanini	Conselheira Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019
Paulo Roberto Martins Maldos	Conselheiro Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019
Fabiana Itaci Corrêa de Araujo	Conselheira Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019
Jureuda Duarte Guerra	Conselheira Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019
Andréa Esmeraldo Câmara	Conselheira Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019
Regina Lúcia Sucupira Pedroza	Conselheira Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019
Sandra Elena Sposito	Conselheira Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019
Cleia Oliveira Cunha	Conselheira Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019
Elizabeth de Lacerda Barbosa	Conselheira Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019
Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa	Conselheiro Suplente	20/12/2016 a 19/12/2019

ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O Conselho Federal de Psicologia vem fazendo esforços para implantar uma Divisão de Auditoria Interna com a finalidade de desenvolver um plano de ação que auxilie a autarquia na busca da eficiência, de modo a gerenciar os riscos de suas ações.

ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O Conselho Federal de Psicologia por se enquadrar como entidade pública adota providências de processo administrativo disciplinar para apuração e correção de irregularidades capazes de impactar o seu desempenho.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

Os Conselheiros efetivos ou suplentes em substituição aos efetivos ausentes recebem gratificações denominadas de Jeton pela participação nas reuniões plenárias (deliberativas), de acordo com a Resolução CFP 006/2002 e alterações posteriores, não percebendo qualquer outro tipo de remuneração, considerando que ocupam cargos honoríficos.

INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

O Conselho Federal de Psicologia, através do pregão eletrônico nº 05/2017, processo nº 12/2017, contratou a empresa AUDIMEC AUDITORES INDEPENDENTES para a realização de auditorias das contas do exercício 2016, tanto do Conselho Federal quanto dos Conselhos Regionais. O contrato foi firmado no valor de R\$ 149.796,04.

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Tabela 4 – Força de trabalho do CFP

Força de Trabalho do CFP

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		61		
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		61		
1.2.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		61		
1.2.2 Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		18	7	11
4. Total de Servidores (1+2+3)		79	12	11

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Tabela 5 – Distribuição da lotação efetiva

Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	50	11
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5 Servidores requisitados de outros órgão e esferas		
2. Servidores com Contratos Temporários		

3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	18	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	68	11

O quadro seguinte tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas do CFP.

Tabela 6 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do CFP

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo		18		
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		8	3	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		26		

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Despesas com efetivos/comissionados

Tabela 7 – Despesas com efetivos/comissionados

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R\$
Salários e Gratificações	6.856.312,39
Férias e 13º Salário	1.474.109,90
Indenizações	103.174,12
Benefícios Assistências e Pessoais	1.865.448,75
Encargos Sociais	2.611.023,99
TOTAL	12.910.069,15

Despesas com estagiários

Tabela 8 – Despesas com estagiários

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR R\$
Bolsa Auxílio	114.749,88
Benefícios	44.807,00
TOTAL	159.556,88

Despesas com terceirizados

Tabela 9 – Despesas com terceirizados

EMPRESA	QT. DE EMPREGADOS	ÁREA	IDENT. DO CONTRATO	VALORES R\$
Humanas e Leal Serviços Especiais LTDA (CNPJ: 07.701.312.0001-71)	5	Apoio e Limpeza	Pregão 35/2012	236.084,14

Segtrack Segurança Eletrônica e Serviços Inteligentes LTDA (CNPJ: 17.949.399.0001-54)	2	Recepção	Pregão 29/2014	113.650,94
TOTAL	7			349.735,08

Gestão da Tecnologia da Informação

Gerência de Tecnologia da Informação

A Gerência de Tecnologia da Informação (GTI) é composta por duas divisões: Infraestrutura e Suporte em TI e Desenvolvimento, que possuem funções distintas e compostas por um corpo técnico com características e formações específicas.

A Infraestrutura e Suporte em TI possui a responsabilidade de cuidar dos servidores de e-mail, rede, AntiSpam, Firewall, Servidor de Banco de Dados e de Aplicação. Alguns dos serviços mencionados anteriormente são realizados em conjunto com as empresas parceiras do CFP. É responsabilidade também desta subdivisão manter os serviços de backup, assistência técnica aos funcionários, conselheiros, participantes de eventos, entre outros, seja em computadores desktops ou portáteis (notebooks e tablets), pesquisar e implementar novas tecnologias.

O Desenvolvimento é responsável por desenvolver novos sistemas, pesquisar e implementar novas tecnologias de software, realizar manutenção e dar suporte técnico aos sistemas desenvolvidos, documentar o processo de desenvolvimento, especificar requisitos, pesquisar novas tecnologias, criar manuais, cartilhas ou tutoriais, desenvolver sites e hotspots. A GTI possui o seguinte quadro funcional:

Tabela 10 - Quadro funcional da GTI

NOME	CARGO	TIPO VÍNCULO
Bruna Lucas	Técnico Administrativo	Concurso público
Bruno Chagas	Consultor TI	Comissionado
Cleison Reis	Técnico TI	Concurso público
Denis Silva	Analista TI Suporte	Concurso público
Elton Ramos	Analista TI Suporte	Concurso público
Ivan Oliveira	Webdesigner	Concurso público
Karina Antunes	Analista TI Desenvolvimento	Concurso público

Leomar Santana	Analista TI Desenvolvimento / Gerente TI	Concurso público
Marcelo Gonçalves	Técnico TI	Concurso público
Rafael Perdigão	Analista TI Desenvolvimento	Concurso público
Valmir Souza	Atendimento	Terceirizado

Atividades executadas:

- **Eleições 2016**

O processo eleitoral do Sistema Conselhos de Psicologia foi realizado pelas comissões eleitorais, funcionários dos conselhos federal e regionais, além das empresas contratadas para a execução do pleito:

- 1) Sistema eleitoral: SCYTL SOLUÇÕES DE SEGURANÇA E VOTO ELETRÔNICO LTDA, Processo 0043/2015, Pregão N°: 0019/2015.
- 2) Auditoria: SECURITYLABS SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS LTDA – ME, N° Processo: 0042/2015, Pregão N°: 0018/2015.
- 3) Consultoria de segurança da informação: THE PERFECT LINK ASSESSORIA, CONSULTORIA, AUDITORIA EMPRESARIAL LTDA, N° Processo: 0003/2016, Dispensa N°: 0002/2016.
- 4) Impressão dos kits de voto por correspondência: INDÚSTRIA GRÁFICA BRASILEIRA LTDA, N° Processo: 0014/2016, Pregão N°: 0004/2016.

A Gerência de Tecnologia da Informação participou de todas as etapas do pleito eleitoral, revisão e criação de manuais, especificação de termos de referência, apoio técnico as comissões eleitorais, suporte técnico aos funcionários dos regionais e também a fiscalização dos contratos das empresas envolvidas no processo, exceto a de impressão dos kits.

As eleições 2016 registrou um total de 99.913 (noventa e nove mil, novecentos e treze votos), e destes apenas 2,99% foram registrados por intermédio do kit de correspondência. A votação on-line mais uma vez se mostrou mais eficiente e eficaz, tanto a auditoria quanto a consultoria não detectaram nenhuma ameaça ao sistema, o mesmo se mostrou estável e não foi registrada nenhuma interrupção. As (os) profissionais puderam exercer sua cidadania enquanto psicóloga(o) por meio de vários dispositivos, smartphones, tablets, computadores, entre outros; além disso puderam votar de qualquer parte do país e do mundo.

- **Cadastro Nacional**

O sistema Conselhos de Psicologia possui uma base de dados com mais de 280.000 profissionais ativos, e em virtude do processo eleitoral, realizou campanha de atualização de dados, que alcançou os seguintes percentuais:

Tabela 11 – Quantitativo de profissionais por Regional

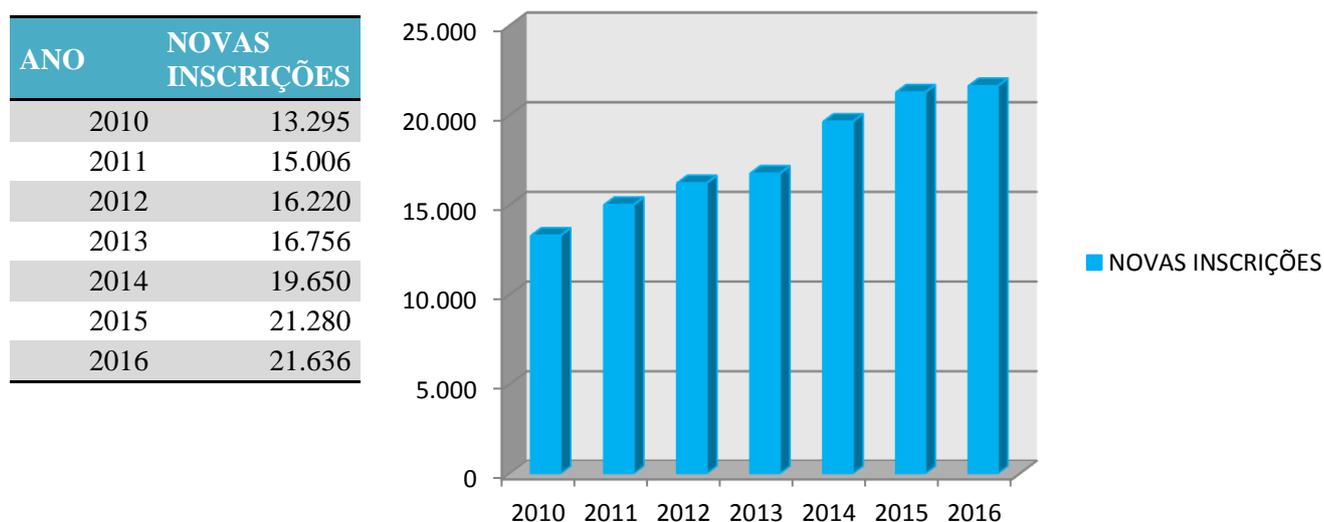
CRP	Estado (s)	Psicólogas (os)	Atualização Cadastral (%)
1a Região	DF	8.655	41,41
2a Região	PE	9.892	33,55
3a Região	BA	10.242	27,25
4a Região	MG	31.339	35,15

5a Região	RJ	35.795	13,61
6a Região	SP	87.718	41,91
7a Região	RS	18.603	37,56
8a Região	PR	15.592	31,18
9a Região	GO	7.058	35,44
10a Região	PA e AP	4.240	32,32
11a Região	CE	5.845	44,75
12a Região	SC	10.863	40,15
13a Região	PB	4.006	28,15
14a Região	MS	3.480	38,3
15a Região	AL	3.420	31,58
16a Região	ES	4.500	42,87
17a Região	RN	2.744	37,26
18a Região	MT	2.872	34,41
19a Região	SE	1.986	29,95
20a Região	AM, AC, RO e RR	6.213	25,15
21a Região	PI	2.270	13,53
22a Região	MA	1.939	8,98
23a Região	TO	1.046	7,73
TOTAL		280.318	34,05

O CFP disponibilizou uma equipe de suporte para a campanha de atualização cadastral, foi disponibilizado as(aos) profissionais vários canais de comunicação, 0800, e-mail e formulários específicos para atender a solicitações.

A base de dados do Cadastro Nacional de Psicólogas(os) é composta por mais de 280.000 profissionais ativos, o número de inscritos aumenta a cada ano:

Tabela 12 – Novas inscrições por ano



- **Portal da transparência**

Os tesoureiros do Sistema Conselhos de Psicologia deliberaram em 01 de julho de 2016 sobre o desenvolvimento de uma plataforma destinada ao Portal da Transparência, cumprindo desta forma o que determina Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI).

O Conselho Federal de Psicologia desenvolveu a ferramenta utilizando softwares gratuitos, observando as questões de acessibilidade e responsividade, permitindo desta forma que o site seja acessado por todas as pessoas e por qualquer tipo de dispositivo; e principalmente foi desenvolvido observando as recomendações do TCU.

Tabela 13 – Portal da Transparência

Sistema Conselhos de Psicologia | Portais da Transparência

Ir para o conteúdo 1 | Ir para o menu 2 | Ir para a busca 3 | Ir para o rodapé 4

Portal da Transparência

INSTITUCIONAL - LEGISLAÇÃO - PLANEJAMENTO - FINANÇAS - LICITAÇÕES E CONTRATOS - GESTÃO DE PESSOAS - PSICÓLOGA(O) - INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Você está em: Transparência do CFP

Informação

O Portal da Transparência do CFP tem a intenção de permitir ao cidadão o acesso transparente e integral a informações diversas sobre a autarquia federal.

A ferramenta atende à Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamentada pelo Decreto nº 7724/2012, que normatiza os artigos 5º e 37 da Constituição Federal ao estabelecer que todas as informações disponíveis em qualquer entidade pública sejam disponibilizadas na internet, com exceção apenas de documentos oficialmente declarados como sigilosos. Com essa medida, o CFP reafirma o compromisso firmado com a sociedade e o corpo de psicólogos de dar publicidade e transparência às suas ações.

Caso não encontre a informação desejada, realize um pedido de acesso à informação no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) localizado na [Ouvidoria do CFP](#) ou através do [Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão \(e-SIC\)](#).

ia.cfp.org.br/planejamento-relatorio/relatorios-ao-tcu/

Acesso à Informação

CIDADÃO
Faça aqui seu pedido de acesso à informação

Ouvidoria

Ouvidoria do CFP
0800 642 0110

- **Anuidade 2017**

O sistema de avaliação dos arquivos de teste de anuidade desenvolvido pela GTI mais uma vez se mostrou uma ferramenta eficiente, auxiliou os Conselhos Regionais de Psicologia a gerarem seus arquivos de remessa em tempo hábil para o envio ao Banco do Brasil.

- **Sistema de Gestão de Projetos por Meio Editais 2016**

O Conselho Federal de Psicologia recebe várias solicitações de apoio a eventos promovidos por profissionais e entidades diversas. Buscando democratizar e dar transparência a este processo, o XVI Plenário lança edital para viabilizar o ajuste de parcerias com profissionais e entidades que apresentem projetos para realizar eventos científicos ou técnicos profissionais com fim de desenvolver, consolidar, valorizar a Psicologia, bem como a classe profissional das(os) psicólogas(os), evidenciando junto à sociedade a relevância dessa ciência e das atividades profissionais da respectiva categoria. A Gerência de TI desenvolveu o sistema para gerenciar este projeto.

Tabela 14 – Sistema de Gestão de Projetos por meio de Editais 2016

Inscrições - 1º semestre		Inscrições - 2º semestre	
SITUAÇÃO	QTD	SITUAÇÃO	QTD
Favorável	93	Favorável	50
Desistência	7	Desistência	5
Desfavorável	31	Desfavorável	17
TOTAL	131	TOTAL	72

- **Sistema de Cadastro de Sites**

O Conselho Federal de Psicologia, por meio da Comissão Nacional de Cadastro de Sites, disponibiliza o serviço de Cadastro de Sites para Serviços de Psicologia realizados por meios tecnológicos de comunicação à distância e o atendimento psicoterapêutico em caráter experimental.

Histórico de sites avaliados:

Tabela 15 – Sistema de cadastro de sites

Ano	Aprovado	Reprovado	Não se Aplica	Total
2016	170	70	39	279
2015	165	83	63	311
2014	109	50	28	187
2013	142	73	32	247
2012	130	10	28	168
2011	81	24	10	115
2010	41	13	24	78
2009	8	13	5	26
2008	8	19	9	36
2007	6	13	10	29
2006	4	16	13	33
2005	1	6	16	23
2004	0	0	8	8
Total:	865	390	285	1.540

- **SATEPSI**

O Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, SATEPSI, é a plataforma utilizada para avaliar os testes psicológicos, desenvolvido pelo Conselho Federal de Psicologia para divulgar informações sobre os testes à comunidade e às (aos) psicólogas (os).

Histórico de testes avaliados:

Tabela 16– Satepsi

Ano	Aprovado	Reprovado
2016	3	0
2015	6	4
2014	5	6
2013	18	2
2012	3	3
2011	13	6
2010	12	8
2009	7	3
2008	9	4
2007	8	1
2006	9	0
2005	14	8
2004	10	14
2003	48	44
Total:	165	103

- **OrientaPsi**

O CFP ao longo do ano de 2016 lançou novas versões do OrientaPsi, foram implementadas as páginas institucionais, integração ao Canal do Youtube do CFP, melhorias no layout, facilitando assim o acesso as informações, e principalmente, foi disponibilizado as (aos) estudantes de psicologia acesso a ferramenta.

- **Outros sistemas desenvolvidos / atualizados:**

- 2ª Conferência Internacional de Psicologia LGBT e campos relacionados: Enfrentar o impacto da discriminação contra pessoas LGBT em todo o mundo
- Avaliação Psicológica: desafios éticos e técnicos no exercício profissional
- Avaliação Psicológica: desafios éticos e técnicos no exercício profissional - Belém -PA
- Seminário Nacional: Psicologia na Educação
- Psicologia do Trânsito: Possibilidades e Desafios de Atuação
- Psicologia do Trânsito: Possibilidades e Desafios de Atuação / TO
- Avaliação Psicológica: desafios éticos e técnicos no exercício profissional - Salvador - BA

- h) Avaliação Psicológica: desafios éticos e técnicos no exercício profissional - Santa Catarina - SC
- i) III Seminário Nacional de Assistência Social: Exercício profissional e avanços ético-políticos
- j) Seminário Sobre a atuação do Psicólogo na área do Trânsito no Brasil e no Mundo: Mitos, Verdades e Oportunidades
- k) Avaliação Psicológica: desafios éticos e técnicos no exercício profissional - Campo Grande-MS
- l) Psicologia do Trânsito: Possibilidades e Desafios de Atuação / SP
- m) Psicologia do Trânsito: Possibilidades e Desafios de Atuação - PR
- n) Psicologia do Trânsito: Possibilidades e Desafios de Atuação - CE

- **Compartilhamento de tecnologias com o CRPs**

O Conselho Federal de Psicologia desenvolveu além do Portal de Transparência, outros sistemas como o Gestão de Contratos e o Cadastro Geral, e os disponibilizou para os conselhos regionais, proporcionando desta forma automação de processos, gerenciamento de atividades e conseqüentemente melhoria nos fluxos internos, e além disso, estas aplicações estão integradas ao transparência, proporcionando desta forma automatização do processo de alimentação do Portal de Transparência.

- **Infraestrutura e Suporte Técnico em TI**

A equipe de Infraestrutura e Suporte Técnico em TI continuou o trabalho preventivo, reduzindo significativamente a incidência de falhas de sistema e interrupção de serviços, e tende a diminuir ainda mais em virtude da aquisição de novos servidores e equipamento de rede. Esta equipe teve atuação expressiva em:

- Suporte as Eleições 2016
- Suporte ao 9º CNP
- Modernização de Ativos :
 - Virtualização de Servidores da Rede de Computadores
 - Criado toda a infraestrutura para virtualização do parque de servidores do CFP.
 - Atualização e migração do domínio de rede CFP
 - Atualização de Plataformas Operacionais
 - Consolidação e atualização dos sistemas de banco de dados
 - Consolidação dos servidores de arquivos do CFP
 - Virtualização de Serviços Web
 - Consolidação e atualização de servidores WEB RAILO
 - Consolidação e atualização de servidores WEB PHP
 - Consolidação e atualização de servidores WEB IIS
 - Instalação/Configuração de Switches gerenciáveis
 - Aquisição/Instalação de Hardware:

- Racks, Servidores, Switches, Pontos Wireless
- No-break de 30Kva para estações de trabalho
- Gerenciamento de Serviços:
 - Portal CFP
 - Serviços Web
 - Sistemas Internos
- Gerenciamento/Administração de Ativos
 - Manutenção de Hardware e Máquinas Virtuais
 - Configuração/Manutenção de Rede Wired e Wireless
 - Definição/Administração de Topologias
 - Implementação de regras de roteamento de redes e regras de translação de portas e endereços (NAT)
 - Administração e Gerenciamento de Sistemas e Políticas de Segurança
 - Firewall, GPOs, Active Directory, Web Firewall, Sistemas de Monitoramento etc.
 - Liberação de atualizações para Hosts e Desktops
 - Administração de Anti-vírus/Anti-Malware corporativo
 - Administração/Gerenciamento de Serviços de Banco de Dados
 - Criação, Backup, Restore, Administração de Usuários etc.
- Gerenciamento de Sistema de Telefonia, Sonorização e Vídeo
- Suporte ao usuário

RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Descrição dos canais de acesso do cidadão à unidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões:

- a) Site – O site do Conselho Federal de Psicologia encontra-se no seguinte endereço na internet: www.cfp.org.br. Nesse veículo, constam informações sobre o próprio Conselho (descrição da atual e gestões anteriores), legislações correlatas (leis, decretos e resoluções), notícias, publicações, Portal da Transparência e outras informações;
- b) Redes Sociais
 - b.1) Facebook – A Autarquia está presente na maior rede social do planeta no seguinte endereço: <https://www.facebook.com/conselhofederaldepsicologia/>. No referido veículo, constam notícias republicadas no site, bem como fotos de eventos em que conselheiros e colaboradores do CFP atuaram;
 - b.2) Twitter – O CFP está na rede de microblogs de 140 caracteres por post no seguinte endereço eletrônico: https://twitter.com/cfp_psicologia. Na referida rede, são replicadas notícias colocadas no site da Autarquia;
 - b.3) Youtube – A rede social de transmissão de vídeos na internet conta com um canal exclusivo do Conselho Federal de Psicologia, no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/c/confederalpsicologia>
 - b.4) Instagram – A Autarquia também tem um perfil na rede de publicação de fotos e vídeos: @conselhofederaldepsicologia. A rede apenas resume e replica conteúdos publicados nas notícias do site e das demais redes sociais.
 - b.5) Flickr – A rede de compartilhamento de álbum de fotos também tem uma página do CFP: www.flickr.com/photos/conselhofederaldepsicologia
- c) E-mail da Ouvidoria: ouvidoria@cfp.org.br
- d) Telefone gratuito da Ouvidoria: 08006420110

AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados, inclusive frente a dados registrados em exercícios anteriores:

- a) Site - Ao longo do ano, o site do CFP teve 2.375.731 visualizações de página. Diariamente, são cerca de 2.191 visualizações.

Foram produzidos, para site e redes em geral, cerca de 290 cards em 2016.

Entre as mudanças realizadas em 2015/16, estão:

- Nova área para “Fala, Psicólog@”
- Nova área para Consulta Nacional para gestão 2017-2019 do CFP
- Atualização da página especial sobre as 30 horas
- Atualização da página especial sobre o piso salarial
- Novo Fale Conosco
- Nominatas completas por plenários
- Indexação
- Eliminação de hotspots datados

a.1) 1.1. Hotspots

No período, foram criados três sites específicos demandados por comissões/GTs: - Despatologização das identidades trans e travestis - Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social - PsinaEd – CNP

- b) Redes - Durante o ano de 2016, houve um incremento significativo no número de seguidores de páginas e perfis do CFP. Abaixo, o número de seguidores em cada mídia digital:

- Facebook – 173,0 mil
- Instagram – 33,8 mil
- WhatsApp – 25,9 mil

- Twitter – 19,0 mil

- YouTube – 14,3 mil

Em geral, as postagens com mais repercussão foram relativas a efemérides, meses temáticos de campanha e projetos de lei de interesse da categoria. As consultas públicas tiveram engajamento moderado.

b.1) Facebook - A rede social tem sido o carro-chefe da comunicação do CFP com a categoria e já estava consolidada no fim de 2015. Obtivemos 31.058 mil likes líquidos (descontadas as pessoas que deixaram de nos seguir) em 2016. Tivemos alguns picos ao redor de mil novos inscritos em três, dois ou até um dia, quase sempre atrelados a uma ou duas postagens de impacto.

b.2) YouTube: Esta foi outra mídia digital em que contou com um crescimento significativo, resultado de um aumento na produção e qualidade dos vídeos produzidos pelo CFP e sua difusão nas páginas e perfis de CFP de maneira planejada.

O Canal do CFP, que existe desde 2008, alcançou um total de 14.349 inscritos. Destes, mais da metade (7.257) foram obtidos no ano de 2016.

Em 2016 cresceu também o número de visualizações dos vídeos, que alcançou a marca de 265.412.

Em 2015, foram 182.642 visualizações. Desde a criação, os vídeos do canal já foram visualizados 902.240 vezes.

Os debates com transmissão e participação online se firmaram como um instrumento para aprofundar as discussões temáticas e subsidiar a formulação de resoluções e notas técnicas. Tivemos ao menos um debate na maioria das semanas, e dois em algumas.

Raramente nossa audiência ficou abaixo de 50 espectadores simultâneos, sendo que a faixa mais comum ficou acima de 80.

O debate sobre o trabalho no Sistema Prisional gerou 906 mensagens de chat (incluindo as nossas provocações e respostas, que representam a minoria) e teve um pico de 307 espectadores. O VT desses vídeos fica disponível na íntegra logo após o encerramento da atividade.

Alguns continuam a ter número relevante de acessos ao longo de bastante tempo, ou voltam à “ordem do dia” em função da conjuntura nacional. Outra frente de produção são os vídeos especiais. Eles responderam por oito das nossas dez peças mais assistidas no ano.

Outros números sobre o canal do CFP no YouTube em 2016:

- 5.299 gostaram

- 142 não gostaram
- 6.472 comentários
- 4.695 compartilhamentos

Foram produzidos 99 vídeos pela equipe da Assessoria de Comunicação do Conselho Federal de Psicologia (no ano anterior foram 66). Os 10 vídeos mais visualizados em 2016:

Entre Nós - Avaliação Psicológica - 14.325 visualizações em 2016 (22.437 no total).

Resultado da votação online - Eleições 2016 do Sistema Conselhos - 12.994 visualizações.

Votação online passo a passo – eleições de 2016 do Sistema Conselhos de Psicologia - 10.992 visualizações.

O Trabalho do Psicólogo no Sistema Prisional - 5.359 visualizações.

Drogas e Cidadania - Episódio 01 - 5.207 em 2016 (89.214 no total).

A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia - Parte II - 5.109 visualizações.

Violência contra as mulheres: o que os profissionais de saúde têm a ver com isso? - 4.892 visualizações.

A despatologização das transexualidades e travestilidades pelo olhar da Psicologia - Parte I - 4.848 em 2016 (12.122 no total).

Psicologia e Serviço Social na Educação - 4.743 visualizações.

CFP - Diálogos com a psicologia Organizacional e trabalho Evolução desafios e novos rumos - 4.605 visualizações em 2016 (20.420)

b.3) Instagram - Do fim de fevereiro para cá, nosso número de seguidores mais que dobrou (pulou de 15,9 mil para 33,8 mil). Refinamos o uso, evitando frequência excessiva e privilegiando artes de impacto em detrimento de imagens factuais – com exceção de notícias que representassem marcos em algum sentido.

Se a faixa média de curtidas (única reação pontual disponível) ficava entre 20 e 50 de agosto de 2014 (lançamento do perfil) até junho de 2015, hoje está na casa de 200 a 300, e são raras as postagens que obtêm menos de 100 – em novembro, por exemplo, não houve nenhuma.

Tivemos oito repercussões acima de 800 likes no segundo semestre deste ano. Quatro dizem respeito a projetos de lei; uma, a nota técnica sobre quebra de sigilo diante de risco de feminicídio; uma, à nota de pesar pela tragédia da Chapecoense;

uma, a livro de Psicologia Escolar; e outra – esta, com 1.506 – a efeméride de cunho bem generalista, o Dia do Psicólogo.

O único vídeo que postamos foi o único item acima dessa “nota de corte” no semestre anterior, e registrou “empate” técnico com a recordista. Foi o teaser do WhatsapPsi, assistido 1.490 vezes. A comunicação tem sido praticamente de mão única. Em geral, os comentários de quem nos segue são para avisar outr@s psicólog@s provavelmente interessad@s naquela novidade.

b.4) Whatsapp: Lançada em março, a ferramenta manteve os maiores índices de crescimento proporcional ao longo de meses, e em certas semanas superou até o Facebook (em que atingimos um universo bem maior) em termos absolutos (ver relatório anexo). Quando tecnicamente possível (em função do tamanho do arquivo), enviamos o vídeo em formato para reprodução no próprio aparelho mobile, além do link no YouTube.

b.5) Twitter: A rede perdeu força – muitos CRPs nem têm perfil nela ou não tuítam há anos, por exemplo –, mas continuamos a usá-la como canal de monitoramento (inclusive porque algumas polêmicas se alastram ali), de contato com a categoria e de divulgação dos nossos links, incluindo as transmissões ao vivo. Quanto ao universo de seguidores, o número de adesões vem se mantendo em média quase estaque, por volta de 100 por semana.

b.6) Flickr: A rede perdeu quase toda sua “temperatura” desde a compra pelo Yahoo, e o CFP usa a ferramenta hoje, como a maioria d@s usuári@s, com a função de mero repositório do material fotográfico. É possível constatar o número bem baixo de acessos.

b.7) OrientaPsi A plataforma objetiva estimular e aperfeiçoar o diálogo sobre o exercício da Psicologia entre a categoria e com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e foi lançada em agosto de 2015.

Qualquer psicólogo (a) cadastrado (a) no Sistema Conselhos pode se cadastrar e navegar pela plataforma por meio de seu CPF e verificação de dados. Estudantes também têm acesso.

Em 2016, a página teve cerca de 182 mil acessos, cerca de 500 ao dia.

Total de pageviews – 1,5 mil

Total de psis cadastrados aptos a utilizar - 223.729

Total senhas geradas – 22.178

Total de estudantes na plataforma – 2.172 (4 meses)

Funcionalidades da plataforma:

Início / Home / Mural

Conectad@s

Mensagens

Cursos

Grupos de discussão

#Trocapsi

Entidades

Muralpsi

Documentos

Rádiopsi

CFPTV

Principais páginas acessadas:

- Cursos (1.945 certificados emitidos em 4 meses)
- Documentos do CFP
- Espaço para troca de mensagens
- RádioPsi

Cursos: 36 mil visualizações

- A Perspectiva dos Direitos Humanos na Ética do Trabalho do (a) Psicólogo (a)
- Políticas Nacionais de Saúde Mental • Saúde Mental e Saúde do Trabalhador: Um Diálogo Indispensável
- Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres
- Saúde Mental e Gênero
- Psicologia Organizacional e do Trabalho
- Laicidade
- Curso Introdutório ao SUAS
- Total grupos de debate
- Ética Profissional
- Atendimento Psicológico on line
- Avaliação Psicológica

Estados que mais acompanham os cursos:

São Paulo

Minas Gerais

Bahia

Rio de Janeiro

Espirito Santo

Principais grupos de debate:

Atuação do (a) psicólogo (a) no Sistema Prisional

172 interações

2 tópicos de debate

Atuação do (a) Psicólogo(a) no SUAS

137 interações

8 Tópicos de debate

Atuação do (a) Psicólogo(a) no SUS

116 interações

7 Tópicos de debate

Total chamados:

3.329

Psicólogos com dificuldades na validação do acesso

Estudantes solicitando acesso aos cursos da plataforma

Dúvidas sobre emissão dos certificados

A Ascom foi responsável pelo recebimento de demandas da plataforma. Para os cursos, o intermédio entre demandante e a Ascom geralmente é feito pela gerência que acompanha a demanda. Ascom estrutura roteiro e coordena as gravações e a edição dos módulos e é responsável por publicizá-los.

c) Demandas que chegaram à Ouvidoria em 2016:

Em 2016 a Ouvidoria do Conselho Federal de Psicologia registrou aproximadamente 906 demandas. Entre os assuntos mais recorrentes estão, em primeiro lugar, Orientação Técnica com 132 demandas. São dúvidas de psicólogas e psicólogos sobre que práticas profissionais são permitidas, questões sobre as normativas técnicas do Conselho e também dúvidas de usuários dos serviços de Psicologia a respeito de posturas adotadas por psicólogos (as).

Em segundo lugar, Informações Administrativas, com 119 demandas. São perguntas sobre como fazer a inscrição profissional, dúvidas sobre anuidades e outras. Em terceiro lugar, Informações sobre Concursos e Contratos do CFP, com 100 demandas.

Em seguida, temos: 4ª) demandas relativas a denúncias contra psicólogos (as); 5º) informações sobre avaliação psicológica; 6º) informações sobre eventos e cursos de Psicologia; 7º) condições de trabalho do (a) psicólogo (a), incluindo honorários, salários e concursos para psicólogos (as); 8º) pedidos de materiais, pesquisas e artigos sobre Psicologia, empatado com o tema reclamações contra o CFP e CRPs; 9º) outros assuntos; 10º) Título de especialista em Psicologia, que são pedidos de informações sobre como o psicólogo pode obter o título de especialista reconhecido pelo CFP; 11º) Cadastro de sites, que envolve o pedido de informações sobre serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância; 12º) informações sobre a formação em Psicologia e denúncia contra cursos de graduação de Psicologia; 13º) pedidos de providências do CFP ou dos CRPs; 14º) Orientapsi, que é um portal interativo da categoria de psicólogos (as) no Brasil; 15º) solicitações advindas de CRPs para o CFP.

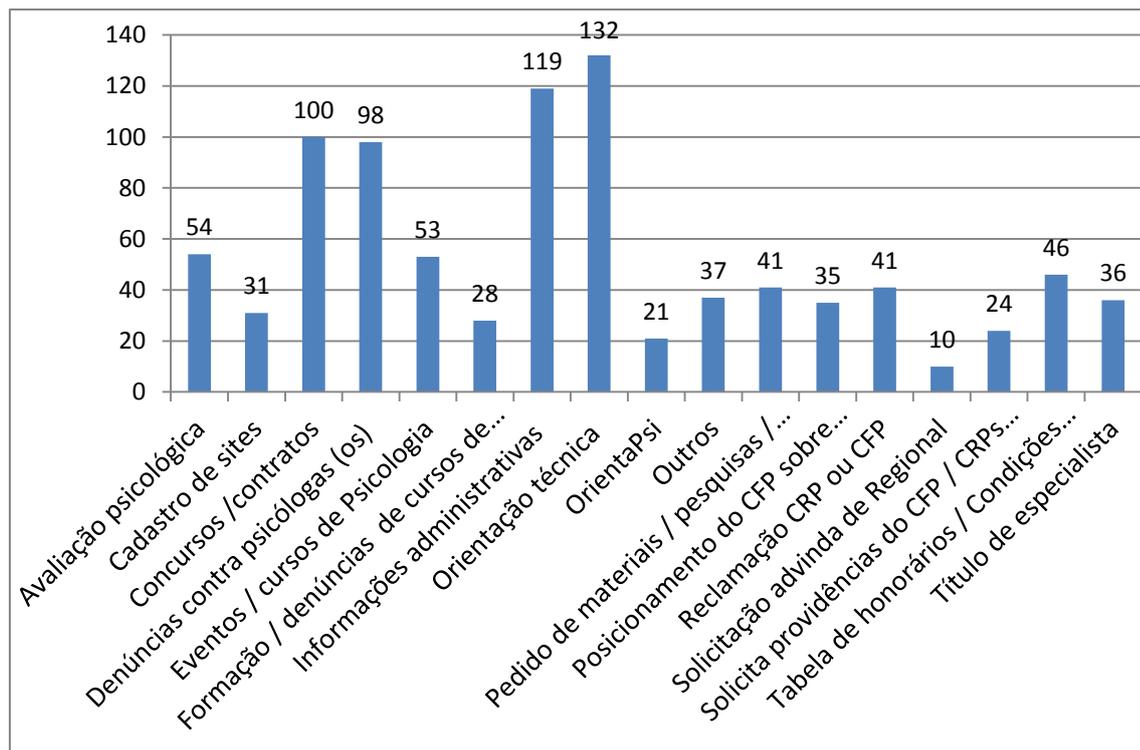


Tabela 17 - Temas mais recorrentes nas demandas da Ouvidoria

A Ouvidoria levou cerca de 12 dias para o envio das respostas.

Dos 906 solicitantes, 65 avaliaram a Ouvidoria no início de 2017, a pedido do CFP. Desses 65 respondentes, 31 julgaram que a Ouvidoria foi útil, e 34 julgaram que a Ouvidoria não foi útil.

Entre as 906 demandas recebidas na Ouvidoria em 2016, identifica-se o estado (CRP) de 141 (15%) delas, ficando em primeiro lugar o estado do Rio de Janeiro (CRP-05) com 23 demandas, em segundo lugar, Minas Gerais (CRP-04) com 20 demandas, e, em terceiro lugar, os estados de São Paulo (CRP-06) e Santa Catarina (CRP-12), com 13 demandas cada.

Foi verificado que o tema mais frequentemente consultado por demandantes da região Centro-Oeste foi concursos e contratos do CFP. Da região norte, informações administrativas. Das regiões nordeste, sudeste e sul, denúncias contra psicólogos (as).

A Ouvidoria do CFP também recebeu e respondeu 48 demandas enviadas pelo E-Sic - Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, bem como 44 demandas encaminhadas pela Assessoria de Comunicação do CFP, que chegaram via redes sociais.

MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O Conselho Federal de Psicologia implantou o seu Portal da Transparência conforme determinações da LAI Lei de Acesso a Informação bem como vem cumprindo as considerações do TCU.

MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

O Conselho Federal de Psicologia conta com todas as adaptações necessárias para garantir o acesso a suas instalações por cidadãos portadores de deficiência física.

O Portal do Conselho Federal de Psicologia foi desenvolvido utilizando as recomendações de acessibilidade do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico ou e-MAG, na sua versão 3.0.

O Portal pode ser visualizado em uma versão de alto contraste ao se clicar em “Alto contraste”, e pode ter o tamanho de suas fontes aumentadas utilizando os botões A+ A-. Ambas as ferramentas estão presentes no menu no topo do Portal.

Além desses recursos, o Portal conta com atalhos de teclado para facilitar a sua navegação. Esses atalhos são precedidos de teclas que variam conforme o navegador utilizado.

Para o FireFox: tecle “Shift+Alt”;

Para o Internet Explorer e Google Chrome: tecle “Alt”;

Para o Opera: tecle “Shift+Esc”;

Mantendo pressionadas as teclas acima, pressione o número “1” para ir ao conteúdo; número “2” para ir ao menu principal; e o número “3” para ir ao campo de busca do Portal.

Para pular diretamente para o campo de busca do Portal utilizando o FireFox pressione “Shift+Alt+3”. Esse mesmo atalho pode ser utilizado no Internet Explorer ou Chrome pressionando as teclas “Alt+3”.

DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

No encerramento do exercício 2016 o Conselho Federal de Psicologia apresentou um superávit financeiro, ativo financeiro menos passivo financeiro, no valor de R\$ 7.658.018,09, conforme evidenciado abaixo.

Tabela 18- Resultado Financeiro

Ano	2016	2015	Variação % 2015/2016
Ativo Financeiro	R\$ 11.961.685,39	R\$ 10.458.008,14	14,38%
Passivo Financeiro	R\$ 4.303.667,30	R\$ 4.028.327,05	6,84%
Resultado Financeiro	R\$ 7.658.018,09	R\$ 6.429.681,09	19,10%

TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO DOS ITENS DO PATRIMÔNIO

Na depreciação dos bens móveis se utiliza do método das quotas constantes, com os critérios definidos de acordo com o MCASP. O valor residual foi estabelecido pela administração em 10%, com prazos de vida útil e taxas de depreciação estabelecidas pela Secretária do Tesouro Nacional, conforme Macrofunção 020330-SIAFI, a saber:

Tabela 19 – Depreciação dos Bens Móveis /Imóveis

BENS MÓVEIS	TAXA ANUAL	VIDA ÚTIL	RESIDUAL
Móveis e Utensílios	10% ao ano	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10% ao ano	10 anos	10%
Equip. de Process. de Dados	10% ao ano	5 anos	10%
Sistema de Proc. de Dados	10% ao ano	5 anos	10%
Outros Bens Móveis	10% ao ano	10 anos	10%

BENS IMÓVEIS	TAXA ANUAL	VIDA ÚTIL	RESIDUAL
Edificações	4% ao ano	25 anos	1%

APURAÇÃO DE CUSTOS

A apuração dos custos das atividades e programas do Conselho Federal de Psicologia é feito através de Mapas Gerenciais divididos em projetos do próprio Conselho Federal de Psicologia e projetos do sistema Conselhos de Psicologia.

PROJETOS DO PRÓPRIO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Tabela 20 - Projetos do Conselho Federal de Psicologia

MAPA GERENCIAL = FLUXOGRAMA ORÇAMENTARIO POR CENTRO DE CUSTO
PERÍODO: 01/01/2016 A 31/12/2016

Conselho Federal de Psicologia CNPJ: 00.393.272.0001-07											
PROGRAMAS	CENTRO DE CUSTO	Orçamento		RECEITAS		Arrecadação		DESPESAS		SALDO	
		%	ORÇADO	SUPLEMENTAÇÃO	REALIZADO	A REALIZAR	% Rubrica	R\$	% Rubrica	R\$	
I - ORGANIZAÇÃO ADM. E FUNCIONAL	Recursos Humanos	01.01	58,26	12.402.843,64	200.000,00	12.797.428,12	(194.584,48)	99,83	12.775.118,96	0,17	22.309,16
	Material de Consumo	01.02	0,83	177.000,00		179.776,90	(2.776,90)	40,15	72.179,38	59,85	107.597,52
	Serviços de Terceiros (PF)	01.03	0,82	175.000,00		177.745,52	(2.745,52)	4,84	8.600,00	95,16	169.145,52
	Telefone Fixo	01.04	0,42	90.000,00		91.411,98	(1.411,98)	126,79	115.904,08	(26,79)	(24.492,10)
	Telefone Celular	01.05	0,61	130.000,00		132.039,53	(2.039,53)	82,98	109.563,13	17,02	22.476,40
	Postagens	01.06	0,26	55.000,00		55.862,88	(862,88)	94,36	52.710,14	5,64	3.152,74
	Serviços de Terceiros e Outros (PJ)	01.07	10,84	2.308.500,00	50.000,00	2.394.717,36	(36.217,36)	94,94	2.273.611,66	5,06	121.105,70
	Cursos	01.08	0,12	25.000,00		25.392,22	(392,22)	25,04	6.357,29	74,96	19.034,93
	Investimentos/Inversões	01.09	1,17	250.000,00		253.922,17	(3.922,17)	32,17	81.683,79	67,83	172.238,38
	TOTAL ORGANIZAÇÃO ADM. E FUNCIONAL	01.00	73,34	15.613.343,64	250.000,00	16.108.296,69	-244.953,05	96,20	15.495.728,43	3,80	612.568,26
II - GESTÃO	Reuniões e Ações da Diretoria	02.01	0,50	106.551,68		108.223,34	(1.671,66)	153,31	165.917,62	(53,31)	(57.694,28)
	Reunião Plenária	02.02	3,24	690.474,24		701.306,88	(10.832,64)	76,89	539.269,87	23,11	162.037,01
	Reunião Presidentes/Tesoureiros e APAF	02.03	0,96	205.322,42		208.543,66	(3.221,24)	114,89	239.587,35	(14,89)	(31.043,69)
	Assistência Técnica aos Regionais	02.04	0,23	50.000,00		50.784,43	(784,43)	33,33	16.925,55	66,67	33.858,88
	TOTAL GESTÃO	02.00	4,94	1.052.348,34	0,00	1.068.858,32	-16.509,98	89,97	961.700,39	10,03	107.157,93
III - AÇÕES POLÍTICAS	Centro de Orientação do Trabalho em Psicologia	03.01.01	1,17	250.000,00	150.000,00	403.922,17	(3.922,17)	149,48	603.795,38	(49,48)	(199.873,21)
	Condições de Trabalho do Psicólogo	03.01.02	1,17	250.000,00		253.922,17	(3.922,17)	70,16	178.148,96	29,84	75.773,21
	Avaliação Psicológica	03.01.03	0,56	120.000,00		121.882,64	(1.882,64)	145,98	177.922,20	(45,98)	(56.039,56)
	Títulos de Especialistas/Formação Continuada em Psic.	03.01.04	0,35	75.000,00		76.176,65	(1.176,65)	86,91	66.208,53	13,09	9.968,12
	Representações	03.01.06	0,47	100.000,00		101.568,87	(1.568,87)	63,37	64.365,02	36,63	37.203,85
	Gestão por Projetos - Editais	03.01.08	1,17	250.000,00		253.922,17	(3.922,17)	61,08	155.085,43	38,92	98.836,74
	Projeto Memória do CFP	03.01.10	0,73	155.000,00		157.431,75	(2.431,75)	25,95	40.852,58	74,05	116.579,17
	Fiscalização, Orientação e Ética	03.01.11	0,94	200.000,00		203.137,74	(3.137,74)	24,27	49.301,65	75,73	153.836,09
	Participação em Eventos Estratégicos	03.01.12	0,33	70.000,00	100.000,00	171.098,21	(1.098,21)	118,96	203.545,02	(18,96)	(32.446,81)
	Publicações Estratégicas	03.01.13	0,14	30.000,00	100.000,00	130.470,66	(470,66)	133,62	174.340,18	(33,62)	(43.869,52)
	Saúde	03.02.01	2,35	500.000,00	100.000,00	607.844,35	(7.844,35)	97,37	591.828,88	2,63	16.015,47
	Assistência Social	03.02.02	0,80	170.000,00	121.317,42	293.984,50	(2.667,08)	132,86	390.598,44	(32,86)	(96.613,94)
	Psicologia Jurídica/Criança e Adolescente	03.02.04	0,33	70.000,00		71.098,21	(1.098,21)	158,07	112.384,01	(58,07)	(41.285,80)
	Direitos Humanos e Cidadania	03.02.05	1,03	220.000,00	50.000,00	273.451,51	(3.451,51)	145,65	398.287,13	(45,65)	(124.835,62)
	Educação	03.02.08	0,31	65.000,00	100.000,00	166.019,77	(1.019,77)	168,32	279.439,86	(68,32)	(113.420,09)
	Mobilidade Humana e Urbana	03.02.09	0,33	70.000,00	100.000,00	171.098,21	(1.098,21)	143,78	246.012,42	(43,78)	(74.914,21)
	Emergência e Desastres	03.02.10	0,33	70.000,00		71.098,21	(1.098,21)	122,58	87.153,05	(22,58)	(16.054,84)
Esporte, Cultura e Lazer	03.02.11	0,33	70.000,00		71.098,21	(1.098,21)	23,65	16.811,94	76,35	54.286,27	
Relações com Entidades de Interesse da Psicologia	03.02.12	0,47	100.000,00		101.568,87	(1.568,87)	150,20	152.558,53	(50,20)	(50.989,66)	
PsicPLP/ULAPSI	03.02.13	0,11	23.274,36		23.639,50	(365,14)	178,99	42.313,31	(78,99)	(18.673,81)	
TOTAL AÇÕES POLÍTICAS	03.00	13,43	2.858.274,36	821.317,42	3.724.434,39	-44.842,61	108,23	4.030.952,52	-8,23	-306.518,13	
IV - Comunicação	Jornal do Federal e outros	04.01	5,95	1.266.000,00		1.285.861,89	(19.861,89)	100,49	1.292.117,36	(0,49)	(6.255,47)
	TOTAL (Comunicação)	04.00	5,95	1.266.000,00	0,00	1.285.861,89	-19.861,89	100,49	1.292.117,36	-0,49	-6.255,47
V - Fundo de Reserva	Reserva de Contingências	05.01	2,35	500.000,00		507.844,35	(7.844,35)	-	-	100,00	507.844,35
TOTAL GERAL			100,00	21.289.966,34	1.071.317,42	22.623.978,22	-334.011,88	100,72	21.780.498,70	4,23	914.796,94
TOTAL GERAL			100,00	21.289.966,34	1.071.317,42	22.623.978,22	-334.011,88	100,72	21.780.498,70	4,23	914.796,94

PROJETOS DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA – DIVULGAÇÃO

Tabela 21 – Projetos do Sistema Conselhos de Psicologia – Divulgação

MAPA GERENCIAL = FLUXOGRAMA ORÇAMENTARIO POR CENTRO DE CUSTO DA CONTA DIVULGAÇÃO
PERÍODO: 01/01/2016 A 31/12/2016

Conselho Federal de Psicologia
CNPJ: 00.393.272.0001-07

PROJETOS	CENTRO DE CUSTO	RECEITAS				DESPESAS (EMPENHADAS)		SALDO		
		%	ORÇADO	REALIZADO	A REALIZAR	% Rubrica	R\$	% Rubrica	R\$	
I - REVISTA CIÊNCIA E PROFISSÃO	Produção	07.01.01.01	0,81	80.000,00	87.471,41	(7.471,41)	117,72	79.428,95	(17,72)	(11.957,54)
	Impressão	07.01.01.02	3,10	230.000,00	258.840,42	(28.840,42)	56,57	146.320,00	43,43	112.320,42
	Expedição e Postagem	07.01.01.03	1,01	75.000,00	84.339,27	(9.339,27)	48,34	40.769,02	51,66	43.569,05
	TOTAL (Ciência e Profissão)	07.01.01	4,91	365.000,00	410.451,11	-45.451,11	64,93	266.518,57	35,07	143.932,54
II - REVISTA DIÁLOGOS	Produção	07.01.02.01	1,08	80.000,00	89.961,89	(9.961,89)	-	-	100,00	89.961,89
	Impressão	07.01.02.02	9,43	700.000,00	787.166,50	(87.166,50)	-	-	100,00	787.166,50
	Embalagem, Expedição e Postagem	07.01.02.03	8,77	651.005,40	732.070,92	(81.065,52)	-	-	100,00	732.070,92
	TOTAL (Revista Diálogos)	07.01.02	19,27	1.431.005,40	1.609.199,31	-178.193,91	-	0,00	100,00	1.609.199,31
III - COMISSÃO EDITORIAL - PCP	Passagem	07.01.03.01	0,48	36.000,00	40.482,85	(4.482,85)	6,51	2.636,57	93,49	37.846,28
	Diárias	07.01.03.02	0,12	8.850,00	9.952,03	(1.102,03)	8,09	805,00	91,91	9.147,03
	Hospedagem	07.01.03.03	0,13	9.347,40	10.511,37	(1.163,97)	-	-	100,00	10.511,37
	Diversas	07.01.03.04	0,01	1.000,00	1.124,52	(124,52)	-	-	100,00	1.124,52
	TOTAL (Comissão Editorial)	07.01.03	0,74	55.197,40	62.070,78	-6.873,38	5,54	3.441,57	94,46	58.629,21
IV - CONSELHO EDITORIAL - DIÁLOGOS	Passagem	07.01.04.01	0,26	19.200,00	21.590,85	(2.390,85)	-	-	100,00	21.590,85
	Diárias	07.01.04.02	0,06	4.720,00	5.307,75	(587,75)	-	-	100,00	5.307,75
	Hospedagem	07.01.04.03	0,07	4.985,28	5.806,06	(820,78)	-	-	100,00	5.806,06
	Diversas	07.01.04.04	0,01	400,00	449,81	(49,81)	-	-	100,00	449,81
	TOTAL (Conselho Editorial)	07.01.04	0,39	29.305,28	32.954,48	-3.649,20	-	0,00	100,00	32.954,48
V - PROJETOS DA APAF DESENV. P/ CFP	Memória da Psicologia Brasileira	07.01.04.01	2,99	200.000,00	224.904,72	(24.904,72)	33,45	75.221,97	66,55	149.682,75
	Biblioteca Virtual - BVS-Psi	07.01.05.02	3,88	286.386,02	322.047,83	(35.661,81)	20,24	85.197,55	79,76	256.860,28
VI - PROJETO DOS CRPs e CFP	CREPOP	07.01.04.03	27,74	2.090.000,00	2.316.518,57	(256.518,57)	64,94	1.504.382,77	35,06	812.135,80
	TOTAL DOS PROJETOS DA APAF	07.01.04	34,29	2.546.386,02	2.863.471,11	-317.085,09	57,44	1.644.792,29	42,56	1.218.678,82
VII - IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA	IX Congresso Nacional de Psicologia	07.02.01.02	25,58	1.900.000,00	2.138.594,79	(238.594,79)	-	1.626.332,04	23,88	510.262,75
VIII - ELEIÇÕES DO SISTEMA CONSELHOS	Eleições do Sistema Conselhos	07.02.01.03	13,46	1.000.000,00	1.124.523,58	(124.523,58)	-	1.454.855,05	(29,38)	(330.331,47)
IX - REUNIÃO DE TESOUREIROS DO SISTEMA	Reunião de Tesoureiros do Sistema	07.02.01.07	0,00	0,00	0,00	-	-	141.243,04	#DIV/0!	(141.243,04)
	PROJETOS COMUNS DA AUTARQUIA	07.02.01	39,05	2.900.000,00	3.261.118,37	(361.118,37)	-	3.222.430,13	1,19	38.688,24
X - DESPESAS DE COBRANÇA	Tarifa da Cobrança Compartilhada	07.01.06.01	1,35	100.000,00	112.452,36	(12.452,36)	149,02	167.574,87	(49,02)	(65.122,51)
	TOTAL GASTOS DIVULGAÇÃO		100,00	7.428.894,10	8.351.717,51	(924.823,41)	63,52	5.304.757,43	36,48	3.046.960,08
TOTAL GERAL			100,00	7.428.894,10	8.351.717,51	(924.823,41)	63,52	5.304.757,43	36,48	3.046.960,08

PROJETOS DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA – FUNDO DE SEÇÕES

Tabela 22 – Projetos do Sistema Conselhos de Psicologia – Fundo de Seções

MAPA GERENCIAL = FLUXOGRAMA ORÇAMENTARIO POR CENTRO DE CUSTO
PERÍODO - 01/01/2016 A 31/12/2016

Conselho Federal de Psicologia
CNPJ: 00.393.272.0001/07

PROJETOS	CENTRO DE CUSTO	RECEITAS			DESPESAS (EMPENHADAS)		SALDO		
		%	ORÇADO	REALIZADO	A REALIZAR	% Rubrica	R\$	% Rubrica	R\$
Fundo de Seções	08.01	66,67	870.632,32	966.543,32	(95.911,00)	95,23	920.465,98	4,77	46.077,34
Fundo Devolução de Anuidades	08.02	33,33	435.316,09	483.271,58	(47.955,49)	0,31	1.500,00	99,69	481.771,58
Total Geral		100,00	1.305.948,41	1.449.814,90	(143.866,49)	63,59	921.965,98	36,41	527.848,92

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Conselho Federal de Psicologia registra seus atos e fatos contábeis de acordo com a Lei 4320/64, NBC T 16 (Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

BALANÇO PATRIMONIAL

Tabela 23 – Balanço Patrimonial

CFP

Conselho Federal de Psicologia

CNPJ: 00.393.272/0001-07

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2015 à 31/12/2015

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	12.234.238,64	10.664.266,84	PASSIVO CIRCULANTE	2.991.717,52	3.311.916,21
CADXA E EQUIVALENTES DE CADXA	11.687.274,48	10.084.138,87	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	5.358,96	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	86.771,34	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	315.785,37	413.238,38	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	447.976,68	0,00
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	485.646,19	232.698,50
ESTOQUES	144.407,45	166.889,59	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	694,62	694,62
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00	PROVISÕES A CURTO PRAZO	1.009.679,08	2.139.775,38
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	22.359.833,55	22.633.663,76	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.042.361,99	284.660,77
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.698.365,72	2.027.939,44	RESTOS A PAGAR	0,00	654.086,94
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	2.657.080,89	1.986.654,61	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	1.232.994,78	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	41.284,83	41.284,83	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	19.589.843,17	20.534.099,66	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	1.744.367,31	1.612.284,65	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS IMÓVEIS	20.552.500,00	20.552.500,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	1.232.994,78	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,01	0,01	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	2.707.024,15	1.630.685,00		0,00	0,00
INTANGÍVEL	71.624,66	71.624,66		0,00	0,00
SOFTWARES	65.829,07	65.829,07		0,00	0,00
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	5.795,59	5.795,59		0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	4.224.712,30	3.311.916,21
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	30.369.359,89	29.986.014,39
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.369.359,89	29.986.014,39
TOTAL	34.594.072,19	33.297.930,60	TOTAL	34.594.072,19	33.297.930,60
ATIVO FINANCEIRO	11.961.685,39	10.458.008,14	PASSIVO FINANCEIRO	4.303.667,30	4.028.327,05
ATIVO PERMANENTE	22.632.386,80	22.839.922,46	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				30.290.404,89	29.269.603,55
Compensações					
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo do Atos Potenciais Ativos			Saldo do Atos Potenciais Passivos		
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	0,00	0,00
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	0,00	0,00
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
			Exercício Atual	Exercício Anterior	
Superávit Financeiro			7.658.018,09	6.429.681,09	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Tabela 24 – Balanço Orçamentário

CFP

Conselho Federal de Psicologia

CNPJ: 00.393.272/0001-07

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITA CORRENTE		27.472.808,85	27.472.808,85	28.810.753,16	1.337.944,31	
COTA PARTE, REVISTA E FUNDO DE SEÇÕES		26.702.808,85	26.702.808,85	26.616.037,51	-86.771,34	
COTA PARTE		20.269.966,34	20.269.966,34	20.317.945,61	47.979,27	
COTA REVISTA		5.126.894,10	5.126.894,10	5.070.114,90	-56.779,20	
FUNDO DE SEÇÕES		1.305.948,41	1.305.948,41	1.227.977,00	-77.971,41	
RECEITA DE SERVIÇOS		20.000,00	20.000,00	72.344,30	52.344,30	
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS		20.000,00	20.000,00	0,00	-20.000,00	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS		0,00	0,00	72.344,30	72.344,30	
FINANCEIRAS		700.000,00	700.000,00	2.093.576,79	1.393.576,79	
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS		0,00	0,00	29.288,49	29.288,49	
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		700.000,00	700.000,00	2.064.288,30	1.364.288,30	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		700.000,00	700.000,00	2.064.288,30	1.364.288,30	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		0,00	0,00	358,63	358,63	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		50.000,00	50.000,00	28.435,93	-21.564,07	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		50.000,00	50.000,00	28.435,93	-21.564,07	
RECEITA DE CAPITAL		2.550.000,00	3.621.317,42	64.757,47	-3.556.559,95	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO		0,00	0,00	64.757,47	64.757,47	
OUTRAS AMORTIZAÇÕES EMPREST. A ENTIDADES PÚBLICAS		0,00	0,00	64.757,47	64.757,47	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		2.550.000,00	3.621.317,42	0,00	-3.621.317,42	
SUPERÁVIT FINANCEIRO		2.550.000,00	3.621.317,42	0,00	-3.621.317,42	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	
SUB-TOTAL DAS RECEITAS		30.022.808,85	31.094.126,27	28.875.510,63	-2.218.615,64	
DÉFICIT		0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL		30.022.808,85	31.094.126,27	28.875.510,63	-2.218.615,64	
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	29.122.808,85	30.274.126,27	27.936.466,36	27.857.511,36	26.442.599,11	2.337.659,91
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.402.522,83	11.404.522,83	11.044.620,40	11.044.620,40	10.842.291,48	359.902,43
REMUNERAÇÃO PESSOAL	7.971.281,88	8.661.281,88	8.433.596,41	8.433.596,41	8.433.596,41	227.685,47
ENCARGOS PATRONAIS	2.431.240,95	2.743.240,95	2.611.023,99	2.611.023,99	2.408.695,07	132.216,96
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.720.286,02	18.869.603,44	16.891.845,96	16.812.890,96	15.600.307,63	1.977.757,48
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.906.364,94	1.882.514,94	1.834.717,08	1.834.717,08	1.832.444,64	47.797,86
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	93.955,87	80.955,87	75.538,67	75.538,67	71.167,60	5.417,20
USO DE BENS E SERVIÇOS	4.652.003,00	5.616.013,00	5.171.389,47	5.112.709,47	5.014.247,89	444.623,53
SERVICIOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	8.297.497,00	7.734.154,42	6.687.067,44	6.666.792,44	6.318.051,89	1.047.086,98
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	36.000,00	14.000,00	4.253,98	4.253,98	4.253,98	9.746,02
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	28.516,80	52.016,80	30.890,37	30.890,37	30.890,37	21.126,43
SERVIÇOS BANCÁRIOS	200.000,00	460.000,00	452.466,09	452.466,09	433.942,89	7.533,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.505.948,41	3.029.948,41	2.635.522,86	2.635.522,86	1.895.308,37	394.425,55
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	900.000,00	820.000,00	70.755,75	70.755,75	70.755,75	749.244,25
INVESTIMENTOS	400.000,00	320.000,00	70.755,75	70.755,75	70.755,75	249.244,25
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	400.000,00	320.000,00	70.755,75	70.755,75	70.755,75	249.244,25
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	30.022.808,85	31.094.126,27	28.007.222,11	27.928.267,11	26.513.354,86	3.086.904,16

SUPERÁVIT	0,00	0,00	868.288,52	0,00	0,00	-868.288,52
TOTAL	30.022.808,85	31.094.126,27	28.875.510,63	27.928.267,11	26.513.354,86	2.218.615,64

BALANÇO FINANCEIRO

Tabela 25 – Balanço Financeiro

CFP

Conselho Federal de Psicologia

CNPJ: 00.393.272/0001-07

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	28.875.510,63	25.689.126,06	Despesa Orçamentária	28.007.222,11	22.470.383,07
RECEITA REALIZADA	28.875.510,63	25.689.126,06	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	78.955,00	716.410,84
RECEITA CORRENTE	28.810.753,16	25.455.792,80	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	1.414.912,25	22.470.383,07
COTA PARTE, REVISTA E FUNDO DE SEÇÕES	26.616.037,51	23.682.190,63	CREDITO EMPENHADO – PAGO	26.513.354,86	
COTA PARTE	20.317.945,61	18.119.136,22	DESPEZA CORRENTE	26.442.599,11	
COTA REVISTA	5.070.114,90	4.482.024,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.433.596,41	
FUNDO DE SEÇÕES	1.227.977,00	1.081.029,82	ENCARGOS PATRONAIS	2.408.695,07	
RECEITA PATRIMONIAL		9,15	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.600.307,63	
DIVIDENDOS		9,15	DESPEZA DE CAPITAL	70.755,75	
RECEITA DE SERVICOS	72.344,30	24.984,10	INVESTIMENTOS	70.755,75	
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	72.344,30	24.984,10	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		22.470.383,07
FINANCEIRAS	2.093.576,79	1.612.314,45	DESPEZA CORRENTE		22.309.430,07
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	29.288,49	20.656,95	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.227.486,54
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2.064.288,30	1.591.657,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		13.081.943,53
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.064.288,30	1.591.657,50	DESPEZA DE CAPITAL		160.953,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	358,63		INVESTIMENTOS		160.953,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.435,93	136.294,47	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.435,93	136.281,57			
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS		12,90			
RECEITA DE CAPITAL	64.757,47	233.333,26			
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	64.757,47	233.333,26			
OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS	64.757,47	233.333,26			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	6.882.115,04	30.691.306,66	Pagamentos Extraorçamentários	6.147.267,95	30.171.362,58
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	78.955,00		Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	347.226,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.414.912,25		Pagamentos de Restos a Pagar Processados	652.615,27	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados			Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.388.247,79		Outros Pagamentos Extraorçamentários	5.147.426,68	
Saldo em espécie do Exercício Anterior	10.084.138,87	6.345.451,80	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	11.687.274,48	10.084.138,87
Caixa e Equivalente de Caixa	10.084.138,87		Caixa e Equivalente de Caixa	11.687.274,48	
Depósitos. Rest. Virs Vinculados			Depósitos. Rest. Virs Vinculados		
Total:	45.841.764,54	62.725.884,52		45.841.764,54	62.725.884,52

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Tabela 26 – Demonstração das variações patrimoniais

CFP

Conselho Federal de Psicologia

CNPJ: 00.393.272/0001-07

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Variações Patrimoniais

	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	29.634.179,92	39.050.555,77	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	29.410.577,44	24.432.632,64
CONTRIBUIÇÕES	26.702.808,85	23.682.190,63	PESSOAL E ENCARGOS	12.879.337,48	10.710.824,11
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	26.702.808,85	23.682.190,63	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	8.433.596,41	7.059.253,22
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	26.702.808,85	23.682.190,63	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	8.433.596,41	7.059.253,22
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	72.344,30	24.993,25	ENCARGOS PATRONAIS	2.611.023,99	2.168.233,32
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	72.344,30	24.993,25	ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	2.611.023,99	2.168.233,32
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	72.344,30	24.993,25	BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.834.717,08	1.483.337,57
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	2.828.760,54	2.037.865,50	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	1.834.717,08	1.483.337,57
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	764.472,24	446.208,00	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	75.538,67	54.395,47
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	764.472,24	446.208,00	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	75.538,67	54.395,47
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	2.064.288,30	1.591.657,50	OUTROS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	75.538,67	54.395,47
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.064.288,30	1.591.657,50	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	13.263.038,45	9.231.729,85
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	358,63	0,00	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		204.718,47
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	358,63	0,00	CONSUMO DE MATERIAL	207.809,78	204.718,47
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	358,63	0,00	SERVIÇOS	11.730.654,23	7.978.564,95
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	12.028.957,65	DIARIAS, AJUDAS DE CUSTO E JETONS	995.975,89	909.583,62
REAVALIÇÃO DE ATIVOS	0,00	12.028.957,65	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	3.930.894,86	2.475.824,36
REAVALIÇÃO DE IMOBILIZADO	0,00	12.028.957,65	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	6.803.783,48	4.593.156,97
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	29.907,60	1.276.548,74	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.324.574,44	1.048.446,43
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00	12,90	DEPRECIACAO	1.324.574,44	1.048.446,43
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	12,90	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	452.466,09	395.677,78
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	29.907,60	1.276.535,84	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	452.466,09	395.677,78
INDENIZAÇÕES	28.435,93	136.281,57	OUTROS JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	452.466,09	395.677,78
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	1.471,67	1.140.254,27	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	2.635.522,86	1.686.087,95
	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	2.635.522,86	1.686.087,95
	0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	2.635.522,86	1.686.087,95
	0,00	0,00	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	69.360,40	14.448,25
	0,00	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	69.360,40	14.448,25
	0,00	0,00	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO	69.360,40	14.448,25
	0,00	0,00	TRIBUTÁRIAS	4.253,98	6.887,60
	0,00	0,00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.253,98	6.887,60
	0,00	0,00	IMPOSTOS	4.253,98	6.887,60
	0,00	0,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	31.059,51	2.332.581,63
	0,00	0,00	PREMIAÇÕES	13.500,00	0,00
	0,00	0,00	PREMIAÇÕES CULTURAIS	13.500,00	0,00
	0,00	0,00	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.559,51	2.332.581,63
	0,00	0,00	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	17.559,51	2.332.581,63
Total das Variações Ativas :	29.634.179,92	39.050.555,77	Total das Variações Passivas :	29.410.577,44	24.432.632,64
RESULTADO PATRIMONIAL					
Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	223.602,48	14.617.923,13
Total	29.634.179,92	39.050.555,77	Total	29.634.179,92	39.050.555,77

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tabela 27 – Demonstração dos fluxos de caixa

CFP

Conselho Federal de Psicologia

CNPJ: 00.393.272/0001-07

Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	28.810.753,16	25.455.792,80
COTA PARTE, REVISTA E FUNDO DE SEÇÕES	26.616.037,51	23.682.190,63
COTA PARTE	20.317.945,61	18.119.136,22
COTA REVISTA	5.070.114,90	4.482.024,59
FUNDO DE SEÇÕES	1.227.977,00	1.081.029,82
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	9,15
DIVIDENDOS	0,00	9,15
RECEITA DE SERVIÇOS	72.344,30	24.984,10
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	72.344,30	24.984,10
FINANCEIRAS	2.093.576,79	1.612.314,45
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	29.288,49	20.656,95
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	2.064.288,30	1.591.657,50
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.064.288,30	1.591.657,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	358,63	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.435,93	136.294,47
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	28.435,93	136.281,57
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	12,90
INGRESSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	30.691.306,66
OUTROS INGRESSOS	5.388.247,79	0,00

DESEMBOLSOS

CREDITO EMPENHADO – PAGO		
DESPESA CORRENTE	26.442.599,11	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.433.596,41	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	2.408.695,07	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.600.307,63	0,00
DESPESA CORRENTE	0,00	22.309.430,07
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	9.227.486,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	13.081.943,53
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00	0,00
DESEMBOLSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	0,00	30.171.362,58
OUTROS DESEMBOLSOS	6.147.267,95	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	1.609.133,89	3.666.306,81

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO**INGRESSOS**

AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	64.757,47	233.333,26
OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS	64.757,47	233.333,26

DESEMBOLSOS**Crédito Empenhado Pago**

INVESTIMENTOS	70.755,75	0,00
---------------	-----------	------

Crédito Empenhado Liquidado

INVESTIMENTOS	0,00	160.953,00
---------------	------	------------

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.998,28	72.380,26
--	------------------	------------------

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**INGRESSOS****DESEMBOLSOS**

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
---	-------------	-------------

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

GERAÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.603.135,61	3.738.687,07
---	---------------------	---------------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	10.084.138,87	6.345.451,80
---------------------------------------	---------------	--------------

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	11.687.274,48	10.084.138,87
-------------------------------------	---------------	---------------

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nota 1 - O Conselho Federal de Psicologia - CFP criado pela Lei nº 5.766/71¹, dotado de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo uma Autarquia Federal, contextualizado operacionalmente em orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe. O CFP é o órgão supremo dos Conselhos Regionais de Psicologia – CRP's, com jurisdição em todo o território nacional.

Na condição de Autarquia Federal Especial, goza de imunidade tributária em relação a seus bens e rendas, de acordo com o Art. 150² da Constituição Federal do Brasil, tendo como principal fonte de recursos o recebimento de receitas relativas ao pagamento de anuidades por psicólogos e entidades de psicologia inscritos.

O Conselho Federal de Psicologia tem sua constituição, estrutura, organização, sede e foro regulamentados no Decreto 79.822 de 17 de junho de 1977³.

2. DA APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 2 - As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16, alinhadas ao que regulamenta a Lei nº 4320/64⁴ e aos procedimentos contábeis constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) aprovados pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional nº 1/2014 (Conjunta STN/SOF) e 700/2014⁵.

3. DO ATIVO CIRCULANTE

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

¹ Ficam criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, constituindo, em seu conjunto, uma autarquia, destinados a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo e zelar pela fiel observância dos princípios da ética e disciplina da classe.

² Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios: Inciso VI Instituir impostos sobre: §2º A vedação do inciso VI, a, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

³ Regulamenta a Lei 5.766/71 de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.

⁴ Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

⁵ Aprova as partes I, II, III, IV, e V da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Nota 3 - Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa são administrados em consonância ao que dispõe o Art. 164 da Constituição Federal em seu § 3^o, depositados no Banco do Brasil S.A em contas correntes, contas poupanças e vinculados às Aplicações Financeiras Diferenciada do Setor Público e Aplicações Financeiras Supremo do Setor Público, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados aos que preceitua o § 1^o do Art. 43 da Lei Complementar n^o 101/00⁷, e as receitas patrimoniais resultantes dessas aplicações reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

TÍTULOS	2016	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.687.274,48	10.084.138,87
Bancos Conta Movimento	30.186,09	84.000,24
Bancos Conta Arrecadação	59.730,51	106.843,23
Bancos Aplicações Financeiras	11.593.864,08	9.889.801,60
Suprimentos de Fundos	3.493,80	3.493,80*

*Valores concedidos a título de Suprimento de Fundos a Gestores de exercícios anteriores em apuração de responsabilidade.

Nota 4 - O Conselho Federal de Psicologia administra recursos financeiros do Sistema Conselhos de Psicologia, aprovados pela Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças – APAF, denominados *Recursos da Conta Revista*, destinados ao financiamento da comunicação da Autarquia, bem como de projetos para difusão da profissão do psicólogo, alinhados ao Art. 78 da Resolução CFP n^o 03/2007⁸, e *Recursos do Fundo de Seções*, destinados ao desenvolvimento e ajuda às Seções de Base Estaduais, normatizado pela Resolução CFP n^o 015/1998⁹, e custeio com devolução de anuidades oriundas de processos judiciais, conforme definido pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF na reunião de maio de 2012.

3.2. Demais Créditos e Valores a Curto prazo

Nota 5 – Constituem créditos de adiantamentos concedidos a pessoal, antecipação de despesas a Regionais e a terceiros, bem como créditos tributários e judiciais a recuperar junto a instituições Públicas.

TÍTULOS	2016	2015
Créditos e Valores a Curto Prazo	403.556,71	413.238,38
Anuidades – Cota Parte	87.771,34	

⁶ As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no banco central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei. .

⁷ As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral, e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição ficarão depositadas em contas separadas das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

⁸ A cota que cabe ao Conselho Federal, de acordo com o disposto no artigo anterior, será dividida em duas partes, sendo uma de 80% (oitenta por cento) denominada “cota parte” e outra de 20% (vinte por cento) denominada “cota revista”, esta destinada ao financiamento da revista “Psicologia Ciência e Profissão” e de projetos similares da entidade.

⁹ Cria o fundo de manutenção de seções de base estadual e da outras providências.

Adiantamento a funcionários	12.951,83	18.390,36
Adiantamento a Convênios (funcionários)	227,23	227,23
Devedores da Entidade - CRPs	271.480,75	367.122,59
Entidades Públicas Devedoras	31.125,56	27.498,20

3.3.Estoques

Nota 6 – Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo Conselho Federal de Psicologia, com o objetivo de aplicação no desenvolvimento de suas atividades e projetos operacionais e administrativos.

TÍTULO	2016	2015
Almoxarifado	128.963,02	162.022,12
Material de Expediente	128.963,02	162.022,12

4. DO ATIVO NÃO CIRCULANTE

4.1.Realizável a Longo Prazo

Nota 7 (Empréstimos) – Compreendem operações de créditos entre conselhos, em que o Conselho Federal de Psicologia, por designação dos recursos da Conta Revista, efetuou empréstimos aos Conselhos Regionais de Psicologia em atendimento, especificamente, a projetos para compra, construção, ampliação e/ou modernização de sedes. Foram concedidos mediante assinatura de termos contratuais, pelos quais dispõem de cláusulas de obrigações como a remuneração do capital empregado entre outras.

Nota 8 (Depósitos Recursais Restituíveis) – Ensejam depósitos e valores recuperáveis originados por recursos em sentenças de processos judiciais trabalhistas, evidenciados pelo valor original no momento do depósito judicial.

TÍTULO	2016	2015
Créditos e Valores a Longo Prazo	2.698.365,72	2.027.939,44
Empréstimos aos CRPs	2.657.080,89	1.986.654,61
Depósitos Judiciais	41.284,83	41.284,83

4.2.Imobilizado

Nota 9 (Ajustes Patrimoniais) – Em 2015, o CFP contratou a empresa Castro Assessoria Contábil e Patrimonial para realizar o inventário físico dos bens móveis da Entidade. Os trabalhos realizados pela empresa evidenciou diferença entre os saldos apresentados pelos Sistemas de Patrimônio - SISPAT e Contabilidade – SICONT.Net. As diferenças resultaram em ajustes no patrimônio líquido da entidade nos exercícios 2015 e 2016. Os ajustes realizados no exercício de 2016 foram em razão da adequação do saldo das depreciações acumuladas, que resultaram em um acréscimo no patrimônio líquido da entidade no valor de R\$ 167.192,86 (cento e sessenta e sete mil, cento e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos).

Nota 10 (Depreciação bens Móveis) – A depreciação dos bens móveis afetados se utiliza do método das quotas constantes, com os critérios definidos de acordo com o MCASP. O valor residual foi estabelecido pela administração em 10%, com prazos de vida útil e taxas de depreciação estabelecidas pela Secretária do Tesouro Nacional, constante da Resolução SIAFI – Macrofunção 020330, a saber:

BENS	TAXA ANUAL	PVU	RESIDUAL
Móveis e Utensílios	10% ao ano	10 anos	10%
Máquinas e Equipamentos	10% ao ano	10 anos	10%
Equip. de Process. de Dados	10% ao ano	5 anos	10%
Sistema de Proc. de Dados	10% ao ano	5 anos	10%
Outros Bens Móveis	10% ao ano	10 anos	10%

Nota 11 (Depreciação bens Imóveis) – A depreciação do único bem imóvel do Conselho Federal de Psicologia, situado no Edifício Via Office, salas de números 102 a 105, Bloco B, do Lote 2, da Quadra 2 do SAF/SUL, em Brasília-DF, se utiliza do método das quotas constantes, com os critérios estabelecidos por intermédio da legislação vigente. O Valor residual foi estabelecido pela administração em 10%, com prazo de vida útil de 25 anos e taxa de depreciação estabelecida conforme tabela da Secretaria do Tesouro Nacional em 4% ao ano.

O Ativo Imobilizado/Intangível está assim demonstrado no Balanço Patrimonial 2016:

TÍTULO	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
Móveis e Utensílios	565.928,47	557.097,77
Máquinas e Equipamentos	238.492,90	368.149,69
Utensílio	690,00	0,00
Equipamento de Processamento de Dados	879.000,87	626.782,12
Sistemas de Processamentos de Dados	59.322,06	59.322,06
Outros Bens Móveis	933,01	933,01
Edifícios	20.552.500,00	20.552.500,00
Ações	0,01	0,01
Programas de Informática	65.829,07	65.829,07
Marcas e Patentes	4.995,59	4.995,59
Concessão Direito de Uso de Comunicação	800,00	800,00
(-) Depreciação Acumulada de Bens Móveis	(822.727,31)	(871.566,48)
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(1.875.297,20)	(750.118,88)
(-) Amortização Acumulada de Bens Intangíveis	(8.999,64)	(8.999,64)
TOTAIS	19.661.467,83	20.605.724,32

5. DO PASSIVO CIRCULANTE

Nota 12 – Constituído por valores a pagar decorrentes de despesa de pessoal, fornecedores, encargos sociais, consignações tributárias IN 1234/12¹⁰, provisões trabalhistas e demais obrigações a curto prazo.

Nota 13 – Até o exercício 2015, ao final de cada ano eram transferidos todos os passivos inscritos no exercício para uma conta chamada “Restos a Pagar” com o intuito de melhor gerenciamento dos passivos. Em 2016, os restos a pagar processados inscritos no exercício estão classificados nas contas em que ocorreram as liquidações em atendimento ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

TÍTULOS	2016	2015
Passivo Circulante	2.991.717,52	3.311.916,21
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	5.358,96	0,00
Fornecedores	447.976,68	0,00
Obrigações Fiscais	485.646,19	232.698,50
Obrigações a Outros Entes	694,62	694,62
Provisões Trabalhistas	1.009.679,08	2.139.775,38
Outras Obrigações a Curto Prazo	1.042.361,99	284.660,77
Restos a Pagar Processados	0,00	654.086,94

6. DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Nota 14 – Constituída de provisões baseadas na expectativa de desfecho de processos cíveis e trabalhistas impetrados contra o CFP com a finalidade de dar cobertura a eventuais perdas.

Nota 15 – Até o exercício 2015, as provisões para contingências cíveis e trabalhistas eram registradas no Passivo Circulante da Entidade. Em 2016, para adequação ao PCASP, o saldo de R\$ 1.232.994,78 registrado do Passivo Circulante foi transferido para o Passivo Não Circulante.

TÍTULOS	2016	2015
Passivo Não Circulante	1.232.994,78	0,00
Ações Trabalhistas	1.232.994,78	0,00

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nota 16 – O Patrimônio Líquido demonstrado no Balanço Patrimonial, em 31/12/2016, é de R\$ 30.369.359,89 corresponde ao saldo de exercícios anteriores, somado a ajuste patrimoniais do exercício e ao Resultado Patrimonial do exercício atual, apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

TÍTULOS	2016	2015
---------	------	------

¹⁰ Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços.

Patrimônio Líquido	30.369.359,89	29.986.014,39
Resultado Patrimonial do Exercício	223.602,48	14.617.923,13
Resultado Acumulados Exercícios Anteriores	29.986.014,39	15.368.091,26
Ajustes de Exercício Anteriores	159.743,02	0,00

8. RESULTADO PATRIMONIAL

Nota 17 – O Resultado Patrimonial do exercício no valor de R\$ 223.602,48, foi apurado respeitando o regime de competência das receitas e despesas, escrituradas de acordo com a Lei 4.320/64, as determinações contidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2014, Portaria STN 700/2014 e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao Setor Público.

TÍTULOS	2016	2015
Resultado Patrimonial	223.602,48	14.617.923,13
Variações Patrimoniais Aumentativas	29.634.179,72	39.050.555,77
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	29.410.577,44	24.432.632,64

9. RESULTADO FINANCEIRO

Nota 18 – O superávit financeiro do exercício foi de R\$ 7.579.063,09, representado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, apurado em conformidade com a Lei 4.320/64, alinhado às orientações do MCASP.

TÍTULOS	2016	2015
Superávit/Déficit Financeiro	7.579.063,09	5.713.270,25
Ativo Financeiro	11.961.685,39	10.458.008,14
(-) Passivo Financeiro	4.303.667,30	4.028.327,05
(-) Restos a Pagar Não Processados	78.955,00	716.410,84

10. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Nota 19 – O orçamento do Conselho Federal de Psicologia para o exercício de 2016 foi aprovado pela Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças, constituída por Delegados dos Conselhos Regionais de Psicologia. No Balanço Orçamentário, além da previsão de receita e da fixação da despesa, estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e das despesas empenhadas no exercício.

Nota 20 – O Superávit Orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício. O Resultado Orçamentário é de R\$ 868.288,52.

TÍTULOS	2016	2015
Superávit/ Déficit Orçamentário	868.288,52	2.502.332,15
Receita (corrente+capital)	28.875.510,63	25.689.126,06
Despesas (corrente+capital)	28.007.222,11	23.186.793,91

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho Federal mantém contratado seguro contra roubo e incêndio de modo a assegurar o seu patrimônio no caso de sinistro.

O CFP é auditado anualmente por empresa de auditoria, contratada através de licitação (auditoria independente), momento em que se verifica a exatidão e veracidade das informações e obediência da legislação nos atos e fatos praticados pelos gestores do Conselho Federal de Psicologia bem como os controles internos e guarda do patrimônio da Entidade.

De acordo com as Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e de posse de todos os elementos disponíveis para avaliar a movimentação patrimonial realizada no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016, a Diretoria do CFP entende que o Balanço Patrimonial, o Balanço Orçamentário e demais demonstrações espelham com exatidão e transparência todas as transações realizadas no período.

CONFORMIDADE DE GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLES

1) Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2016, o TCU encaminhou ao Conselho Federal de Psicologia 3 (três) Acórdãos, a saber:

- Acórdão 096/2016-TCU-Plenário, processo 014.856/2015-8, que trata do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) pelos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais. O conselho Federal de Psicologia impetrou pedido de reexame da matéria, a fim de que seja esclarecido o nível de responsabilização do CFP sobre os Conselhos Regionais, em caso de descumprimento das determinações, dentre outras questões. O Tribunal acolheu o pedido e até o encerramento do exercício em tela, a corte de contas ainda não havia se manifestado sobre o pleito.
- Acórdão 2622/2015-TCU-Plenário, processo 025.068/2013-0, que trata de trabalho realizado com o objetivo de sistematizar informações sobre a situação de governança e da gestão das aquisições em amostra de organizações da Administração Pública Federal, a fim de identificar os pontos vulneráveis e induzir melhoras na área. O Conselho Federal de Psicologia vem buscando reestruturação da unidade de compras, visando atender as recomendações do mencionado acórdão, especificamente no sentido de implantar mecanismos de identificação de pontos vulneráveis e avaliação de riscos.
- Acórdão 1138/2016-TCU-Plenário, que trata de monitoramento em cumprimento ao item 1.7.1.3 do Acórdão 1.982/2015-TCU-Plenário. O Conselho Federal de Psicologia instaurou procedimento administrativo de sindicância investigativa, processo CFP nº 04/2016, por intermédio da Portaria CRP nº 050/2015, com a finalidade de revisar o Processo Administrativo de Sindicância nº 01/2015, que deu origem à representação objeto do Acórdão 1.982/2015, bem como atender ao cumprimento do Acórdão 1138/2016. Concluso os trabalhos, o Conselho Federal de Psicologia apresentou o resultado ao Tribunal de Contas da União, sob protocolo nº xxxxxxxxxxxxxxxx

A respeito do acompanhamento das deliberações feitas pelo TCU em acórdãos expedidos em 2016, comunica-se que o Conselho Federal de Psicologia faz o devido acompanhamento das deliberações da Corte de Contas mediante o relacionamento com a área gestora responsável, inclusive com o acompanhamento dos prazos fixados, para que haja o tempestivo atendimento da demanda. Todas as deliberações ou quaisquer outros documentos (notificações, diligências, solicitações, entre outros) são encaminhados formalmente, via ofício circular, aos Conselhos Regionais de Psicologia. Nos casos que sejam julgados necessários, o documento é repassado à autoridade

superior para conhecimento da deliberação. Esclarece-se que, nos casos de deliberações do TCU de ampla relevância e abrangência, o CFP formaliza comissão específica para discussão do tema e da melhor forma de aplicação dos ditames do acórdão no âmbito interno, a exemplo do acórdão 096/2016, que trata do cumprimento à Lei de Acesso à Informação pelos Conselhos de Classe Profissionais.

2) Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

O Conselho Federal de Psicologia não possui em sua estrutura Órgão de Controle Interno – OCI. A entidade entende como de fundamental importância o incremento do OCI no Sistema Conselhos de Psicologia e vem empreendendo esforços para a efetiva implantação em sua estrutura organizacional.

No entanto, o Sistema Conselhos de Psicologia se vale de auditorias independentes, contratadas por licitação, para verificação dos atos administrativos, financeiros e de gestão do Conselho Federal de Psicologia, estendido a seus conselhos regionais, as quais emitem os relatórios de conformidade e pareceres sobre as Demonstrações Financeiras, bem como relatórios de recomendações individualizadas para cada unidade, com o intuito de promoção de ajustes e correções, se for o caso.

3) Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

Salvo resultado da auditoria independente em curso, não foram identificados até o presente momento casos de danos que tenham sido objeto de medidas internas administrativas no exercício.

O Conselho Federal de Psicologia adota, como forma de apuração de responsabilidade, a instalação de comissão de sindicância com o propósito de evidenciar danos ao erário. A depender do resultado, o investigado é instado a restituir o prejuízo causado.